

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UNIRIO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL**

HANNAH DA CUNHA TENÓRIO CAVALCANTI

**ESPAÇOS MUSEAIS E MEMÓRIAS SOCIAIS NA ZONA PORTUÁRIA
DO RIO: O INSTITUTO DOS PRETOS NOVOS (IPN)**

RIO DE JANEIRO

2016

HANNAH DA CUNHA TENÓRIO CAVALCANTI

**ESPAÇOS MUSEAIS E MEMÓRIAS SOCIAIS NA ZONA PORTUÁRIA
DO RIO: O INSTITUTO DOS PRETOS NOVOS (IPN)**

Texto de dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito para a obtenção do título de Mestre em Memória Social.

Orientadora: Profa. Dra. Andréa Lopes da Costa Vieira

Rio de Janeiro

2016

C376 Cavalcanti, Hannah da Cunha Tenório.
Espaços museais e memórias sociais na zona portuária do Rio: o Instituto dos Pretos Novos (IPN) / Hannah da Cunha Tenório Cavalcanti, 2016.
123 f. ; 30 cm

Orientadora: Andréa Lopes da Costa Vieira.
Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

1. Instituto dos Pretos Novos (IPN). 2. Espaço museal. 3. Identidade social. 4. Áreas portuárias – Rio de Janeiro (RJ). 5. Memória - Aspectos sociais. I. Vieira, Andréa Lopes da Costa. II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-Graduação em Memória Social. III. Título.

CDD – 305.8

HANNAH DA CUNHA TENÓRIO CAVALCANTI

**ESPAÇOS MUSEAIS E MEMÓRIAS SOCIAIS NA ZONA PORTUÁRIA
DO RIO: O INSTITUTO DOS PRETOS NOVOS (IPN)**

Texto de dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito para a obtenção do título de Mestre em Memória Social.

Aprovada em: 29 / 02 / 2016

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Andréa Lopes da Costa Vieira – orientadora – UNIRIO

Prof. Edlaine de Campos Gomes – UNIRIO

Profa. Simone Pondé Vassalo - IUPERJ

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer imensamente aos meus pais e mães, isso mesmo: primeiramente Monica Miranda e Mário Tenório, meus alicerces eternos; mas também as minhas duas mães “espirituais” Giovana Galasso e Silvana Xavier pela atenção e doçura sem fim; ao meu pai “postiço” Wagner Bandeira, um entusiasta do conhecimento e da pesquisa.

Agradeço também ao Guilherme Santana, ganhador do troféu de “namorado do século”, que sabe fazer tudo ficar mais leve com seu excelente humor; à minha querida orientadora Andréa Lopes, que por presente da vida, respeitou minhas ideias, minha personalidade e meu tempo interno, guiando o caminho dessa pesquisa brilhantemente; a todos que contribuíram com ela, especialmente os integrantes do Instituto dos Pretos Novos, que me receberam com carinho desde o início; aos componentes da qualificação e da banca de defesa, pela atenção e contribuições valiosas; não posso esquecer de agradecer à CAPES pela bolsa, sem a qual tudo seria mais difícil.

Obrigada! Chego ao final com a sensação de que tudo não poderia ter sido melhor.

SUMÁRIO

Introdução.....	6
Cap. 1. Espaços museais: memória, história, identidade e poder no mundo globalizado.....	16
Cap. 2. A zona portuária do Rio: transformações sócio-espaciais e memórias sociais.....	46
Cap. 3. O Instituto dos Pretos Novos e a incômoda memória da escravidão.....	86
Considerações finais.....	121
Referências.....	124

LISTA DE FIGURAS

Fig. 1: Detalhe do Plano e terreno da cidade do Rio de Janeiro, 1779.

Fig. 2: Detalhe da região do Valongo.

Fig. 3: ALIWU. **Carnaval no Rio**. Rio de Janeiro, entre 1900 e 193-. cartão-postal

Fig. 4: Lavagem do cais do Valongo, julho de 2015.

Fig. 5: primeira página de folder do IPN.

Fig. 6: segunda página de folder do IPN.

Fig. 7: terceira página de folder do IPN.

Fig. 8: grade da programação de oficinas agosto 2015

Fig. 9: folder de oficinas agosto, setembro e outubro de 2015

Fig. 10: Fotografia de “Santo Forte” por Alex Ferro

Fig. 11: Cartaz de “Assentamento (s)”

Figs. 12: Panorâmica de “Papel de seda”.

Fig. 13: Cartaz do ArtRia.

Introdução

O objeto de estudo e as problematizações deste trabalho partiram de uma experiência de observação do processo de implantação do Circuito Cultural da Praça da Liberdade em Belo Horizonte. Uma área de prédios públicos administrativos, muitos construídos no início da história da cidade, seria agora reformulada para abrigar centros culturais e museus de grande porte. Ao longo da observação desse processo surgiu uma primeira indagação: estaria a Praça da Liberdade sendo ressignificada simbolicamente, sendo transformada de centro de poder público governamental para centro de poder simbólico e cultural? E esse centro de poder simbólico e cultural não seria também em última instância poder político? Logo, pude observar uma característica comum entre a maioria dos espaços que estavam sendo construídos ou reformados para o Circuito Cultural: eram fruto de parceria público-privada e estavam ligados a grandes empresas como Vale, MMX e Banco do Brasil. Alguns traziam propostas ligadas a cultura mineira: Memorial Minas Vale, Museu das Minas e Metal. Trabalhando por quase um ano em um museu recém inaugurado neste circuito, me deparei com determinados climas de tensão relacionados aos discursos que deveriam ser veiculados pelos funcionários aos visitantes, além de uma organização corporativa, hierárquica. Analisando a museografia e os discursos presentes no museu, foram revelando-se no meu entendimento interesses diferentes daqueles que imaginei de início. Ainda na graduação de História, e tendo sido desde sempre amante de museus, me deparei com o incômodo destas questões pela primeira vez e com a reflexão acerca das funções dos museus na sociedade contemporânea. Tempos depois, já de volta ao Rio de Janeiro e planejando fazer um mestrado, não tive dúvidas de que meu objeto estaria em torno disso.

Comecei então a pesquisar sobre os museus na cidade e li o livro *Privatização da Cultura*, de Chin Tao Wu, que norteou algumas ideias posteriores. Estaria a cultura sendo privatizada no Brasil e no mundo? Por que e como esse processo estaria ocorrendo? Quais são as possíveis consequências?

Analisando as políticas públicas de cultura no Brasil, especialmente desde 2003, percebe-se que o governo federal assumiu centralidade na formulação de políticas culturais, fortalecendo e/ou criando instituições fundamentais, como o IPHAN, a Fundação Palmares, a FUNARTE e o IBRAM¹, fundado em 2009 (MORAES, 2009,p.54). Mesmo assim, as parcerias público-privadas são estrategicamente utilizadas desde as décadas anteriores tanto na esfera federal quanto estadual e municipal, embora

mais intensamente nas duas últimas; no caso do Rio as chamadas PPP intensificaram-se sobretudo nos últimos quinze anos.

Já no mestrado, redefinindo meu projeto, reconheci na região da chamada “zona portuária” (correspondente aos bairros da Gamboa, Saúde e Santo Cristo) um cenário rico para a pesquisa, devido as transformações urbanas empreendidas na área e protagonizadas pelo Plano Porto do Rio² - reformulado como “Porto Maravilha” - estas tendo como foco importante empreendimentos culturais, especialmente a construção de dois museus, o Museu do Amanhã e o Museu de Arte do Rio – assim como ações de patrimonialização³, e a criação de outros espaços culturais diversos. Pesquisei então sobre a História da região em livros e diversos artigos, e sobre aspectos da cultura e sociabilidade, presentes nos trabalhos que serão discutidos a seguir, e que discutem variadas questões atuais da zona portuária pertinentes a patrimonialização, políticas econômicas e culturais, assim como sobre o projeto Porto Maravilha, as intervenções urbanísticas e os conflitos que existem tanto entre moradores, assim como entre estes e o poder público, ongs, associações etc. Minha frequência e circulação na região antes mesmo da pesquisa, que aumentou gradativamente, facilitou a escolha, já que já conhecia grupos que atuavam na área, alguns moradores e pude perceber as alterações tanto da configuração do espaço quanto do ritmo das diferentes áreas compreendidas como zona portuária.

Uma região cercada de favelas há muito estabelecidas, que possuem suas próprias características sócio-culturais, que não recebeu maiores investimentos públicos nas áreas de habitação, segurança, cultura ou educação nas últimas décadas, mas por outro lado, onde floresceram manifestações culturais intensas e várias construções históricas que contam um pouco do Rio de Janeiro do século XIX e início do XX.

Da formação territorial e cultural desses bairros, favelas/comunidades participaram milhares de descendentes de escravos e libertos, tendo havido também forte presença de imigrantes europeus principalmente portugueses e espanhóis, entre outras ondas migratórias mais recentes, como a dos nordestinos nos anos 60-70.

Como veremos, na região central, para além do que hoje é denominado de “zona portuária”, desenvolveram-se manifestações culturais diversas, muitas delas ligadas as tradições africanas, que são geralmente sincréticas mas fortemente identificadas como “afro-brasileiras”, como o samba, a capoeira, o candomblé e a umbanda. Com o declínio das atividades portuárias, comerciais e do investimento público, a quantidade de moradores diminuiu bastante, enquanto outras levaram, renovando e transformando as formas de cultura e sociabilidade, mas mesmo assim, o passado escravocrata,

portuário e pós-abolição, bem como as manifestações culturais outrora existentes, deixaram seus resquícios e continuidades, sendo evocadas e ressignificadas principalmente a partir de fins dos anos 80 pelas oportunidades trazidas com a redemocratização de se retomar o debate dos negros no país. A partir desses conhecimentos vieram questionamentos a respeito da valorização e visibilidade da história, memória e cultura dos negros e negras na cidade do Rio de Janeiro. Sem intencional estabelecer a negritude como uma espécie de “categoria” homogeneizante, porém sim unificadora, quando se trata de identificar os negros (e pobres) historicamente como alvos de preconceitos e de políticas públicas exclusivas e negativamente discriminatórias, ainda que na última década tenham sido dados alguns passos em sentido contrário (4) .

Quando nos preocupamos especialmente com as memórias e identidades “subalternizadas” cariocas , estamos querendo dizer que existem diversos grupos sociais e parcelas da população que não tem a oportunidade de participar ou se ver representados nos espaços culturais e/ou museais existentes. Ou seja, existem muitas histórias, memórias e identidades que podem estar sufocadas, e/ou são desvalorizadas pelos discursos mais difundidos disponíveis no espaço público, como dos gestores públicos, da grande mídia entre outros.

No âmbito da questão afirmamos que existe historicamente a tentativa de “subalternização” – no sentido de tornar ou manter subalterno – de determinados grupos sociais, dos quais os negros e pobres são alvo principal no Brasil; e nesse processo inclui-se desde a restrição aos direitos básicos (saúde, educação, moradia) até restrição do acesso e produção cultural, liberdade de expressão, bem como a persistência do preconceito e da discriminação, seja ela institucional ou não (THEODORO (org), 2008). Assim, procuramos dar ênfase a questão sobre como atuam os espaços museais selecionados no contexto social em que estão inseridos.

1. Instituto Brasileiro de Museus, criado em 2009. “O órgão é responsável pela Política Nacional de Museus (PNM) e pela melhoria dos serviços do setor – aumento de visitação e arrecadação dos museus, fomento de políticas de aquisição e preservação de acervos e criação de ações integradas entre os museus brasileiros. Também é responsável pela administração direta de 29 museus.” (<http://www.museus.gov.br/acessoinformacao/o-ibram/>)

2. Plano de recuperação e Revitalização da Região portuária do Rio de Janeiro idealizado pelo Instituto Pereira Passos, anunciado em 2001 e ainda em curso.

3. Um ato de reconhecimento da relevância de bens culturais materiais ou imateriais, que os transforma simbolicamente e os torna alvo de práticas e políticas específicas. “A patrimonialização, assim, configurou-se como ato que incorpora à dimensão social o discurso da necessidade do estatuto da Preservação. Conservação a ser praticada por instância tutelar, portanto, dotada de responsabilidade (competência) para custodiar os bens. E conservar, conceito que sustenta o Patrimônio, consiste em proteger o bem de qualquer efeito danoso, natural ou intencional, com intuito não só de mantê-lo no presente, como de permitir sua existência no futuro, ou seja, preservar” (LIMA, 2012, P. 34).

O enfoque que daremos estará fortemente vinculado as questões referentes a espacialidade, por acreditarmos, junto a alguns autores (SANTOS; HARVEY; LEFEBVRE) que as relações sociais, políticas e culturais humanas produzem (e são produzidas em) configurações e interações espaciais complexas, que apresentam concretamente as estruturas e os processos nos quais estamos inseridos. Ou seja, os centros culturais e museus (estes últimos nosso objeto de análise), bem como as políticas públicas, estão inseridos espacialmente em um ambiente social que possui características próprias, sendo daí inferido que é impossível a qualquer museu, desvincular sua atuação desse contexto sócio-espacial urbano específico.

Portanto, um recorte essencial para a pesquisa foi uma delimitação espacial – a chamada “zona portuária” – que na classificação oficial da prefeitura corresponde hoje aos bairros da Saúde, Santo Cristo e Gamboa, porém estes possuem entre si diferentes formações sociais que procuramos considerar. Junto as leituras e frequência na região pude conhecer o Instituto dos Pretos Novos, localizado na Gamboa, com uma trajetória singular e uma atuação muito ativa nas questões culturais da zona portuária, e o Museu de Arte do Rio, inaugurado em 2013 na Praça Mauá e divulgado como um importante centro de difusão de arte e conhecimento.

Tanto um quanto o outro se tornaram inicialmente espaços atraentes para os objetivos da pesquisa mas pela necessidade da escolha e diante das limitações de tempo, o Instituto dos Pretos Novos foi escolhido pelos rumos que foi tomando a própria pesquisa. O Instituto foi criado a partir de uma história peculiar: tudo começa em 1996 quando o casal Merced e Petrucio, acham ossadas na reforma de sua casa da rua Pedro Ernesto, e começam a indagar sua origem. Descobrem então que esta rua, muito antes chamada rua do cemitério, abrigava um dos maiores cemitérios de escravos da América latina até o século XIX.

4. Márcia Lima (2010) discute as políticas públicas de recorte racial no governo Lula. Ela destaca as seguintes iniciativas institucionais, fruto das reivindicações dos movimentos sociais: lei 10.639/03 que institui no currículo da educação pública básica a temática “história e cultura afro-brasileira”; a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial em 2003; a criação do Programa Universidade para Todos (PROUNI) com cotas para estudantes negros, pardos oriundos de escola pública; o desenvolvimento da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (2003); criação do Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI, 2005). Não podemos aprofundar o debate sobre o caráter, a atuação ou eficácia de tais programas.

O casal com o auxílio de amigos começa a realizar visitas na própria casa, mobilizando colaboradores, processo que iria resultar na criação do Instituto nove anos depois. A trajetória detalhada do IPN virá em capítulo posterior, mas este ponto de partida já é por si só interessante. Em cima do grande cemitério dos chamados “pretos novos” - denominação dada àqueles que chegavam de diversas partes do continente africano e não suportavam a dura travessia ou o período da quarentena, no qual eram mantidos presos em galpões para evitar a propagação de doenças – foram construídas e reconstruídas casas hoje habitadas, porém uma delas existe hoje para contar essa história. A ideia da “Pequena África”, que teria nascido no século passado, ser rediscutida e ressignificada a partir dos anos 80, (re?) acendendo conflitos, discussões e ações de reivindicação de um passado escravocrata e um presente negro, só tornaram o panorama mais interessante. Assim, ao longo do tempo formulei como objetivos da pesquisa: estudar a história e o contexto social atual da zona portuária do Rio, identificando principalmente seus agentes e espaços culturais; estudar a trajetória, formação e estrutura do Instituto dos Pretos Novos; observar a relação do IPN com os demais agentes sociais e culturais da região, como por exemplo, poder público, iniciativa privada, movimentos sociais, moradores, frequentadores - a fim de identificar algumas das tensões, negociações e diálogos que formam essas relações; para então compreender o papel exercido por ele no contexto de transformações sociais pelo qual vem passando a região da zona portuária e poder reconhecer como suas práticas discursivas se relacionam com as memórias e cultura locais. Aos poucos fui obrigada a condensar esses objetivos as limitações de um mestrado, porém, muito dessas questões iniciais aparecem ainda no texto final.

André Cicalo questionou em seu documentário “Memórias do esquecimento” (2008) bem como em outros trabalhos resultantes da sua pesquisa, um processo de “esquecimento” da história da escravidão no Rio, em que a zona portuária teria sido um espaço essencial. Dentro desse questionamento, após a abolição e até hoje, a discussão sobre este passado e suas consequências, o reconhecimento desta face da história do Rio seriam evitados quando não deliberadamente encobertos. Outros antropólogos, sociólogos, movimentos sociais, moradores etc. têm discutido o preconceito racial, e diversas questões acerca de identidade e memória no Rio de Janeiro.

É importante ressaltar a importância dos conceitos trazidos da Museologia Social, ou Nova Museologia, como referencial prático e teórico das presentes discussões, ou seja, como um conjunto de propostas que pretendem transformar a estrutura dos espaços museais apresentando novas possibilidades de atuação dos

mesmos. No que tange aos próprios espaços museais, pude conhecer algumas iniciativas interessantes, que instalaram atividades relacionadas a memória em territórios cuja população convive com graves problemas sociais – e cujas manifestações culturais e participação histórica na vida da cidade sempre foram desconsiderados – como o Museu Vivo de São Bento em Caxias, o Museu da Maré, o Ecomuseu de Santa Cruz, o Odé Gbomi em Nova Iguaçu entre outros. Todas iniciativas que contaram com a persistência de moradores, e ao conhecê-las surgem de imediato as perguntas: por que estas iniciativas são tão pouco incentivadas pelo poder público? Por que não existem mais museus e centros culturais em favelas, comunidades e periferias? Sem dúvida esta pesquisa não poderá responder completamente a todas essas questões, mas tendo-as como força motriz achamos pistas significativas ao menos no contexto da zona portuária. De imediato, as perguntas acima podem soar ingênuas, já que são muitas as demandas básicas que não são atendidas para muitos cidadãos e em último lugar viria a cultura e a valorização da memória. Olhando com um pouco mais de profundidade, é perceptível como o fortalecimento cultural e identitário pode mudar a realidade de parcelas significativas da população – pode ser encarado como uma das vertentes da educação num sentido abrangente, com um poder comunicativo que promove integração e consciência. Ou seja, em outras palavras: “as representações que os sujeitos têm do real influem na construção da realidade ao mesmo tempo que as práticas materiais são a base para novas representações do real” (SÁNCHEZ, 2001). Nesse esteio, o contato com as ideias de Bourdieu (1998) foi fundamental para entender que o poder simbólico como agente estruturado e estruturante, está diretamente ligado a materialidade no âmbito social, e que a cultura e a educação são as esferas decisivas para a legitimação de qualquer nível de poder, para a concretização de identidades e das memórias sociais.

Este “museu novo” proposto pela “Nova Museologia”, mas que é no fundo uma demanda da sociedade, pretende em última instância, não só reaproximar os cidadãos desses espaços e de suas ferramentas, mas propõe que aquele possa tornar-se ativo em sua construção, e na representação de suas memórias, de sua história e cultura de forma geral. Este é um desafio permanente, que é assumido por alguns de forma mais tímida, e por outros de forma mais contundente, mas é uma discussão cada vez mais forte.

Desde a primeira metade do século XX mudanças sociais assim como mudanças epistemológicas no campo das ciências humanas envolveram os museus em novas discussões; às críticas que foram direcionadas a estas instituições como representantes de uma história e memória social “oficiais”, destinadas a reprodução de um discurso hegemônico, seguiram propostas e iniciativas para democratizá-los e transformá-los em

espaço de troca de conhecimentos, memórias e práticas diversas (ALMEIDA, 1996).

Mais de 40 anos depois das Jornadas de Lurs (França,1966) que originou vários espaços museais locais inovadores, e da chamada Mesa de Santiago do Chile (1972) que representou um dos marcos nas discussões da Nova Museologia Social na América Latina, o que mudou? Suas ideias encontraram ressonância em várias partes do mundo, embora ainda formem uma corrente que pode ser considerada contra-hegemônica, ou seja, não é a predominante nas instituições museológicas que tem sido construídas nas cidades contemporâneas. A produção, as discussões, fóruns, associações e iniciativas empreendidas foram significativas ao longo destas décadas, porém, em um recente documento-síntese da última Jornada sobre a função social do museu realizada pelo Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM, criado em 1985), vemos que

As áreas culturais e a museologia em particular estão sendo condicionadas negativamente por tutelas que são contraditórias entre o discurso e a sua prática [...].

Uma Museologia Social que encoraja a consciência política como prática corrente, o exercício da cidadania, o espírito de iniciativa e a participação das comunidades, encontra, cada vez mais, dificuldades de afirmação. Assim, os Museus, que devem estimular o livre pensamento, o debate e participação cidadã das suas comunidades, estão eles mesmos esmagados por hierarquias autoritárias que os condicionam e memorizam (2014).

Este contexto apontado pelo documento refere-se especialmente ao cenário de Portugal, mas não só – aponta a questão como parte de um contexto político e cultural mais amplo, o que não podemos de antemão concordar ou discordar mas sim levar em consideração para pensar a relevância do tema. Como veremos as ações culturais tornam-se cada vez mais arena de disputas, interligam-se mais do que nunca as questões sociais e políticas. Quais foram e são as dificuldades existentes para a concretização das propostas apresentadas pela Nova Museologia Social, como se dá a discrepância entre discurso e prática na realidade dos espaços culturais ? Estas perguntas podem ter diversas respostas de acordo com o contexto social, podendo também apresentar traços comuns. O trabalho que aqui apresenta no primeiro capítulo uma discussão sobre o papel de instituições museais num contexto amplo, procura em seguida considerar o Rio

de Janeiro e a região na qual esta inserido o IPN em sua interseção entre local e global; o Rio como uma grande cidade referência cultural do Brasil no exterior e ao mesmo tempo, território de múltiplas formas de identidade cultural e sociabilidade mais ou menos visibilizadas. Vários estudos apontam a riqueza histórica e cultural da região portuária, e seu passado escravocrata não é o único elemento significativo na formação deste território, mas é um elemento que tem sido reivindicado, reclamado e problematizado ao longo de décadas e querendo ou não, as instituições que ali se encontram e atuam vão promover silêncios e discursos sobre a questão. Além disso, há toda uma população habitante, que tem suas formas de sociabilidade e suas manifestações culturais, sejam elas ligadas as “matrizes” afro-brasileiras ou não. O IPN tem sua atuação marcada pela peculiaridade de sua trajetória: como foi criado, por quem e como é administrado, que recursos possui e os objetivos que travou como eixo. Vamos ao longo deste trabalho conhecer um pouco dos caminhos percorridos pelo IPN enquanto espaço de cultura e memória dentro de um contexto social tão rico, e promover discussões acerca da função desempenhada por ele para a valorização da história, cultura e memórias existentes na região.

Para a realização da pesquisa, após o momento inicial da pesquisa bibliográfica (que é constante), analisei os discursos do IPN no que tange aos seus objetivos enquanto instituição contidos em folhetos, sites e demais publicações. Fiz então as primeiras visitas com o olhar de pesquisadora, travando conversas informais, participando de eventos e oficinas. Levantei toda (ou a maior parte) da programação do espaço durante um ano e meio; busquei os dados sobre visitação e avaliações disponíveis; parti então para as entrevistas.

Para esta pesquisa, entrevistei: Merced (presidente), Antonio Carlos (coordenador de oficinas), Penha Santos (coordenação de cultura), Cláudio Honoratto (pesquisador e ministra oficinas), Carla Marques (também pesquisadora e ministra oficinas) e Antonio Spirito Santo, músico, educador, artista, ativista negro e pesquisador autodidata de vasta trajetória que também vem acompanhando tanto o IPN (porém não faz parte do mesmo) quanto as questões relacionadas a zona portuária há mais de uma década. Este último foi entrevistado para nos dar um olhar possível “de fora” do IPN, porém com conhecimento suficiente para falar das questões abordadas. Para cada um deles, elaborei um roteiro específico de perguntas, de acordo com aquilo que me interessava saber, e com as lacunas deixadas pela entrevista anterior. Estructurei cada entrevista depois de um contato prévio com o entrevistado, e uma pesquisa sobre sua trajetória, afim de procurar os pontos-chave em que cada um poderia contribuir.

Comecei a frequentar ativamente o IPN em 2014, antes ia eventualmente e acompanhava muito pela internet; ao longo de 2014 fui conhecendo as pessoas, participando das atividades, assistindo as oficinas, e depois de certo tempo, fui percebendo “quem era quem”, e como poderiam contribuir nas minhas indagações. Só em 2015 fui elaborando os roteiros. No início passava “despercebida” como qualquer visitante, para então me apresentar formalmente e à pesquisa. Levei um resumo da pesquisa e me coloquei a disposição para qualquer esclarecimento. A relação foi-se tornando mais próxima com o tempo, e sempre fui muito bem recebida pelas pessoas.

Durante toda a pesquisa estive atenta em estudar a história da zona portuária, em conhecer o maior número possível de espaços e iniciativas culturais, novas e antigas, e perceber como elas dialogam (ou não) e atuam na área, bem como qualquer questão político-social que envolvesse a zona portuária, que vieram condensadas no segundo capítulo.

Assim, no primeiro capítulo discuti os espaços museais como lugares de memória, história, identidade e poder no mundo globalizado, ou seja, a importância dos museus na formação de memórias e identidades e seu lugar na cidade global, nas sociedades contemporâneas. Para isso utilizei conceitos sobre globalização e cidade global de diversos autores como Robertson, Hall, Harvey, Sánchez, Santos entre outros; poder simbólico, capital cultural e Habitus de Bourdieu bem como seu trabalho sobre o público de museus de arte na Europa; também sobre museus e museologia me fundamentei em contribuições de Chagas, Huysen, Abreu, Moraes, Almeida, Koptcke, Sepúlveda entre outros.

No segundo capítulo abordei primeiramente a história da região com ênfase na questão da escravidão e da contribuição cultural africana; inseri a atualidade abordando principalmente o Projeto Porto Maravilha, o contexto geral da zona portuária relacionando os contextos local e global, as transformações sociais pelas quais vem passando a área, algumas das questões que se colocam aos moradores, aos agentes e instituições culturais. Utilizei documentos sobre o projeto Porto Maravilha, e várias dissertações e teses que foram escritas sobre o passado histórico da região e também seu contexto atual, bem como artigos das áreas de antropologia, urbanismo, sociologia que têm o projeto Porto Maravilha como ponto central. Foram fundamentais também autores que discutem sobre cidade, produção social do espaço, gentrificação, revitalização e sobre o contexto geral do Rio de Janeiro como Lefebvre, Vainer, Mendes, Santos (Cesar Simoni), Slater, Sánchez, Sampaio entre outros.

Já no terceiro capítulo apresentei finalmente o IPN dentro do contexto da zona portuária discutido anteriormente, sua trajetória, como foi construído, o caráter da programação, políticas de visitação, práticas discursivas e educativas, utilizando os elementos trazidos nas entrevistas e no trabalho de campo em geral. O campo foi realizado por imersão, já que passei a ir ao Instituto no mínimo uma vez por semana durante mais de um ano, participei das comemorações de 10 anos do instituto e de 20 anos do achado do cemitério, assim como do cotidiano, em cafés de fim de tarde, oficinas, lendo alguns livros presentes na biblioteca, e quando longe, acompanhando postagens de facebook, reportagens, vendo vídeos disponíveis na internet etc.

Cap. 1

Espaços museais: memória, história, identidade e poder no mundo globalizado

Este capítulo busca suscitar algumas discussões acerca do papel dos espaços museais¹ como locais de expressão e ressignificação de memórias e identidades no contexto da globalização; para isso discutiremos primeiramente esses espaços como lugares de memória, história, identidade, cultura e poder, e como estão inseridos dentro do (s) contexto (s) social e político atuais. Como definição de “espaço museal” entende-se hoje todo projeto que realiza de forma organizada atividades relacionadas a história, memória e cultura material e/ou imaterial de grupos, sociedades, bairros, comunidades etc, organizando diversos discursos e práticas acerca de acervos e repertórios. Usaremos ao longo de todo o texto ora a palavra museu, ora museal, esta última sendo mais ampla que a primeira, já que não podemos esquecer de considerar, que muitos espaços culturais não se autodenominam museu, mas realizam práticas museológicas como salvaguarda de objetos relacionados a memória e história de grupos locais e exposições, como parte de suas atividades principais. Pretende-se posteriormente problematizar sobre o papel dos espaços museais como importantes instrumentos de valoração e (re) significação de memórias e identidades no meio urbano carioca.

Estudos que abordam a dimensão histórica dos museus afirmam unanimemente que desde a antiguidade existira a prática de preservação e colecionismo de objetos considerados valiosos ao conhecimento e a cultura dos povos. Essa prática desenvolve-se especialmente em ligação com as universidades (criadas por volta do séc. XIII na Europa) e os humanistas europeus, assim como em correlação com o conhecimento científico e o fortalecimento dos estados nacionais (CHAGAS, 2002; SOTO, 2014).

Porém, os primeiros museus como ficariam desde então conhecidos são criados nos séculos XVII-XVIII (Ashmolean Museum e Museu Britânico), fruto de coleções particulares de homens abastados. Do colecionismo já há muito praticado com objetos de todo tipo, são dedicados espaços físicos específicos para a salvaguarda dos objetos e sua exposição a pesquisadores e interessados.

Já existia por parte de grupos de intelectuais e indivíduos a consciência da representatividade, simbolismo e historicidade dos objetos, porém ainda iriam formar-se técnicas e teorias específicas que aos poucos dariam forma a museologia, disciplina ou ciência instituída no século xx.

Foi a revolução francesa que contribuiu decisivamente para colocar os museus e arquivos numa posição significativa para a construção da história, memória e identidade nacional, fundamentada pelo iluminismo – o legado das iniciativas francesas nesse campo exerceram grande influência pelos séculos seguintes, estabelecendo os museus como assunto relevante para a esfera pública e a consolidação do poder governamental, em qualquer forma de organização política.

Mais tarde, o século XIX ficou marcado pelo pensamento científico europeu que vai se impor como principal forma de conhecimento legítimo e classificar outros povos segundo suas perspectivas – período em que nascem a antropologia e a sociologia; é também o século em que vários museus são formados, tanto para exibir a arte europeia quanto a arte e objetos ligados a cultura oriental ou de outros povos, numa clara afirmação do imperialismo europeu. Nesse bojo, ocorre a formulação de técnicas para a salvaguarda e exposição das coleções, que passam a ser consideradas patrimônios nacionais, e estão fortemente atreladas a um discurso de elevação das realizações europeias na área dos conhecimentos científicos, estimulando concepções de superioridade cultural e até racial.

É no século XX que ocorrem significativas transformações nas ciências humanas, que começa a rever seu olhar eurocêntrico, suas práticas e métodos de pesquisa, e nesse processo na área da museologia constroem-se novas interpretações dos conceitos de patrimônio, museu, coleção, bem como novas formulações a respeito da função social dos mesmos. O período pós II guerra suscita reflexões decisivas sobre os rumos da humanidade, e as ações e discussões relacionadas a memória social adquirem papel central na esfera política para movimentos sociais, grupos e partidos, intelectuais, e para aqueles que viveram experiências traumáticas coletivas, como guerras, ditaduras, etc. O holocausto aparece no ocidente como protagonista das discussões sobre memória social até fins do séc. XX, mas este acontecimento histórico ultrapassa muito suas fronteiras - nas palavras do próprio Huyssen, [...] “O holocausto perde sua qualidade de índice de acontecimento histórico específico e começa a funcionar como uma metáfora de outras histórias traumáticas e de sua memória” (tradução própria, 2001, p. 17).

¹ Segundo a obra *Conceitos Chave da Museologia*: “(1) o adjetivo ‘museal’ serve para qualificar tudo aquilo que é relativo ao museu, fazendo a distinção entre outros domínios (por exemplo: ‘o mundo museal’ para designar o mundo dos museus); (2) Como substantivo, “o museal” designa o campo de referência no qual se desenvolvem não apenas a criação, a realização e o funcionamento da instituição ‘museu’, mas também a reflexão sobre seus fundamentos e questões” (2013, p.54)

A consciência de que as lembranças e os esquecimentos relativos a fatos ocorridos no âmbito social, que dizem respeito a coletividade, exercem um poder comunicativo, simbólico e político, aos poucos leva milhares de pessoas de diferentes origens a se organizarem e agruparem em torno das mais variadas temáticas, todas envolvendo a disputa pelas memórias sociais. Independente do contexto, já não se pode dissociar memória de poder, e por isso mesmo, tampouco podemos dissociar os dois últimos dos museus. Sem dúvida, a escola e as mídias são hoje as grandes “mediadoras culturais” (SEPULVEDA, 2014) nas sociedades contemporâneas, porém os museus adquirem renovada importância para a cultura das cidades globais. Miriam Sepulveda (2014) dá um panorama das abordagens sociológicas clássicas na área da cultura e como se relacionam com os estudos, reflexões e críticas acerca dos museus enquanto lugares de memória, identidade, cultura e poder que são hoje desenvolvidas. A partir de reformulações e embates com aspectos de teorias clássicas como a marxista, marxianos como Adorno, Horkheimer e Gramsci, assim como Durkheim, Weber, Foucault e posteriormente Bourdieu, contribuíram para discussões e análises acerca de memória, identidade e poder, instituições culturais e poder, museus e sociedade, papel social dos museus, entre outras questões. Os chamados “estudos culturais” que desencadearam a partir dos anos 50 importantes transformações nas ciências humanas, abririam caminho também para a discussão sobre os museus na contemporaneidade. Não por acaso este é o período em que começam as principais transformações na museologia, são criados órgãos importantes como o ICOM (Conselho Internacional de Museus, em 1946), que só se expande para a América Latina nos anos 70. A partir dos anos 50, uma série de pressupostos acerca dos museus serão postos em discussão, como a ideia de coleção, os métodos expositivos, as práticas discursivas, sua função social, enfim, toda a estrutura e função dos museus é rediscutida. Nesse contexto surge a museologia social, o conceito de ecomuseu, museu integral e museu comunitário (dos quais falaremos adiante), sendo as conferências do ICOM e as formulações da UNESCO referências importantes para os profissionais, estudiosos e interessados na área neste período. A “virada cultural” ocorrida nas ciências humanas vai desencadear cada vez mais estudos e questionamentos sobre o papel dos museus, monumentos, das ações de patrimonialização na construção da memória social e identidades.

Os estudos desenvolvidos por Bourdieu e condensados na obra “O poder simbólico” (1998) trazem contribuições particularmente interessantes a esta pesquisa. Bourdieu utilizou referências diversas (Elias, Marx, Durkheim, Brown, Weber entre outros) para construir suas análises e discutir sobre conhecimento, sistemas de ensino,

processos de reprodução, relações de poder e distinção social na sociedade capitalista.

Para Bourdieu, nas classes economicamente mais altas, não apenas o poder aquisitivo (capital econômico) legitima sua distinção social, mas também, o *capital cultural* que estruturam seu *habitus* – dois conceitos fundamentais em seus trabalhos.

Em síntese, o *habitus* é conceituado pelo autor como um conjunto de elementos como os gostos, atitudes, modos de vida e visões de mundo, que são praticados e reproduzidos pelos indivíduos de acordo com os grupos sociais aos quais pertencem ou estão ligados. Já o conceito de *capital cultural*, intimamente ligado ao *habitus*, se refere ao conhecimento e aos elementos culturais que pode-se apreender e se transformar em mecanismos concretos de distinção social². Segundo Bourdieu, o capital cultural pode existir de três formas principais: incorporado – aquele que é interiorizado pela pessoa através do processo de aprendizagem e que não pode ser trocado instantaneamente (como um conjunto de conhecimentos e capacidades); objetivado – tem existência material externa a pessoa, podendo ser portanto apropriado tanto materialmente quanto simbolicamente (livros, obras de arte); o institucionalizado, que é conferido por uma instituição legitimada como detentora de cultura e saber, e confere títulos àqueles que seleciona como aptos aprendizes (escola).

Em outro trabalho, “O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público” (2007) sua abordagem sobre os museus de arte (em conjunto com Darbel e Schnapper) analisa de forma crítica para quem e quem são mantidos tais museus nos países europeus estudados (Espanha, França, Grécia, Holanda e Polônia) e como eles se constituem em instituições de distinção social (2003). Bourdieu aplica os conceitos que desenvolveu ao longo do tempo para discutir a relação entre arte, museus, campo social e distinção social, bem como analisar como se dá o acesso aos museus de arte nos países citados. Apesar de muitas transformações sociais (e museais) terem ocorrido desde a publicação da obra nos anos 60, ela continua atual em vários aspectos: quando associa grupo social a educação e acesso a cultura; quando infere que promover o acesso a museus não é apenas abri-los gratuitamente ao público; quando conclui que o acesso a cultura é um fator de diferenciação social que é provocado por condições sociais concretas e produz impacto na realidade material (BOURDIEU, 2007).

Os resultados da minuciosa pesquisa realizada pelo autor e sua equipe colocam o nível de instrução como a categoria mais importante na condição da visita aos museus de arte, relacionando-o diretamente com a classe sócio-profissional, local de moradia e idade. Ou seja, conclui em última instância que as condições de formação do hábito de visitar museus e de ser um apreciador (a) das artes plásticas estão diretamente

ligadas as condições sociais gerais vividas pela população. São muitos os fatores que contribuem para o acesso aos museus, porém o mais forte é a educação para tal.

Se uma pesquisa semelhante fosse realizada em todo o Brasil, certamente teríamos outros elementos a serem considerados, e outros resultados apareceriam, já que as diferenças sócio-culturais e econômicas entre o Brasil e os países pesquisados pela equipe de Bourdieu são muito grandes (sem falar nas diferenças entre as próprias regiões brasileiras), porém podemos considerar que os mecanismos sociais que atuam nestes países - para que o hábito de frequentar museus de arte tenha sido considerado ainda elitista - não sejam essencialmente tão diversos. Certamente para muitos daqueles que já trabalharam em museus no Brasil, a tentativa de democratização do acesso esbarra em questões como poder aquisitivo, acesso a educação de qualidade e grau de instrução, tempo livre, idade e mobilidade urbana. Veremos como são raros os museus que se instalam em favelas, comunidades e periferias, e como essas iniciativas têm dificuldade para se manter; essa informação por si só remete a uma segregação cultural territorial, pois se o estímulo ao conhecimento de museus e centros culturais não é expressivo na vida cotidiana, a distância geográfica só pode aprofundar as barreiras.

A pesquisa Perfil-opinião de 2005³ é uma fonte importante nesse sentido, foi realizada no Rio de Janeiro e concluiu justamente que grande parte da visitação dos museus pesquisados é composta de moradores da mesma região administrativa (p.79-80); predominou a faixa etária adulta, sendo 26,4% de 30 a 39 anos e 22,3% de 40 a 49 anos - embora a amplitude da faixa (em quantidade de anos) tenha sido bem maior do que a considerada jovem - 36,6% dos visitantes tinham entre 15 e 29 anos. Um outro dado interessante nessa pesquisa é que 67,4% dos visitantes declarou-se ser de cor branca; e 47,5% declarou ter ensino superior, muito acima da média geral na região metropolitana do Rio. Junto ao capital econômico, o capital cultural influencia a posição ocupada pelos “agentes sociais” no “espaço social”(4), e conseqüentemente, suas ações sobre ele.

2. Nas palavras do autor, “a distinção - no sentido corrente do termo - é a diferença inscrita na própria estrutura do espaço social quando percebida segundo as categorias apropriadas a essa estrutura [...]” (1998, p. 144). Assim, a distinção social é produzida e deve ser perceptível, exercendo sobre o conjunto da sociedade certa forma de poder simbólico.

3. “Programa de serviço e pesquisa sobre os museus e sua relação com a sociedade. É fruto da parceria entre o Museu da Vida, a Casa de Oswaldo Cruz, a Fundação Oswaldo Cruz, o Departamento de Museus e Centros Culturais do Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional, o Museu de Astronomia e Ciências Afins, o MCT e a Escola Nacional de Ciências Estatísticas do Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia” (2007, p.68).

Ainda na perspectiva do autor, todos pertencem ou estão ligados a campos sociais, que podem ser também campos de poder (5). Bourdieu dá ênfase ao espaço geográfico como parte integrante, que constitui e é constituído das relações sociais existentes dentro dos campos sociais e entre eles. Toda essa discussão nos leva a questionar se a origem elitista dos museus ainda não foi totalmente superada.

Outro conceito particularmente interessante a nossa análise desenvolvido por Bourdieu é o de *poder simbólico*. Segundo este autor

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar e de transformar a visão do mundo, e deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário (1989, p. 9).

Ou seja, consideramos que pode-se exercer um poder simbólico significativo sobre uma (ou parcelas da) sociedade através de instituições culturais como os museus, sob diversos aspectos: as práticas educativas e discursivas desenvolvidas pela instituição; as relações sociais e espaciais da instituição com a cidade e seus habitantes; as relações econômicas e políticas dentro e fora do campo de poder ao qual a instituição está inserida.

Sem dúvida, as condições de recepção e interação entre esses fatores na sociedade são complexos e não obedecem a estritas dualidades de dominantes e dominados, mas podem constituir-se mesmo assim como faceta dos conflitos entre classes e frações de classe. Portanto, dentro de uma perspectiva relacional, existem campos de poder em disputa pela veiculação de ideologias em qualquer espaço cultural, com as quais os cidadãos encontram-se em diálogo permanente (nem sempre consciente), mas que no entanto, estão indiretamente ligados as suas condições materiais e intelectuais de existência.

Nesse sentido, Chagas (2002) ao discutir a relação entre museu e poder, apresenta-nos um panorama da trajetória do museu ocidental moderno, e como este esteve desde a revolução francesa vinculado a idéia de nação, de civilização e conhecimento científico. Chagas nos apresenta dois “movimentos” de memória, um voltado para o passado, e outro para o presente; o primeiro organizaria a memória de forma a representa-la como imutável, imparcial, rígida e distante, enquanto o outro,

articulária a memória com as questões e necessidades atuais, sem ignorar ou amenizar conflitos e posicionamentos. Ambos possuem seus desafios e podem subsistir dentro de um mesmo espaço museal, e frequentemente entrarem em embate.

Acrescento a este ponto, que embora muitos museus tenham se renovado quanto a linguagem, buscando expografias mais interativas, isso não significa que os conteúdos abordados não sejam convencionais – ainda é perceptível que a abordagem de muitos museus e exposições tenta nos apresentar informações e conhecimentos “imparciais”, “objetivos” ou enciclopédicos, mesmo quando tratam de questões históricas por exemplo. De qualquer forma, essas decisões são tomadas pela cúpula dos museus, e podem estar comprometidas e/ou alinhadas com as expectativas de seus patrocinadores. Essa perspectiva hierárquica presente na grande maioria das instituições culturais também pode ser contestada, afim de se construir gestões mais coletivizadas e colaborativas. Qualquer instituição cultural produz discursos sobre a realidade; esses discursos, que podem se configurar como práticas discursivas (uma vez que museus, centros culturais e afins cada vez mais oferecem atividades educativas e de interação com o público) são construídas por sujeitos sociais que, de acordo com sua formação, intencionalidade, experiência, e orientações trazidas pela instituição ou grupo que representam (sejam estes considerados ou não formais) irão selecionar conteúdos e formas de veiculação, produzindo silêncios e memórias, ideias, conhecimentos, etc. acerca de variados temas. Como nos esclarece Chagas “Reconhecer que existem relações entre o poder e a memória implica em politizar as lembranças e os esquecimentos.” (2002, p. 44). Ao chegarmos no capítulo 2, veremos que as duas âncoras da atuação cultural do projeto Porto Maravilha na zona portuária são dois museus, o Museu de Arte do Rio, e o Museu do Amanhã; falaremos também sobre diversos aspectos históricos e culturais da região portuária, um pouco de suas memórias sociais, e as questões que se colocam na atualidade.

4. Bourdieu rompe com algumas das principais categorias marxistas, e utiliza “espaço social” para referir-se ao mundo social, sendo este constituído de campos que são multidimensionais, e composto pelos agentes sociais que os transformam constantemente (ver capítulos V e VI em “O poder simbólico”).

5. Apesar de reconhecer o uso do conceito de classe como instrumento teórico, o autor nega sua existência na realidade (1998, p. 136-137) afirmando que “o que existe é um espaço de relações o qual é tão real como um espaço geográfico”[...], o que é bastante discutível, porém excede os objetivos do presente trabalho fazê-lo. A questão é que coloca que existem outras formações sociais aglutinadoras como as étnicas e nacionais, etc. Assim, ele rompe também com a categoria de “classe dominante” e utiliza “campo de poder” (p. 28), o que nos parece igualmente problemático; poderíamos sim (como o próprio Bourdieu sugere) considerar que as classes dominantes se constituem em campos de poder, porém nem todos os campos de poder são constituídos pelas classes dominantes – mas os campos de poder que detém capital econômico e os meios de produção não podem ser referidos pela mesma categoria de outros que não os possui, o que faz dessa categoria talvez tão genérica quanto aquela que foi rejeitada.

Consideramos portanto importante estabelecermos antes uma discussão sobre os espaços museais num sentido abrangente – como espaços de memória social – no mundo contemporâneo, como eles se relacionam com as questões culturais, sociais e políticas de seus contextos específicos, dentro de um contexto maior, no mundo globalizado.

Globalização, cultura e instituições museais

As transformações vividas pelas sociedades humanas a partir do século XX trouxeram às ciências humanas o desafio de buscar conceituar e compreender os fenômenos ligados à chamada globalização, cujas questões estão em pleno curso e processo de complexidade. Vários discursos têm sido produzidos acerca do tema e para nossa presente discussão, é útil abordar algumas noções que dizem respeito as relações entre globalização, neoliberalismo, privatização da cultura – e do espaço público – e as memórias sociais. Isso porque um dos eixos de sustentação dessa pesquisa, é a compreensão de que os espaços culturais e museais engendram todas as questões sociais e as contradições presentes no contexto social nos quais estão inseridos, contrariando qualquer pretensão de “neutralidade” possível por parte daqueles que os gerem, os patrocinam ou apoiam. Muitas vezes no entanto o contexto local, tanto aquele vivido pela cidade, quanto pelo bairro ou região tem conexões com contextos nacionais ou mesmo internacionais, que é o que consideramos ser o caso do Rio de Janeiro e sua região central, especialmente a chamada “zona portuária”. Por isso, vamos discutir os processos desencadeados pela globalização num âmbito geral para posteriormente, utilizar esses conceitos para discutir como o Rio se insere nessa realidade, como a zona portuária é um exemplo significativo e principalmente, como os espaços culturais assumem funções e responsabilidades fundamentais para a construção de identidades, cultura política e memória social.

Compreendendo a globalização como uma série de fenômenos político-econômicos e culturais intimamente atrelados ao capitalismo neoliberal, nosso foco neste capítulo estará no entanto em discutir sobre os processos principais identificados como parte do fenômeno da globalização, especialmente as transformações no espaço público urbano, o impacto dessas transformações para as memórias sociais e o lugar das

instituições museais nesse contexto, que proliferam desde os anos 80 assim como as políticas públicas e as discussões acerca da memória, patrimônio, etc.

Partindo de uma perspectiva das transformações urbanas vividas dentro desse processo, iremos problematizar em seguida sobre a função dos novos espaços museais tendo como cenário principal a cidade do Rio de Janeiro nas últimas duas décadas.

Para iniciar a discussão sobre globalização e espaço, Santos (2002, p. 54) coloca a contradição entre globalização e localização como fundamental - em sua análise:

O tempo presente surge-nos como dominado por um movimento dialético em cujo seio os processos de globalização ocorrem de par com processos de localização. De facto à medida que a interdependência e as interações globais se intensificam, as relações sociais em geral parecem estar cada vez mais desterritorializadas, abrindo caminho para novos direitos às opções, que atravessam fronteiras até há pouco policiadas pela tradição, pelo nacionalismo, pela linguagem ou pela ideologia, e frequentemente por todos eles em conjunto.

Assim, esse conjunto de fenômenos econômicos, sócio-políticos, culturais, identificados como “*globalização*”, afeta de fato todas as sociedades do planeta, porém, de formas diferentes. Alguns autores situam a globalização como um conjunto de fenômenos típicos da modernidade, desencadeados bem antes do século XX (Giddens, 1991); porém o conceito que utilizaremos aqui é aquele que discute a globalização desencadeada a partir dos anos 80 com o fim da União Soviética (Ianni, 2001 p.56; Kalina Silva e Maciel Silva, 2005 p. 169-173). Por um lado, atrelada ao sistema político-econômico que não pode deixar de reproduzir desigualdades por suas características estruturais intrínsecas, a globalização é caracterizada por mudanças significativas de cunho sócio-cultural, as quais inicialmente, a Europa ocidental e Estados Unidos têm influência preponderante; atualmente percebe-se a crescente complexificação dessa questão, aonde os sistemas culturais atingiram um nível de interação e diversificação desafiadores, incluindo aí como protagonista o avanço da comunicação informacional. Podemos concluir a partir de autores importantes na área das ciências humanas como Santos (2002), Robertson (1992), Ianni (2001) entre outros, que a globalização tem apresentado como características gerais ou centrais:

- no campo econômico: economia orientada pelo sistema financeiro e pelas empresas multinacionais; subordinação dos estados nacionais aos órgãos multilaterais

internacionais como Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio; desregulação das economias nacionais; processos de produção mais dinâmicos, flexíveis e “multilocais”.

- no campo social e político: novas formações de classe, tanto nacionais quanto transnacionais; aumento significativo e acelerado da concentração de renda e da desigualdade social entre países; redução da autonomia política nacional; difusão das ideias de democracia liberal como “modelo de regime político universal”.

- no campo cultural: revolução das tecnologias de informação e comunicação; fragmentação, reordenamento e resignificação de identidades culturais, práticas e conhecimentos diversos através das variadas possibilidades de trocas culturais, “hibridismo”; grande influência dos padrões ocidentais e norte americanos inclusive nas linguagens estéticas artísticas; ascensão de nacionalismos peculiares.

A alteração das dinâmicas espaço-temporais é considerada uma característica do mundo contemporâneo e da globalização problematizada por autores como Giddens (1991) e Harvey (2005) - ainda que em outros aspectos suas abordagens sejam diferentes – ambos apontam uma desregulação entre espaço e tempo, em que o segundo transcende o primeiro, percorrendo grandes distâncias de espaço em mínima unidade de tempo. Harvey apresenta uma abordagem estritamente marxista, porém inovadora, pois o autor realiza uma reinterpretação e uma reapropriação das ideias de Marx, dando ênfase na importância das relações sócio-espaciais, no reordenamento geográfico do espaço promovido pelo aprofundamento dos processos produtivos capitalistas.

Alinhado com a perspectiva marxiana de Harvey, Milton Santos é um crítico mordaz da globalização e propõe uma outra globalização (2006) que ele acredita estar sendo aos poucos criada pelas formas de resistência ao processo. Santos descreve a globalização “como fábula”, ou seja, aquela da qual a grande mídia fala em tom otimista, a globalização que as elites nos apresentam como a era das tecnologias, da “integração” global, da competitividade, do consumo e da comunicação. E de fato, coloca o autor, estes são aspectos concretos do mundo contemporâneo, porém não são mencionadas ou discutidas várias outras questões igualmente concretas e fundamentais, que expõe agudas contradições trazidas pela globalização do capitalismo, que se expande com a era informacional – a globalização “tal como é”, segundo ele - a “globalização da perversidade”. A globalização real, na visão crítica do autor, é caracterizada pelo autoritarismo político, pela intensificação da pobreza e das desigualdades sociais, predomínio da lógica consumista e competitiva em todas as esferas das relações humanas, manipulação do conhecimento e da informação pelas

grandes mídias empresariais – todo esse sistema ele denomina de “globalitarismo” – no qual milhares estão incluídos precisamente pela sua condição excludente. Em outras palavras, o sistema capitalista global, produz desigualdade latente e também sobrevive pelos milhares de excluídos que são expropriados de direitos e ainda podem constituir mão de obra barata no mercado (lembramos que o trabalho infantil e análogo ao escravo ainda é utilizado por inúmeras grandes empresas em todo o mundo). Para além dessa dimensão perversa enfatizada por Santos, ele aponta a possibilidade real de transformar este processo em uma verdadeira integração a favor da humanidade. Ianni (2001) também aponta as dimensões negativas da globalização, mas compreende o atual processo de comunicação e interação cultural global como rico em possibilidades e desdobramentos sociais, considerando a multiplicidade de fenômenos sócio-culturais como algo ainda a ser compreendido, porém certamente fascinante.

Hall (2011) também discute algumas questões fundamentais acerca da identidade cultural na chamada modernidade tardia ou pós-modernidade; ele enfatiza o papel da globalização nas transformações culturais e identitárias, vividas de múltiplas formas no mundo atual. O autor aponta a importância de Marx, Freud, Foucault, assim como das novas interpretações e dos movimentos sociais dos anos 60 (especialmente o feminismo, mas também os movimentos negros e LGBT) como contribuições para o “descentramento do sujeito moderno”, ou seja, muitas das concepções que ancoravam as culturas europeias ocidentais vão sendo abaladas durante o século XX. Ele aborda principalmente a construção das identidades nacionais, concluindo que por mais que existam projetos de integração e identificação fundamentados em discursos e práticas culturais, e que estes forneçam elementos importantes de “pertencimento” e nacionalidade, as diferenças e especificidades que convivem em um mesmo território são muitas, gerando identidades culturais nem sempre alinhadas com os discursos oficiais ou predominantes. Para Hall, o alargamento das fronteiras – físicas e simbólicas – que permite o contato entre diversas culturas em um pequeno espaço de tempo e com relativa facilidade, provocado pela globalização da economia, estimula um hibridismo cultural, um “deslocamento” das identidades anteriormente construídas, que produziria novas articulações identitárias. O autor não esquece de ressaltar duas contradições nesse processo também observadas por outros autores: o fortalecimento de identidades locais, tradições e nacionalismos como forma de afirmação e reação; e a apropriação mercadológica da cultura. Ele aponta:

Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas – desalojadas – de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem ‘flutuar livremente’ (HALL, 2011, p. 75).

Hall acrescenta ainda que “foi a difusão do consumismo, seja como realidade, seja como sonho, que contribuiu para esse efeito de ‘supermercado cultural’”. Ou seja, essa apropriação mercadológica das práticas e signos de muitas culturas amplia possibilidades de contato com as mesmas, mas pode também estereotipá-las, esvazia-las de conteúdo e significado. Quanto ao fortalecimento de identidades locais, elas também podem se tornar interessantes ao sistema político-econômico vigente, uma vez que, como esclarece Hall,

A globalização (na forma de especialização flexível e da estratégia de criação de ‘nichos’ de mercado), na verdade, explora a diferenciação local. Assim, ao invés de pensar no global como ‘substituindo’ o local seria mais acurado pensar numa nova articulação entre o ‘global’ e o ‘local’ (p. 77).

Chin – Tao Wu (2006) analisa em seu livro “Privatização da cultura” a crescente intervenção corporativa do capital privado nas artes desde os anos 80 nos Estados Unidos e Grã-Bretanha, que espalhou-se como tendência a diversos outros países, com configurações igualmente diversas. Seu foco principal está na relação entre capital privado e arte contemporânea (tanto no que diz respeito aos espaços físicos quanto aos artistas) desde essa década, e seu estudo abrange aspectos relevantes a essa pesquisa, pois revela a extraordinária reorientação político-econômica dos governos Reagan (1981) e Thatcher (1979) para o neoliberalismo através de suas políticas culturais, e como essas políticas se expandiram para outros países. Hall também aborda esta questão percebendo que há uma tendência mundial para o “governo através da cultura”, em que paradoxalmente, a regulação e a desregulação (tanto da cultura quanto da economia) são articuladas de modo estratégico e conveniente pelos governos, organismos internacionais, empresas de comunicação etc (1997, p. 17). Como parte integrante e essencial desse conjunto de políticas públicas neoliberais, a privatização da cultura nesses países demonstra quão importante é para as companhias multinacionais o controle do chamado *capital cultural*. Wu ressalta ainda que todo o financiamento e o controle exercido pelas corporações às instituições culturais possuem retorno econômico e político precisos: “Isso é feito com a expectativa de que o capital cultural

assim criado possa, no devido tempo e na conjuntura adequada, transformar-se em poder político para atender, abertamente ou não, aos interesses econômicos específicos dessas corporações” (p. 39).

De acordo com suas pesquisas, Wu (2006, p. 310) prossegue afirmando que

De fato, os museus multinacionais e as corporações multinacionais se tornaram inseparáveis. Embora seus objetivos proclamados estejam separados por um imenso abismo, eles têm em comum um apetite insaciável pelo aumento de sua cota no mercado global, e essa ambição os leva à expansão física e à ocupação de espaço em outros países.

Não só a “cota no mercado global” impulsiona as grandes empresas a investirem em instituições culturais, mas também, a necessidade e o interesse em cultivar poderes simbólicos que possam influenciar – portanto exercer algum tipo de controle - sobre as práticas e discursos veiculados (pelos agentes culturais atuantes) acerca das mais variadas questões históricas, artísticas, políticas, culturais etc.

O local e o global nos processos sócio-culturais urbanos - memórias, identidades e espaços museais na cidade global

Reconhece-se que frequentemente o meio urbano é aquele aonde a complexidade dos processos sócio-culturais da globalização apresentam-se mais latentes. Como nos aponta Moraes (2005, p. 95), “produto da modernidade capitalista, a cidade – lugar privilegiado da memória – se realiza como espaço de concentração e poder político, simbólico, tecnológico e relacional, um conglomerado de signos e enunciados”. O acesso à cidade, bem como o acesso aos equipamentos culturais que nela estão inseridos, tem correlação direta com a dinâmica da construção de memórias e identidades, mas não apenas ter acesso é fundamental, também as formas como esse acesso é dado na sociedade podem ser significativas para a circulação de idéias, informações, ideologias e quaisquer conhecimentos sobre o mundo. Sem destacar-se no espaço social como algo estranho, alheio a realidade, como um reduto elitizado da cultura ou memória legitimada como valorosa, os espaços museais - num sentido abrangente - que estejam comprometidos com a democratização do acesso ao fazer, sentir e conhecer as artes e a cultura, precisam estar atentos aos silêncios e aos discursos que promovem não só dentro da instituição sob forma de conteúdo mas ao diálogo que

estabelecem com sua localidade, através de ações (ou inações) educativas que a incluam. A cidade do Rio de Janeiro assume reconhecida importância na economia, política e cultura do país, e muitas vezes aglutinou a atenção e os investimentos públicos federais. Nas últimas décadas, as gestões públicas da cidade (nas quais predominou o PMDB, no governo estadual dos últimos cinco mandatos) buscaram inserir-se de forma competitiva no mercado global de cidades, e para entendermos o que isso significa, é fundamental apresentarmos o conceito de *cidade global*.

Mônica de Carvalho (2000) propõe uma discussão sobre o conceito de cidade global e sua aplicabilidade; ela expõe as origens do conceito como “diretamente relacionada aos impactos causados sobre as metrópoles do Primeiro Mundo pelo processo de globalização da economia, desencadeado a partir do final dos anos 70” (pag. 2). Este processo é identificado como uma crise na “centralidade econômica” de países ricos, desencadeada pelas transformações na economia e no mercado de trabalho, que colocou o setor terciário como protagonista, enquanto as indústrias eram implantadas em cidades de outros países considerados naquele momento “periféricos”.

A autora discute algumas abordagens sobre o fenômeno da criação das chamadas cidades globais partindo de alguns autores, como Sassen, Levy e Marques e Torres. Ela expõe que o contexto em que surgiu a ideia de cidade global remonta aos anos 60, quando os problemas urbanos se multiplicam especialmente e um reordenamento das cidades ocorre com a ascensão do setor terciário, que inclui precariamente parte da população e exclui uma outra parte, sem qualificação para as áreas em crescimento.

Nesta primeira abordagem, que a autora denomina “forma diagnóstico” na qual

O conceito de *cidade global* é a expressão de um processo histórico bastante concreto vivido por determinadas metrópoles do Primeiro Mundo e, como tal, procura refletir a totalidade de seu movimento. Ao mesmo tempo em que designa o processo de transformação na estrutura produtiva das metrópoles, decorrente da globalização da economia, evidencia as contradições a ele inerentes: as alterações promovidas no mercado de trabalho e o aumento conseqüente da desigualdade social, com rebatimento na apropriação do espaço urbano.

Numa segunda abordagem já na década de 90, cujo destaque é dado para Marques e Torres, as cidades fora do eixo Europa – EUA vão ser analisadas dentro deste processo e consideradas também como cidades globais.

“Seria, portanto, ‘global’ a ‘cidade’ que se configurasse como ‘nó’ ou ‘ponto nodal’ entre a economia nacional e o mercado mundial, congregando em seu território um grande número das principais

empresas transnacionais; cujas atividades econômicas se concentrassem no setor de serviços especializados e de alta tecnologia, em detrimento das atividades industriais; quando, por consequência, o mercado de trabalho fosse polarizado gerando novas desigualdades sociais e uma forma de segregação urbana dualizada” (pag. 3).

Sánchez (2001) desenvolve essas questões e as denomina de “reinvenção das cidades”, nas quais grande parte das políticas públicas são definidas em função dos eixos de mercado e da projeção da imagem da cidade como bem gerida, moderna e desenvolvida para a atração de mais investimentos. Em suas palavras:

Através da análise de alguns processos de reestruturação urbana da década de 90, em sua relação com os respectivos governos de cidade e suas políticas urbanas, é possível identificar interessantes convergências. Essas convergências dizem respeito às estratégias utilizadas pelo poder político para “vender” as cidades. De fato, a partir de um determinado momento histórico, aqui identificado com os anos 90, as cidades passaram a ser “vendidas” de modo semelhante, o que sugere que o espaço das cidades se realiza agora enquanto mercadoria. (2001, p.33)

A autora enfatiza o “city marketing” (marketing de cidades) desenvolvido por profissionais para atrair investimentos turísticos, imobiliários, no setor de serviços entre outros, assim como construir representações acerca do que é a cidade, afim de garantir a legitimação de projetos urbanos e a projeção internacional de uma imagem positiva para o mercado global. Embora os estudos anteriormente citados sejam contribuições valiosas para compreender de forma mais estrutural e numa macro análise o que tem influenciado os processos sociais urbanos em fins do século XX e início do XXI, não se pode desconsiderar a importância da análise dos processos internos vividos pelas cidades, que vão deflagrar especificidades e complexidades que os modelos não podem abarcar. Como o Rio de Janeiro vive o novo contexto? É uma pergunta que renderia por si só um livro (ou vários), e que vários estudos tem tentado responder dentro do limite de seus enfoques e objetos - a zona portuária vem chamando a atenção e sendo objeto de pesquisas nas áreas de urbanismo, antropologia, sociologia entre outros. Alguns trabalhos evidenciam a relação entre mercado imobiliário, mercado turístico, planejamento estratégico, segregação urbana e social numa abordagem mais estrutural e econômica; outros procuram dialogar movimentos sociais, poder público, segregação espacial e cultura, apontando os conflitos criados a partir do planejamento urbano sem participação popular; outros enfatizam as transformações na sociabilidade, os diálogos e conflitos entre diferentes agentes, analisando situações locais; em todos eles porém há a

indicação de que o espaço público da cidade é alvo de disputas ideológicas, políticas e econômicas e que as gestões públicas não têm buscado equalizar essas questões.

Turrado (2013) segue a mesma linha de análise de Sánchez (2001) para discutir as intervenções que vem sendo realizadas na zona portuária do Rio. Para ela, as prioridades das gestões e investimentos no Rio de Janeiro estão em torno dos grandes empreendimentos imobiliários e dos megaeventos (Copa do mundo, Olimpíadas entre outros) e dessa confluência de interesses consolidam-se as Parcerias Público – privadas (PPP). Mais a frente discutiremos melhor como a zona portuária vem sendo transformada na última década, principalmente desde o início do Projeto Porto Maravilha (em 2009), o que este tem significado para a região, quais são suas diretrizes etc. Assim, consideramos que o Rio de Janeiro como cidade global em potencial, tem enfrentado os desafios do mundo contemporâneo das formas mais diversas, tão diversas quanto sua composição e formação social. É importante no entanto diante desse cenário até agora pincelado expor um pouco sobre o contexto do Brasil nas últimas décadas, principalmente no que tange a políticas relacionadas a cultura. Assim, no contexto da globalização é perceptível que existem tensões, contradições e negociações político-econômicas e culturais que colocam frente a frente o local e o global, ou seja, as peculiaridades locais com as pressões exercidas pelo contexto global; toda a sociedade participa dessas questões conscientemente ou não.

Vários autores apontam os anos 90 como o período de consolidação do processo chamado de globalização da economia, em que as políticas públicas culturais acompanham certas tendências internacionais(6), e a iniciativa privada é estimulada a preencher lacunas deixadas pelo orçamento do poder público, investindo em cultura em troca de benefícios fiscais, além da valorização de sua imagem corporativa através do marketing cultural; a Lei de Incentivo a Cultura implantada ainda nos anos 80 por Sarney e fortalecida por Fernando Henrique Cardoso, é um exemplo fundamental do direcionamento político do período (7). Segundo Moraes “as leis de incentivo à cultura, na prática, significam a transferência de recursos públicos para empresas de marketing de empresas privadas. A novidade representa a busca da retirada do Estado das políticas culturais e o desmonte da estrutura e de órgão públicos” (2009, p. 57).

Algumas mudanças ocorrem nessas políticas a partir de 2003 com o governo Lula. Ainda assim, as leis de incentivo vão movimentar a cultura no país e serão ainda mais fortalecidas em seu governo, apesar de algumas reformulações. Neste governo mudanças significativas ocorrem no setor cultural e mais especificamente, relacionadas aos museus. Podemos afirmar também que houve a partir de 2003 a criação de políticas

mais contundentes relacionadas a questão dos negros no Brasil, tanto na educação quanto na cultura; elas foram fruto da pressão e das discussões dos movimentos sociais negros, que já vinham sendo exercidas na década anterior (8).

Já no que tange aos museus, podemos citar como marcos práticos essenciais a constituição da Política Nacional de Museus (PNM): a criação do Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU); a formulação e institucionalização do Sistema Brasileiro de Museus (SBM); o estabelecimento do Estatuto dos Museus (EM); a aprovação e constituição do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) que hoje aglutina os órgãos relacionados. Essas iniciativas demonstram o objetivo de colocar os museus brasileiros em um patamar mais importante no âmbito geral da cultura, e aos poucos vêm resultando na formação e ampliação de público no país. Essa política teve ressonâncias no Rio de Janeiro, em que os museus tem sido incentivados a exercerem um papel mais protagonista para a difusão da cultura e valorização do patrimônio fluminense. Portanto, podemos identificar a criação de museus com variadas temáticas, alguns fruto de iniciativas de cidadãos que se organizam para construir um espaço que conte a história local e desenvolva atividades ligadas as identidades culturais da região, bairro, comunidade/favela, etc. outros são viabilizados pelo investimento de grandes empresas privadas e/ou recursos públicos; o fato é que todos dizem algo sobre os aspectos culturais da cidade, do país e do mundo, produzem discursos e práticas educativas que se relacionam com os cidadãos.

6. Chin Tao Wu aponta os governos Thatcher (1979, Inglaterra) e Reagan (1981, EUA) como aqueles que deram o pontapé inicial na estratégia de reduzir o investimento estatal nas artes e na cultura e incentivar a iniciativa privada a fazê-lo - em troca de grandes benefícios - sendo seguidos por boa parte dos países nos anos subsequentes (2006, p. 71-105). Essas “tendências internacionais” também diz respeito a transformação das cidades em “cidades globais”, centradas em alcançar “mercados competitivos”, investimentos empresariais em turismo e no mercado imobiliário, questão que apresentaremos melhor.

7. Segundo a Lei nº 7.505 de 1986, a Lei Sarney, o particular que investisse em qualquer pessoa jurídica de natureza cultural cadastrada no Ministério da Cultura poderia deduzir 50, 80 ou 100% do valor aplicado. A lei foi extinta por Collor e retomada no mesmo governo na forma da lei 8.313/91 com modificações. Já Fernando Henrique Cardoso (1995) concentra a atuação do ministério da cultura nas leis de incentivo. Dados divulgados pelo Ministério da Cultura demonstram que em 1997 o setor privado quase não investia capital próprio, só investindo na mesma proporção da renúncia fiscal (COSTA, 2013, p. 32-40).

8. Pode-se destacar: a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República em 2003; lei 10.639/03 que torna obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nos ensinos fundamental e médio; a adoção de medidas específicas de valorização da cultura afro-brasileira pela FUNARTE e Fundação Palmares.

Partindo desse contexto global para o local, este trabalho busca suscitar algumas discussões acerca do papel dos espaços museais como locais de expressão e ressignificação de memórias e identidades, no contexto da globalização e mais especialmente, das transformações sociais urbanas vividas na zona portuária do Rio de Janeiro na última década. É perceptível e já abordado por diversos pesquisadores além dos já citados a questão da privatização do espaço público, que provoca mudanças profundas nas relações sociais travadas em diálogo com o ambiente social; a esta última sentença é necessário acrescentar que a apropriação do espaço público é realizado também através de inúmeras negociações com (e entre) a população, aonde disputas simbólicas são travadas e discutidas, conflitos são amenizados ou intensificados especialmente entre população, poder público e privado. O Rio de Janeiro, com seu potencial turístico, histórico e cultural, tem vivido com intensidade as transformações do novo século. As memórias entram como fomentadoras e ao mesmo tempo objeto central de muitas dessas disputas, como coloca Moraes:

Em outros termos, a memória é um esforço organizado de intervenção na própria conjuntura, implicando intencionalidade sobre o modo de constituição simbólica, relacional e discursiva de realidades por meio do Estado, de movimentos sociais, de saberes, institucionais ou não, e de interesses socioeconômicos” (2005, p. 97).

Ou seja, como elemento constitutivo da identidade, a memória, que não é nem deve ser homogênea, caracteriza a alteridade e o familiar, constrói diferentes versões dos acontecimentos que se opõe, e estas versões possuem significados que podem transformar objetivamente a sociedade (POLLAK, 1992). Por exemplo, a questão das datas comemorativas que Pollak cita na conferência “Memória e identidade Social” (1992, p. 4) é fruto de discussões em inúmeros países, inclusive no Brasil; a data do golpe militar de 1964 é emblemática para pensar a importância das datas que integram o calendário nacional. Há anos o 31 de março e 1º de abril são comemorados (no sentido de “lembrar junto”) de formas diferentes pelos setores da sociedade. Em muitas capitais brasileiras, grupos e partidos políticos lembram a ditadura para denunciar seus crimes, homenagear aqueles que morreram ou foram torturados, pedir a punição dos torturadores e expressar a convicção de repúdio a este período; por outro lado os militares promovem uma celebração de seu protagonismo, heroísmo e exaltam positivamente o período, denominando-o de “revolução”.

Dentro das disputas acerca da cultura, memória, identidade, etc, Yúdice (2004, p. 63) trabalha com a idéia da apropriação da cultura tanto pela sociedade civil como do Estado e das instituições privadas para implantar ideologias, projetos e intervenções sociais (e políticas) de seu interesse. Em suas palavras:

Uma interpretação performativa da conveniência da cultura focaliza, pelo contrário, as estratégias implícitas em qualquer invocação de cultura, em qualquer invenção de tradição no tocante a um objetivo ou propósito. É por haver um propósito que se torna possível falar de cultura como recurso.

Considerando a noção de “invenção” como a criação coletiva de referentes culturais identitários e um repertório discursivo a eles ligado, que pode ser desenvolvido ao longo de anos, com ou sem interesses políticos explícitos e/ou conscientes. Ou seja, o que Yúdice pretende evidenciar é como a cultura assume um caráter político e é cada vez mais ferramenta para desencadear questionamentos sobre a realidade social.

Porém, os interesses lançados nos diferentes espaços sociais urbanos nem sempre são dicotômicos, e por isso nem sempre, facilmente identificáveis. Insere-se aí o cerne da dificuldade metodológica: como conhecer realmente as instituições? Como compreender claramente os conflitos, interesses e diferentes formas de atuação dos agentes envolvidos? Só a pesquisa aprofundada e a participação no cotidiano dos conflitos podem trazer a luz as nuances por trás dos discursos. Quanto a isso Yúdice considera que é “impossível não lançar mão da cultura como recurso. Conseqüentemente, a análise cultural necessariamente pressupõe uma tomada de posição, mesmo nos casos em que o escritor procura objetividade ou transcendência” (2004, p. 63) . Mesmo assim, a cautela imprescindível no trabalho de campo é sempre procurar ouvir as mais diversas vozes, e principalmente, ouvir com atenção aquilo que não se quer ouvir, que pode mudar a direção da pesquisa ou trazer um aspecto conflituoso dentro daquilo que parecia se encaixar.

7. Para saber mais sobre o episódio: <https://www.youtube.com/watch?v=ku7IRVA4Z9I> vídeo do ato realizado. **Algumas matérias:** <http://www.geledes.org.br/artistas-negras-somem-da-paisagem-do-rio-de-janeiro-de-2015-artistas-negras-protestam-na-pedra-do-sal/#ixzz3uyPJ3Qan> ; <https://mamapress.wordpress.com/2015/06/17/denegrir-nao-e-ofensa-queremos-denegrir-esta-peca-joao-alaba-e-a-pequena-africa/>

Existem determinadas tendências internacionais trazidas pela globalização, tanto no que tange a cultura quanto aos projetos de cidade e espaço urbano, que exercem forte influência nas políticas públicas locais, dependendo das escolhas e direcionamentos tomados pelas gestões governamentais, assim como na população como um todo, que vai atuar, reagir, interagir e se organizar de diversas formas. No rio de Janeiro, entre as ações que correspondem essas “tendências internacionais” estão os projetos de implantação de megaempreendimentos (centros empresariais, Plano “Porto Maravilha”, Copa do Mundo, Jogos Olímpicos e outros) que vêm imprimindo mudanças estruturais nas formas de moradia e mobilidade urbana da cidade, bem como nas formas de sociabilidade e organização social, cultural e política. Veremos o que isso significa mais profundamente adiante.

Dinâmicas museu - sociedade no mundo contemporâneo

Procuramos definir ou compreender minimamente o que é globalização por acreditar que as consequências deste conjunto de transformações e fenômenos sociais acima colocados afeta todas as sociedades humanas, todos os países e dentro deles, suas cidades, estando portanto o Rio de Janeiro incluído. Não podemos dissociar, seguindo este raciocínio, as questões sociais vividas no Rio do contexto da globalização, e muito menos, podemos dissociar os dois últimos da reflexão acerca do papel e/ou função social assumida pelos museus neste novo século. Cabe refletir, sob o contexto dessas transformações, que novas (ou renovadas) funções assumem os espaços museais na cidade contemporânea, para quem e quem eles atuam. Esta reflexão não é nova, mas segue atual. Desde os anos 40-50, com a criação do ICOM (Comitê Internacional de Museus), e do ICOFOM (Comitê Internacional de Museologia do ICOM) as conferências gerais realizadas por esses órgãos buscam aglutinar discussões nesse sentido. Mais tarde são realizadas a Mesa de Santiago do Chile em 1972, os seminários realizados em Oaxtepec (México) e Quebec (Canadá) em 1984, Caracas (Venezuela) em 1992 – que resultaram em declarações referência para a área.

A criação do MINOM (Movimento Internacional para uma Nova Museologia) em Portugal (1985) e as Jornadas sobre a função social dos museus, que vem ocorrendo em diversas localidades desde 1988 também são fundamentais para a construção de novas propostas e práticas museológicas. Ao longo do trabalho desenvolveremos algumas das ideias e desdobramentos provocados por estes eventos.

No Brasil, museus e museologia estiveram interconectados, em diálogo com as discussões internacionais que são travadas nas conferências, seminários e demais eventos da área e de áreas afins. Ainda no século XIX são criados importantes museus (Museu Nacional, Museu da Marinha, o Museu Paulista, Museu Histórico e geográfico brasileiro) como símbolos nacionais da História oficial, porém fortemente influenciados pelos padrões europeus. Mas é no século XX que uma grande quantidade de museus serão criados, e também ao longo deste século haverá uma grande reviravolta nas ciências humanas, que afetará de forma decisiva a concepção dos mesmos (MORAES & SOUZA, 2013).

A criação do Museu Histórico Nacional no Rio de Janeiro (1922) é um fato significativo pois também previa um curso técnico que foi realizado só em 1932 com o nome de Curso de Museus – o primeiro em museologia da América – destinado a formar profissionais para atuarem dentro do próprio museu recém formado. O museu foi criado no bojo da exaltação a independência do Brasil e da república oligárquica; quando o curso é instaurado porém o país já vive o início de outro contexto com a “revolução” de 30 e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder.

A partir dos anos 30, o patrimônio, a memória social e os museus são mais do que nunca instrumento de fortalecimento de uma identidade nacional forjada pelo governo Vargas e que atendia aos interesses políticos de seu governo. No entanto, Vargas foi pioneiro no estabelecimento de importantes políticas públicas de patrimônio, e vários intelectuais como Mário de Andrade se engajaram nas questões sócio-culturais do país, muitas vezes indo contra a corrente homogênea. Ainda assim, até os anos 50-60 a formação e produção sobre museologia no Brasil eram insuficientes; nas décadas seguintes esse panorama se transforma, influenciados pelos debates e transformações nacionais e internacionais (SCHEINER, 1993). Os museus privados criados como o Museu de Arte Moderna (MAM São Paulo e Rio de Janeiro) assumiram a tarefa de promover a arte moderna e as discussões vanguardistas acerca das artes durante a transição 50-60, principalmente até as forças armadas assumirem as rédeas da produção cultural no país a partir do golpe militar, instaurando novos mecanismos de censura e logo o estado de exceção que matou e torturou milhares de pessoas e dilacerou o espaço público brasileiro mesmo após os 21 anos de seu regime. Mesmo assim, a museologia toma novo fôlego nos anos 70, como parte da conjuntura de efervescência cultural e resistência política, sendo criados novos museus e cursos superiores de museologia, realizados encontros etc; com a redemocratização essas sementes se desenvolverão de forma significativa dos anos 80 em diante. É importante ressaltar que o campo da

museologia, que se desenvolveu no séc. XX, a partir dos anos 70 e da construção da chamada Nova Museologia é marcado pela interdisciplinaridade buscando elementos da antropologia, sociologia, história, geografia, artes entre outros, e se configurando ao mesmo tempo como um campo do saber autônomo.

Ao longo do texto utilizaremos utilizar o termo “museal” ou “museológico” como afins, embora o termo “museal” seja mais recente e bem amplo, podendo ser usado para referir-se as diversas práticas coletivas organizadas relacionadas a patrimônios e memórias. É quase unanimidade a percepção de que os museus proliferam na segunda metade do século XX e início do século XXI. Esta instituição que passou por forte abalo em sua legitimidade e colecionou críticas a partir dos anos 60, hoje reassume importância, recebe investimentos e reformula-se criando novos públicos. Huyssen (2001) é um dos autores que problematiza a nova valorização das memórias e aponta o séc. XX como o século da busca pela memória (p. 18-21); ele apresenta vários processos históricos que podem ter contribuído para reposicionar a memória no centro de disputas políticas e simbólicas. Talvez o fenômeno da ascensão do interesse pelas memórias, assim como as iniciativas de monumentalizá-las ou institucionalizá-las, decorra dos vários fatores citados por Huyssen (2001) atuando concomitantemente: um conjunto de processos históricos traumáticos como guerras, ditaduras, genocídios, que fizeram uma parcela maior das sociedades repensarem os rumos tomados pela humanidade e enxergarem na memória uma importante ferramenta de denúncia e discussão contra o esquecimento; a aceleração do tempo urbano e das transformações culturais em seu diálogo com os meios de comunicação informatizados; a intenção de produzir resistências aos processos da globalização e de interromper o processo de apagamento de muitas tradições culturais; bem como a intenção de adequar as memórias as exigências do sistema tornando-as alvo das estratégias do marketing cultural - que pode estar gerando, junto ao “boom da memória”, o “boom do esquecimento” (p.22).

É a ênfase no esquecimento que conduz Nora (1981) a sua crítica de que a sociedade contemporânea estaria em vias de perder sua memória. Devido a aceleração da vida cotidiana, a valorização do novo estimulada pela necessidade de superprodução do sistema, estaríamos perdendo nossa memória e os lugares de memória seriam justamente artificialmente construídos como uma forma de reparação, evidenciando estas perdas. De fato, esta aceleração do tempo e o estímulo a que todos anseiem que o futuro se torne presente, tão repetido nas propagandas de produtos eletrônicos por exemplo, tem tentado limitar a vida cotidiana urbana ao trabalho e nas horas vagas, ao

consumo e/ou descanso em frente a TV. O tempo (livre do trabalho) requerido para que se realizem coletivamente práticas artísticas e culturais, como danças e música, culinária, contações de histórias (inclusive aquelas informais que surgem na espontaneidade de alguma prática conjunta), rituais diversos religiosos ou profanos (comemorações), brincadeiras e jogos, parece ter sido esmagado pelo tempo que se passa na TV, computador, shopping/supermercado, em filas de bancos ou no trânsito; no entanto, pode ser precipitado falar em fim da memória, porque poderia estar subjacente o fim da própria cultura. Embora as iniciativas em torno da construção e/ou preservação desses “lugares de memória” possam assumir caráter bastante diferentes, existe um movimento para que a “memória vivida” como diz Nora, muitas vezes hoje considerada “patrimônio imaterial” possa sobreviver nas novas gerações. O “boom da memória” não se limita a construção de grandes museus que queiram mostrar aquilo que foi “perdido”, embora exista este segmento, que enxerga na necessidade de memória da sociedade uma possibilidade de realizar grandes empreendimentos turísticos.

Mas afinal que papel assumem os museus nesse rico contexto? Variados e contraditórios papéis, que podem ser múltiplos e conflitantes até mesmo dentro de uma mesma instituição. É aí que entra a relevância de nosso tema e a complexidade é sua característica fundamental. Se bastasse concluir que os museus nos consolam de nossas “perdas”, se apropriando das memórias e práticas culturais para descontextualiza-las, tornando-as ainda mais obsoletas, estaríamos repetindo colocações anteriores, e este debate seria infecundo; se por outro lado, os colocarmos como importantes agentes das memórias sociais neste novo século, estaremos compreendendo que os diversos museus podem tomar diversos caminhos, de acordo com vários fatores que impulsionam sua construção, e que podem assumir disputas simbólicas que como veremos, imprimem mudanças tangíveis. Não podemos nos limitar, portanto, apenas a caracterizar estes ou aqueles museus como instituições totalmente coesas, representando determinados interesses monolíticos, já que entre estrutura institucional, práticas educativas e contexto de criação - e o meio social que o circunda - muitas questões podem aparecer para dificultar o panorama. Huyssen procura problematizar sobre o papel dos museus nas sociedades contemporâneas sob a perspectiva de transformá-los, e não só de considerá-los espaços irremediáveis de poder e memórias oficiais. A esse respeito, acrescenta uma mudança necessária na estrutura desses espaços:

[...] será preciso que La crítica puramente institucional em el sentido de un aparato ideológico de poder y conocimiento, que opera de arriba abajo, se complemente com uma perspectiva de abajo arriba que investigue

el deseodel espectador y lãs inscripcionesdelsujeto, larespuestadel publico, los grupos de enterés y la segmentación de las esferas públicas superpuestas a lãs que hoy se dirigen uma amplia diversidad de museos y exposiciones (p. 47).

Assim, ele propõe que os museus estejam em diálogo permanente com a sociedade e integrados a mesma, um dos eixos das propostas desenvolvidas pela Nova Museologia Social, da qual falaremos adiante. Podemos afirmar certamente – após a trajetória histórica e as contribuições dos estudos que apresentamos - que os museus, centros de memória etc. são uma ferramenta poderosa para que as memórias e as culturas sejam fortalecidas, e assumem um caráter importante no cenário contemporâneo, ou seja, não adianta nos limitarmos a criticá-los, mas devemos propor os caminhos que os transformem em locais de memória vivida, de prática, discussão e de aprendizados nos quais a sociedade possa atuar de forma coletiva. Os obstáculos são muitos, já que como é preciso enfatizar, a força comunicativa dos museus faz com que eles sejam objeto de disputa de interesses por setores diversos da sociedade.

Hall (1997) aponta justamente para a importância da cultura como alicerce central das sociedades contemporâneas, afirmando a estreita correlação entre política, cultura e poder. Podemos afirmar que a cultura assume centralidade nos processos sociais de uma forma muito intensa e diversificada desde o século XX, como ele mesmo coloca, “o político tem a sua dimensão cultural”. Não que esta constatação seja exatamente uma novidade, mas ela tem estado cada vez mais forte tanto nas ciências humanas quanto nas ações cotidianas dos cidadãos, nas pautas dos movimentos sociais, artísticos etc. A consciência dessa dimensão política da cultura tem impulsionado as pessoas a formarem grupos para reivindicar o direito de uso do espaço público, de realizar ou manter determinadas práticas culturais e artísticas que consideram de alguma forma uma contestação ou resistência as tentativas de apagamento. A memória social perpassa todos esses cenários, já que muitas vezes, os cidadãos tem buscado a liberdade de expressão de suas identidades através das práticas culturais mais diversas, e no caso dos museus ou centros de memórias, a intervenção da população busca contar uma outra versão da história, ou valorizar memórias antes subestimadas.

A museologia social como um conjunto de propostas transformadoras

Desde as décadas de 60 - 70, a Mesa de Santiago do Chile (em 1972), assim como as Declarações de Oaxtepec e Quebec (1984), a criação do MINOM e a Convenção de Caracas (1992) representaram marcos nas transformações das pesquisas e práticas museológicas das últimas décadas, aglutinando as discussões sobre diversas questões cruciais como: o papel social e educativo dos museus, e nesse aspecto os documentos produzidos defenderam uma interação mais horizontal e profunda com a sociedade e o espaço social, e consequentemente uma intervenção mais contundente nas questões vividas pelas comunidades, com práticas discursivas mais engajadas na reflexão e transformação de realidades; um rompimento com a ideia tradicional de coleção geradora dos projetos museológicos permitindo “vislumbrar a possibilidade de integrar outros aspectos do patrimônio e potencializar a ação interdisciplinar”; uma valorização do local como forma de assumir um compromisso com as identidades culturais múltiplas da América Latina (CÂNDIDO, 2003, p. 13).

A declaração de Santiago foi produzida em um período muito crítico da história da América Latina, quando as tensões políticas estavam no ápice, países viviam sob ditaduras militares, e certamente este contexto reflete-se no conteúdo da declaração e nas preocupações que são expostas. A memória social acerca desses acontecimentos passa a ser uma questão central no combate ao autoritarismo político e a declaração propõe que os museus assumam a partir desse momento uma tarefa crucial, de conscientização e integração social. Um trecho significativo:

(...) Que o museu é uma instituição a serviço da sociedade, da qual é parte integrante e que possui nele mesmo os elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades que ele serve; que ele pode contribuir para o engajamento destas comunidades na acção, situando suas actividades em um quadro histórico que permita esclarecer os problemas atuais, isto é, ligando o passado ao presente, engajando-se nas mudanças de estrutura em curso e provocando outras mudanças no interior de suas respectivas realidades nacionais (...).

<http://www.minom-portugal.org/documentos-de-referencia/6-declaracao-de-santiago-do-chile-unescoicom/3-declaracao-de-santiago-do-chile-1972.html>)

No entanto, a transformação da museologia deve integrar uma mudança coletiva maior, e assim a declaração afirma a necessidade de discussões, ações e colaborações coletivas entre a sociedade no geral, e entre os diferentes campos do conhecimento:

(...) Que os problemas colocados pelo progresso das sociedades no mundo contemporâneo devem ser pensados globalmente e resolvidos em seus múltiplos aspectos; que eles não podem ser resolvidos por uma única ciência ou por uma única disciplina; que a escolha das melhores soluções a serem adoptadas, e sua aplicação, não devem ser apanágio de um grupo social, mas exigem ampla e consciente participação e pleno engajamento de todos os sectores da sociedade (...).

Ou seja, não se trata de superestimar o papel dos espaços museais, mas iniciar um conjunto de transformações que perpassa também outras esferas da sociedade, as quais o museu deve se juntar dentro de suas possibilidades. Pode-se concluir que a Museologia social propõe a construção de um novo conjunto de práticas, discursos e conhecimentos dentro da museologia; e a transformações dos conceitos e funções do espaço museal na sociedade contemporânea. Esta corrente que tem novas propostas para os espaços museológicos tem sido denominada tanto de “Nova Museologia” quanto de “Museologia social” ou numa junção, “Nova Museologia Social”, por isso, utilizarei qualquer uma das três denominações para designar a mesma corrente formada por museus, profissionais e estudiosos da área.

Não existem conceitos fixos de *museu integrado*, *comunitário* e *ecomuseu*, já que estão em permanente construção e contam com a contribuição de vários autores; mas todos eles apresentam eixos comuns. Assim, o *ecomuseu* está amparado no tripé território – patrimônio – comunidade (CHAGAS, 2000, p.5) porém em concepções ampliadas destas três categorias, especialmente território e patrimônio, já que um *ecomuseu* é um museu que não necessita estar localizado em uma construção arquitetônica, em uma sede própria, mas pode constituir-se enquanto espaço social demarcado por aqueles que dele participam; por isso alguns *ecomuseus* no Brasil tem sido chamados de “museu de território” ou “museu a céu aberto” entre outros, pois organizam atividades de preservação de locais, construções, práticas e conhecimentos em uma região específica. Sua “coleção” pode ser um percurso específico que é usado para contar períodos da história, o conhecimento de moradores antigos sobre ervas medicinais, fotografias, ou qualquer outra coisa que seja considerado importante e significativo – na verdade a museologia social rompe com a noção tradicional de

colecção. Esta intimamente ligada as novas noções de patrimônio, que também vem se incrementando nas últimas décadas e é terreno de profundas discussões entre antropólogos, historiadores, sociólogos, etc. O ecomuseu busca estar portanto, “integrado” ao seu ambiente territorial, geográfico, social. Já a ideia de *museu comunitário* está mais relacionada às formas de construção e gestão do museu ou seja, propõe que os moradores e frequentadores de uma região ou comunidade na qual o museu esteja localizado tenham a possibilidade de participar de seus diversos processos decisórios de forma horizontal, de modo a que as práticas e discursos do museu sirvam para fomentar as memórias e identidades locais.

Assim, o museu comunitário continua sendo um lugar de memória e em última instância de poder, mas sua gestão deve estar aberta as várias vozes que surjam na coletividade, para que ele possa se transformar e estruturar a partir das experiências e ideias daqueles para os quais ele existe, os cidadãos. Do contrário, mesmo se autodenominando comunitário, o museu pode aproximar-se dos modelos que antes contestava. Como nos alerta Mário Chagas (2002, pag. 73):

Também nos ecomuseus a memória poderá estar orientada para o passado ou para o presente, também ali ela poderá vir a ter uma função emancipadora ou coercitiva. O modelo não tem funcionamento automatizado e a prática tem permitido compreender que ecomuseus também se tradicionalizam.

Mas só os museus novos, ou só os museus menores, locais, podem de fato buscar pôr em prática as ideias da Nova Museologia? Ainda que os grandes projetos museológicos geralmente não estejam dispostos a abarcar a museologia social como um todo, é inegável que ela vem exercendo influência nos mais diversos museus do mundo.

Duas práticas tem se consolidados nos museus que apontam a grande importância que estes assumem como espaços educativos e de formação cultural: os diversos métodos de avaliações nas quais os anseios do público devem ser ouvidos e podem redirecionar todo o conteúdo e atividades da instituição; e o setor educativo, que cumpre a função de aproximar e qualificar a experiência do público no museu, aproximando escola e museu. Ou seja, até os museus considerados tradicionais tem procurado uma interação maior entre o museu e a sociedade.

As características das propostas da Nova Museologia Social podem ir de encontro a tendência de projetos fortemente atrelados ao mercado turístico e ao marketing cultural, e sem dúvida, buscam promover o empoderamento de segmentos da

sociedade nos discursos e ações em torno de suas memórias, história e cultura.

Assim, várias iniciativas surgiram principalmente em países da África, Europa, Estados Unidos e América latina, de construção de espaços museais (institucionalizados ou não) que articulam os conceitos de ecomuseu, museu integrado e museu comunitário, procurando também em alguns casos libertar-se dos parâmetros eurocêntricos. Nessas experiências multiplicam-se também desafios e conflitos, inerentes ao trabalho coletivo.

Como nos aponta Araújo (2012, p. 78)

Os ecomuseus e os museus comunitários no Brasil e no mundo procuram revisitar o processo criador de subjetivação e de construção de memória como resistência a uma nova ordem globalizada, a uma museologia estandardizada e/ou homogeneizada. Estão vinculados aos processos de transição democrática tentando responder a situações de opressão, abandono ou esquecimento.

No Brasil e mais especificamente no Rio de Janeiro, cidade foco desta pesquisa, destaca-se na última década alguns projetos que buscam como referência a Museologia Social. Um deles é o Museu da Maré, considerado um dos primeiros (senão o primeiro) museus de favela do país, inaugurado em 2006 com o engajamento de moradores, profissionais da área da cultura e educação; o projeto foi idealizado a partir do CEASM (Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré criado em 1997) que protagonizou a construção da Rede de Memória da Maré e foi viabilizado financeiramente pelo ministério da cultura (na época comandado por Gilberto Gil), através do programa Cultura Viva. O museu possui um acervo em grande parte doado pelos moradores da Maré, e um projeto museográfico que tem a participação de profissionais da área de museologia como Mario Chagas, entre outros, assim como estudantes de museologia moradores que vem se capacitando. Destacamos ainda o Museu Vivo de São Bento (Duque de Caxias), o Museu do Horto, o Ecomuseu de Santa Cruz, o MUF – Museu de Favela (Cantagalo e Pavão – Pavãozinho). Essas e outras iniciativas buscam emergir as memórias das favelas, periferias e comunidades subalternizadas cariocas, reconhecê-las como espaço integrante da cidade e sua história, bem como valorizar suas práticas culturais, muitas vezes subestimadas no discurso de setores da sociedade civil, do poder público e das grandes mídias. Os exemplos citados representam uma outra face da emergência de museus e centros culturais no Brasil e no Rio, pois não possuem financiamento de grandes empresas ou investimento público maciço, sobrevivendo em

grande parte de editais e colaborações de entidades, voluntários e profissionais da área.

O Instituto dos Pretos Novos inicia sua trajetória em 2005 (sendo que a descoberta arqueológica que lhe deu sentido aconteceu em 95). Estaremos atentos neste trabalho em discutir tanto o contexto social, político e cultural no qual insere-se o IPN, como para compreender a ressignificação simbólica empreendida na região, através do desenvolvimento de grandes mudanças espaciais e investimentos. O IPN e todos os espaços culturais existentes novos ou antigos têm que lidar com essas transformações, e vão adotar diferentes formas de atuação.

Cap. 2

A zona portuária do Rio: transformações sócio-espaciais e memórias sociais

2.1 Aspectos essenciais da história da região conhecida como a “zona portuária” do Rio

O conhecimento da história das regiões central e portuária do Rio é fundamental para compreender algumas questões que hoje giram em torno das memórias locais; entre continuidades e descontinuidades, transformações sociais, espaciais e culturais, muito do passado perdura, seja nas memórias, nos discursos, nos objetos ou nas edificações etc., e acaba por formar um amálgama de referências e singularidades. Apesar da complexidade, vamos apresentar alguns aspectos essenciais da história diretamente ligados à região portuária, hoje delimitada em Gamboa, Saúde e Santo Cristo.

A região que é hoje conhecida pelos cariocas como Castelo, Praça XV, Uruguaiana (área central) foi ocupada desde o século XVI; ali constituíram-se as primeiras atividades portuárias do Rio, aonde começam a atracar embarcações com a produção dos engenhos (mais afastados) e mercadorias trazidas de Portugal (LAMARÃO, 1991 P. 22). O comércio de africanos escravizados intensifica-se a partir do século XVII, e estes entravam inicialmente pela atual Praça XV, daonde seguiam para diferentes destinos, tanto dentro quanto fora da cidade (muitos eram levados para as minas de Potosí), que tinha como principais atividades a cana de açúcar, a pesca, o cultivo de alguns alimentos e a caça a baleia (SOARES, 2011 p.9; LAMARÃO, 1991, p. 23). A ocupação do território se concentrava principalmente no perímetro entre os quatro morros de São Bento, Conceição, Santo Antônio e Castelo, e foi-se adensando em torno do cais do Porto dos Padres da Companhia – como vários autores atestam, a cidade nasce e cresce vinculada ao porto (MELLO, 2003; LAMARÃO, 1991; SOARES, 2011;) tendo sido aí construídos algumas edificações fundamentais a sociedade nascente, como o mosteiro de São Bento, a câmara, a cadeia pública, a fazenda real, a casa da moeda, os armazéns reais e as igrejas. No século XVIII alguns acontecimentos fundamentais vão transformar a dinâmica do Rio e precisam ser pontuados: a descoberta de ouro e diamantes em Minas Gerais, com a consequente abertura de novos caminhos entre as duas regiões, a intensificação do tráfico de africanos e das atividades portuárias, e com tudo isso, a expansão territorial e demográfica (LAMARÃO, 1991 p. 25-27). Os cais foram sendo construídos servindo

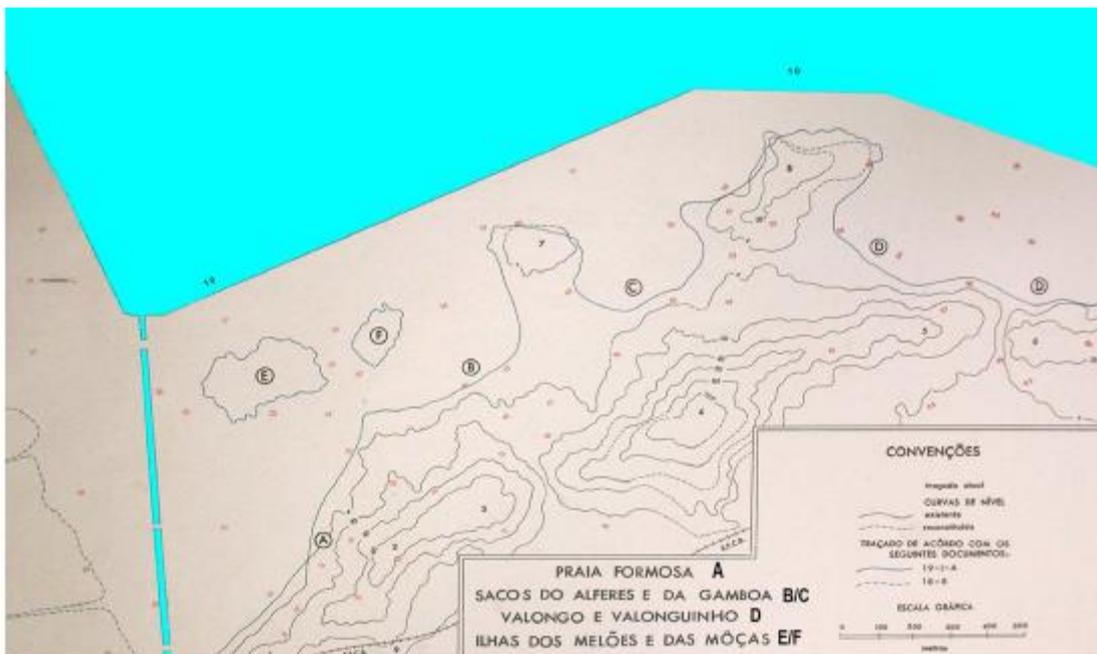


Fig. 2 Detalhe da região do Valongo. “Valonguinho” passa a ser chamado também de Valongo no século XIX e mais tarde de Saúde. Fonte: HONORATO, Claudio de Paula, 2008 apud BARREIROS, 1965, p. 10.

A transferência dos mercados de africanos escravizados da rua Direita para o Valongo em 1774 pelo segundo Marquês do Lavradio se deu em boa parte pelos administradores se convencerem que aqueles estariam proliferando doenças, e que tais atividades não eram apropriadas para a via principal da cidade em crescimento, como já havia sido denunciado pelos senhores de escravos e outros moradores (MELLO, 2003; HONORATO, 2008; SOARES, 2011). Para o Valongo foi também transferido o Cemitério dos Pretos Novos, já existente no Largo de Santa Rita desde 1722, aonde eram depositados aqueles africanos e africanas que não sobreviviam à dura travessia marítima, ou a quarentena nos armazéns, e morriam recém chegados – grande parte eram bem jovens - também por isso o nome. Já o cais do Valongo, construído no início do século XIX, tornou-se o principal local de desembarque de africanos escravizados do país, estima-se que tenham passado por ali, ao todo mais de 600 mil pessoas trazidas de Angola, Congo, Moçambique, Guiné, etc. (SOARES, 1962). Pois bem, junto ao porto, ao cais e aos armazéns de venda de pessoas, foram sendo construídos também outros comércios, moradias, práticas culturais e de sociabilidade, que foram por sua vez transformadas com as diversas ondas de povoamento e transformações urbanas que aconteceram posteriormente. Pelas condições históricas citadas, a sociabilidade nessa região foi fortemente ligada a vida do porto, aos escravos, libertos e seus descendentes, mas também vieram ocupar a região muitos imigrantes europeus; todos estes

trabalhavam como estivadores, marinheiros, trabalhadores de trapiches e da construção civil, ambulantes, cozinheiras, entre outras ocupações. Ou seja, a região portuária do Rio torna-se o grande núcleo do tráfico atlântico de africanos, especialmente a partir do século XIX – na contramão das políticas europeias e em contraposição a pressão da Inglaterra, que sairia oficialmente da rota em 1807. Quando Napoleão foi derrotado e as relações internacionais portuguesas melhoraram (já que as guerras napoleônicas forçaram a vinda da família real ao Brasil e o rompimento com a França e sua zona de influência em 1808), o resultado para o Brasil foi a ascensão do mercado do café, determinante nesse processo de intensificação da escravidão (em termos quantitativos) sendo que milhares de africanos e africanas foram levados ao Vale do Paraíba (VIOTTI, 2008; HONORATTO, 2008; BENCHIMOL, 1992)¹. As pesquisas históricas evidenciam a construção de um grande complexo negreiro na região do Valongo (HONORATTO, 2008; PEREIRA, 2007), hoje chamada de área ou zona portuária, aonde os seguintes locais se integravam: o cais do Valongo, os mercados de escravos e armazéns, o Lazareto (hospital para africanos recém chegados) e o cemitério dos pretos novos. Pelos documentos apresentados, essa estrutura foi propiciada já com uma intenção de higienizar as principais vias da cidade no núcleo central, isolando as atividades ligadas ao tráfico do núcleo urbano aonde famílias abastadas moravam e os prédios oficiais eram estabelecidos, e também a própria dinâmica do tráfico seria otimizada com maior organização e localização concentrada; os africanos doentes seriam separados dos sãos, os primeiros se melhorassem iriam para a venda, senão, para o cemitério (HONORATO, 2008; PEREIRA, 2007). Como se constatou nessas e outras pesquisas históricas, tudo era realizado de forma precária e brutal.

1.A Inglaterra aboliu o tráfico de escravos em suas colônias em 1807, passando a perseguir a atividade desde então, apreendendo navios negreiros brasileiros e pressionando a abolição. Nesse período a França, rival tradicional da Inglaterra, declarou um embargo econômico que proibia vários países entre eles Portugal, de estabelecer relações comerciais com o país britânico. Porém as relações entre Portugal e Inglaterra já era antiga e Portugal rompeu com o embargo, o que levou Napoleão a uma retaliação; fugindo do conflito, a família real portuguesa foge para o Brasil. Quando Napoleão é derrotado, abre-se um momento favorável a Portugal novamente, e aos interesses comerciais do Brasil, especialmente o café, produto muito apreciado na Europa. O vale do paraíba é uma das regiões aonde se intensifica sua produção e milhares de africanos são levados para a região.

Acerca da “nefasta combinação” entre mercado escravo e cemitério esclarece Pereira (2007, p. 77): “o Cemitério dos Pretos Novos funcionava como que acoplado às necessidades da sociedade escravista, continuamente alimentado pelo tráfico negreiro, que despejava no porto um número, a partir de 1769, cada vez maior de cativos”.

Este é o passado ao qual está ligado o Instituto dos Pretos Novos, nosso objeto principal de estudo, e por isso é fundamental conhecê-lo. Principalmente porque o instituto o reivindica, e se apóia neste passado como razão de sua existência no presente, como veremos mais adiante. Pois bem, o cemitério dos pretos novos passa a receber uma quantidade cada vez maior de mortos, que eram sepultados geralmente sem qualquer ritual fúnebre, em covas rasas, por isso estas eram descobertas pelas chuvas e vento. O mau cheiro e as inconveniências trazidas por essa rotina sinistra começa então a incomodar os moradores locais, alguns comerciantes, geralmente brancos e portugueses; requerimentos são endereçados ao príncipe regente e os protestos aumentam, para que fosse retirado o cemitério do local, porém, a burocracia ou falta de interesse estratégico dos administradores o mantém até 1830 (PEREIRA, 2007).

Com uma quantidade cada vez maior de negros e negras nascidos no Brasil, as estratégias de resistência e inserção na sociedade também se diversificam, havendo uma população de libertos vivendo na cidade, pressionando cada vez mais a abolição da escravidão, bem como várias formas de insurreições criadas em territórios afastados.

Desde a segunda metade do século XX a historiografia tem procurado trazer a luz sujeitos históricos antes desconsiderados, e mais recentemente, esta preocupação tem estimulado a produção de trabalhos sobre aspectos sócio-culturais da vida dos negros e negras, inclusive aqueles que se estabeleceram na área portuária após a abolição. Assim hoje podemos conhecer por exemplo, sobre alguns dos quilombos formados no Rio de Janeiro ainda no século XIX (GOMES, 1996); um pouco da agitada vida política protagonizada pelos sindicatos criados desde o início do século XX, como a Sociedade de Resistência dos trabalhadores em trapiche e café e a União dos Operários Estivadores que construíram grandes greves (ARANTES, 2010); as festas, batuques, candombes e capoeiragens realizados, bem como a criação, reconstrução e ressignificação de rituais religiosos provindos de diversas etnias e linguagens nas casas de santo do candomblé— muitas vezes mantidos sob repressão policial (MOURA, 1995); as dificuldades e superações cotidianas vividos por negros e negras para garantir sustento e moradia; entre outros temas pertinentes. Porém ainda são muitas as lacunas deixadas pelo longo silêncio social, e muitos registros foram perdidos graças a ordem de Rui Barbosa, de queimar os arquivos referentes ao sistema escravocrata logo após a abolição – embora

essa determinação não tenha sido integralmente cumprida.

A transição do século XIX para o XX foi bastante agitada do ponto de vista político e cultural. Após o árduo processo que culminou na abolição e na proclamação da república, os negros e negras começam a organizar-se em grupos de resistência - grêmios, clubes ou associações, que se formam em São Paulo, Santa Catarina, no Rio de Janeiro ² – e que buscam à sua maneira a afirmação e inserção dos negros na sociedade, através de apoio mútuo, atividades culturais, debates e discussões pertinentes à comunidade (DOMINGUES, 2007). Ao mesmo tempo, fundam-se jornais publicados por negros voltados a temática racial, a chamada imprensa negra:

Esses jornais enfocavam as mais diversas mazelas que afetavam a população negra no âmbito do trabalho, da habitação, da educação e da saúde, tornando-se uma tribuna privilegiada para se pensar em soluções concretas para o problema do racismo na sociedade brasileira. Além disso, as páginas desses periódicos constituíram veículos de denúncia do regime de “segregação racial” que incidia em várias cidades do país, impedindo o negro de ingressar ou freqüentar determinados hotéis, clubes, cinemas, teatros, restaurantes, orfanatos, estabelecimentos comerciais e religiosos, além de algumas escolas, ruas e praças públicas (DOMINGUES, 2007, p. 105).

Na região do Valongo, os armazéns de venda de escravos vão dando lugar aos trapiches de café. A malha ferroviária é construída a partir das necessidades da exportação do café e seus caminhos. Essa efervescência foi vivida no Rio de Janeiro também por manifestações e revoltas singulares, como a ocorrida em 1880, contra o aumento do imposto sobre o preço das passagens de bondes; em 1893 contra o aumento dos impostos nos bens de consumo; já em 1904 houve novo protesto contra impostos que causariam aumento das passagens, com participação de motoristas e usuários de bondes (PEREIRA, 2002). Na primeira década do século as insurreições mais conhecidas são a da vacina (1904) e da chibata (1910), eventos bastante diversos, mas que tinham negros e negras como importantes protagonistas, e portanto caráter popular.

A área portuária está intimamente ligada a ambas, já que boa parte das barricadas e confrontos da revolta da vacina foram levantadas na região (PEREIRA, 2002); e João Cândido, maior líder da revolta da Chibata, convivia na área não só por sua condição de marinheiro, mas porque sua irmã morava na Saúde (MOURA, 1995, p. 140-145). Para completar o cenário, na cultura acontecia a formação da umbanda, cujas sementes vinham sendo cultivadas desde o primeiro século do choque entre os diversos cultos religiosos dos Oyó, Ijexá, Ketu, Ijebu, Egbá, Ifé, Oxogbô, Nagô, Haussas, (entre

outras etnias) e o catolicismo português (MOURA, 1995; PRANDI, 2000); e a formação dos primeiros ranchos, cortejos populares que marcariam a construção das tradições carnavalescas. A migração intensa de baianos e baianas para o Rio, grande parte instalando-se na zona portuária, foi decisiva para a formação cultural hoje chamada por muitos de afrocarrioca. Utilizaremos esse termo ao longo do trabalho, que é fundamentado na ideia de que existe uma formação cultural ligada a afrodescendência que é peculiar do Rio, devido ao processo histórico vivido, que é diverso em cada parte da própria cidade. Na zona portuária forma-se aos poucos uma comunidade (que teve seu auge na primeira metade do século XX) cuja centralidade das ayalorisás e mães de santo, chamadas baianas e tias, foi fundamental; as atividades que organizavam em torno de festas profanas ou religiosas - festas para os orisás, batuques, candombes e rodas, onde misturava-se a culinária baiana e carioca, a capoeira, o partido alto, a dança:

Tia Bebiana e suas irmãs-de-santo, Mônica, Carmem do Xibuca, Ciata, Perciliana, Amélia e outras, que pertenciam ao terreiro de João Alabá, formam um dos núcleos principais de organização e influência sobre a comunidade.

Assim, são essas negras, que ganham respeito por suas posições centrais no terreiro e por sua participação conseqüente nas principais atividade do grupo, que garantem a permanência das tradições africanas e as possibilidades de sua revitalização na vida mais ampla da cidade (MOURA, 1995, p. 95)

Pereira Passos e o “Bota abaixo”

O início do século também ficou marcado pela reforma urbana realizada por Rodrigues Alves e Pereira Passos. E para nós é fundamental ressaltar este período já que ele foi tomado como referência na atual revitalização da zona portuária, planejada pelo Instituto Pereira Passos ³, não coincidentemente.

Pereira Passos era filho de barão do café e inicialmente ingressou na carreira diplomática; até chegar a ser prefeito, teve longa trajetória como engenheiro, tendo estudado na França e acompanhado obras importantes, como as lideradas por Haussman para a capital francesa.

Este último condensou em sua reforma urbana questões práticas de saneamento e reordenamento urbano com questões políticas e sociais, em confluência com as intenções de Napoleão III, como coloca Benchimol (1992):

O plano de Haussmann tinha como uma de suas estratégias principais a neutralização do proletariado revolucionário de Paris, a destruição da estrutura material urbana que servira aos motins populares de rua .

Mas, além de servirem ao exercício da coação política e militar das classes dominantes, os bulevares atendiam a razões de ordem sanitária e às novas exigências de circulação urbana colocadas pelo desenvolvimento da grande indústria (p. 193).

Essa experiência foi decisiva para o que Passos viria a executar no Rio de Janeiro mais de duas décadas depois, porém nesse meio tempo, aprofundou seus conhecimentos e experiências em diversos empreendimentos, presidiu companhias e teve êxito em cargos relacionados a implantação de ferrovias e reordenamento urbano (BENCHIMOL, 1992) .

Rodrigues Alves, representante da oligarquia cafeeira paulista (tendo como vice um mineiro, estratégia clássica da chamada “política do café com leite”) assume em seu plano de governo a prioridade com a reforma urbana do Rio, a qual Pereira Passos já estava envolvido em projetos anteriores, e o nomeia para prefeito do Rio em 1902.

Interessante observar que o contexto também era de turbulência política e revoltas populares - ainda que de caráter bem diverso daquelas vividas pela França em fins do século XIX. Mesmo assim, segundo Benchimol (1992, p.226) “A Avenida do Cais foi concebida também como um instrumento de "polícia" sanitária e militar para uma das áreas mais perigosas do Rio de Janeiro”.

2.O autor cita no Rio de Janeiro o Centro da Federação dos Homens de Cor, porém existiram outras como as já citadas Sociedade de Resistência dos trabalhadores em trapiche e café e a União dos Operários Estivadores; como ele aponta tem-se registro de inúmeras outras em São Paulo e no sul, inclusive formadas apenas por mulheres como as Sociedade Brinco das Princesas (1925), em São Paulo, e a Sociedade de Socorros Mútuos Princesa do Sul (1908), em Pelotas (p. 103-104).

3. Com o desmembramento da Rioplan, “em 1999, o IPP assumiu as atividades de planejamento urbano, produção cartográfica e de estatísticas do Rio de Janeiro. Em 2009, o gerenciamento do espaço urbano do Rio ficou a cargo da Secretaria Municipal de Urbanismo e o IPP passou a se especializar em projetos de desenvolvimento econômico. Desde a sua fundação, o IPP coordenou grandes projetos urbanos, como o Rio Cidade, o Favela Bairro, o Rio Orla e o Porto Maravilha. O planejamento da candidatura da cidade a sede das Olimpíadas de 2016 também foi iniciado no instituto” (<http://www.rio.rj.gov.br/web/ipp/historia>).

O prefeito, junto ao sanitarista Oswaldo Cruz adotam a arbitrariedade para empreender suas intencionadas mudanças, que culminam na já mencionada Revolta da Vacina. Entre as primeiras ações de Rodrigues Alves, uma foi o início da construção da Avenida Central e a outra as negociações finais de início das obras para os “melhoramentos” do porto carioca, iniciadas após grandes disputas em 1904. Estes vão estabelecer nova estrutura as atividades portuárias, com a construção de um grande cais para embarcações de grande porte, vários aterramentos, armazéns e guindastes; as funções trabalhistas vão sofrer por sua vez transformações. Mas o que mais nos interessa são as obras de “remodelação” e “embelezamento” da área central, dos bairros da Saúde, Gamboa e Saco do Alferes (atual Santo Cristo), que irão demolir muitas moradias pobres como os cortiços e outras construções, expulsando milhares de famílias da região e adensando os morros que já vinham sendo paulatinamente ocupados.

O termo "embelezar" tem enorme ressonância no discurso propagandístico da época. Designa mais do que a imposição de novos valores estéticos.

A criação de uma nova fisionomia arquitetônica para a cidade. Encobre, por assim dizer, múltiplas "estratégias". A erradicação da população trabalhadora que residia na área central, projeto debatido desde meados do século passado; a mudança de função do centro, atendendo - num plano mais imediato - aos interesses especulativos que cobijavam essa área altamente valorizada e - num plano mais geral - as exigências da acumulação e circulação do capital comercial e financeiro; razões ideológicas ligadas ao "desfrute" das camadas privilegiadas; razões políticas decorrentes de exigências específicas do estado republicano em relação àquela cidade que era a sede do poder político nacional (BENCHIMOL, 1992, p. 228).

O período de governo de Pereira Passos ficou conhecido como “Bota abaixo”, expressão alavancada pelo crítico romance de José Vieira, escrito na época. Foram construídas as avenidas Central, Francisco Bicalho, Rodrigues Alves (“Avenida do cais”) e a Beira-mar, além de outras vias menores; o transporte foi incrementado com linhas de bonde, houve pavimentação de ruas e melhoria nos serviços essenciais, porém, a “crise habitacional” se agravou, já que a moradia popular não era uma prioridade governamental. Não podemos nos alongar mais, porém é importante concluir que a gestão de Alves/ Passos procurou inserir o Rio no contexto econômico e cultural predominante - cuja referência era a Europa, especialmente a França - trazendo a ideia de modernização ao contexto brasileiro e ampliando a noção de planejamento urbano como função do estado, até então muito discutida. Para as famílias despejadas que não

conseguiram se realocar nas proximidades, representou também uma face marcante do discurso modernizante, a reafirmação da exclusão social da classe trabalhadora.

Temos de pensar que a reforma urbana de Passos/Alves foi o primeiro grande conjunto de intervenções urbanísticas, com muitas reverberações sociais e políticas, que houve no Rio de Janeiro, porém, de forma alguma isolou-se no tempo. Como foi mencionado, consolida-se a partir daí a função do Estado como interventor na infraestrutura urbana, e o padrão estabelecido por Passos influenciará projetos futuros, por isso é fundamental este percurso histórico que aqui fazemos, para compreendermos que dentre as muitas transformações que ocorrem na cidade do Rio, existem tanto continuidades quanto descontinuidades, bem como se produzem acerca da realidade, discursos de visibilidade e invisibilidade, esquecimentos, silêncios e lembranças, que permeiam o imaginário e a memória social.

Assim, haverá o plano de Alfred Agache entre os anos 20 e 30, um urbanista francês, que baseado nos princípios em voga na École de beaux-arts de Paris, traria novamente o modelo francês ao planejamento urbano do Rio, que via a cidade como um organismo biológico, aonde “as questões da cidade eram diagnosticadas como patologias urbanas, e sua funcionalidade seria alterada com o propósito de se restabelecer seu equilíbrio” (MELLO, 2003, p. 39). Dos anos 30 em diante, a segregação territorial vai se tornar cada vez mais latente, porém os anos 30-40 ficaram marcados pelo populismo varguista, que estimulou a construção dos parques proletários e conjuntos habitacionais como a vila portuária Presidente Dutra (construída no governo do presidente de mesmo nome) no bairro Santo Cristo, que se constituiu como núcleo de muitas memórias construídas pelos moradores. Após esse período a região não para de sofrer transformações, até os dias de hoje. Em torno da vivência na Vila Portuária, é possível reconhecer os laços comunitários criados em torno da moradia e do trabalho portuário, já que inicialmente ele se destinava para os trabalhadores do porto e suas famílias, mas apenas enquanto estivessem trabalhando (RIBEIRO, 2005, p. 138-139).

É perceptível como as memórias em torno dos trabalhos portuários, como a estiva, estão tão presentes e foram marcantes desde o início da formação territorial da zona portuária até hoje. A região é muito mencionada como um espaço de trabalho, aonde se morava em função do trabalho ligado ao porto. As fábricas ali instaladas, como a fábrica Bhering também é referência até hoje para os moradores, sendo um dos espaços de memória existentes. E é justamente sobre memória que vamos falar a seguir.

Memórias do porto

A história, assim como as memórias, estão sendo produzidas a todo instante. Dessa condensação narrativa de base historiográfica que fizemos, com vistas a tornar mais clara esta pesquisa e suas análises decorrentes, é possível extrair-se muitas memórias, ainda pouco exploradas, ligadas ao espaço social da região portuária. Como abrange três bairros, compostos de algumas comunidades/favelas como o morro da Providência, da Conceição, Livramento e o morro do Pinto, a zona portuária constitui-se de espaços múltiplos e múltiplas formas de apropriação desses espaços. Certamente, as referências cotidianas e as memórias dos moradores do morro do Pinto muitas vezes não são as mesmas daqueles que moram na Saúde, ou daqueles que estão no alto da Providência. Para os moradores da Providência um local como a quadra da praça Américo Brum, extinta em função das obras do projeto Morar Carioca (4), é uma memória mais palpável em termos de sociabilidade e espaço de lazer do que o parque Machado de Assis no morro do Pinto, embora seja muito possível, que alguns moradores transitem pelos dois territórios. Assim, podem existir memórias, histórias e referências compartilhadas, e outras mais localizadas. A contribuição entre memória e história (enquanto campo de conhecimento) se dá principalmente pela história oral, que ganha força a partir das transformações nas ciências humanas, operadas principalmente a partir dos anos 30 do século XX, e radicalizadas nos anos 60. Várias correntes de pensamento que se formaram nas ciências humanas durante o século XX, como a Nova História, os Estudos Subalternos, a “virada cultural” nas ciências sociais, a formulação da museologia social, embora tenham diferentes contribuições, podem ser vistas essencialmente como tentativas de criar novos métodos e abordagens mais complexos, menos eurocêntricos, mais abrangentes e menos elitistas, desafios que se impõe até hoje na área.

A história oral por exemplo permite o reconhecimento de elementos mais sutis e menos previsíveis para a construção de narrativas históricas e de memórias sociais investigadas. A riqueza de relatos orais é muito peculiar em relação a outras fontes – embora elas devam ser conjugadas para obtermos o quadro menos incompleto possível. Pois bem, vamos falar um pouco sobre as memórias do porto, dentro daquilo que temos notícia.

Roberto Moura articula muito bem, em “Vida de sambista e trabalhador” (capítulo de seu livro “Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro, 1995) a superposição de duas identidades importantes - pelo menos até meados do século XX –

a vinculação aos tipos de trabalho portuário e à expressão cultural antes marginal, o samba. Os negros e negras da região portuária do Rio se arranjariam das mais diversas formas para garantir a sobrevivência nas novas formas de exploração pós-abolição, inclusive através da negação da exploração, denominada vagabundagem e/ou malandragem.

Achando progressivamente vagas no trabalho regular oferecido pela indústria, pela construção e pelo comércio, mas sempre em desvantagem com o concorrente branco, nacional ou estrangeiro, a presença do negro no Rio de Janeiro se tornaria tradicional no cais do porto.

O reconhecimento da própria dignidade através da experiência da liberdade choca-se com a dramaticidade das condições de vida e de expressão a que é exposto o ex-escravo na República brasileira. Seu amoldamento à rotina do operário fabril é dificultada pela subestimação e pela suspeita, tornando freqüentes os casos de indisciplina agressiva ao sistema de supervisão e controle (p. 65-66).

É interessante observar, pelos relatos revelados no livro *Vozes do Porto* (2005), em três artigos distintos que abordam sob diferentes perspectivas as condições de trabalho e suas memórias decorrentes, percebemos: que há um recorte essencial nas falas entre o antes e depois das leis trabalhistas - consolidadas pelo governo Vargas em troca de controle político e social – cuja vivência dos trabalhadores os leva a reconhecer uma melhoria nas condições de vida no período; as estratégias de apoio mútuo e articulação construídas pelos trabalhadores da mesma área (sem excluir os conflitos), a importância dos sindicatos citados na vida portuária; o trabalho das mulheres como fonte de sustento essencial, através da oferta de serviços, como costureiras, lavadeiras, cozinheiras, etc.; um declínio gradativo das condições de vida depois dos anos 70.

Todos os relatos apresentados que se referem a trabalho e aos bairros explicitam uma piora nas condições de vida, problemas sociais como desemprego, discriminação, acesso a moradia, a saúde pública.

4. Programa de Integração de Assentamentos Precários Informais – Morar Carioca, que prevê de 2010 a 2020 a “urbanização de assentamentos informais não urbanizados ou parcialmente urbanizados” em diversas regiões da cidade. http://www.iabrij.org.br/morarcarioca/o_programa/ Algumas questões em relação ao programa ainda serão citadas.

5. A expressão começa a ser usada no início do século xx por cronistas e figuras emblemáticas como o sambista Heitor dos Prazeres, para referir-se a um território em que as manifestações afro-brasileiras eram preponderantes. Quanto a materialidade territorial, não há um consenso mas abrange certamente certa área central da cidade, especialmente a zona portuária e a praça onze [SOARES, 1962,P. 7-8].

Eles revelam também uma versatilidade muito grande na busca pela sobrevivência frente as transformações vividas pela cidade, as ondas migratórias, as obras e mudanças sócio-espaciais das últimas décadas. Ainda no que se refere ao mundo do trabalho, percebe-se o enfraquecimento do sindicato dos estivadores após a entrada da OGMO (Órgão Gestor de Mão de Obra) para gerir toda a dinâmica do trabalho portuário a partir de uma nova legislação, que foi imposta da forma mais violenta possível (leia-se pela mobilização de várias instâncias policiais) (SANTANA; QUEIRÓZ; 2005, p.24-29); a precarização do trabalho e o trabalho chamado informal também são muito presentes na área. Não podemos esquecer também a grande migração de nordestinos e nordestinas ocorrida nos anos 60 para o Rio, em que boa parte se instalou na zona portuária: “A luta dessas populações pela inclusão à cidade, e portanto à sociedade como um todo, é fenômeno comum a todos os migrantes pobres, porém a resistência adquire proporções dissimuladas, quase despercebidas (MAIA;THIESEN;CARVALHO; 2005, p. 48)”.

As práticas e formas de expressão cultural desses homens e mulheres, seja pelas rodas de samba, pelas danças, culinária, festas, capoeira, pintura, blocos e cordões, são as memórias mais alegres que estão registradas. Algumas tradições que hoje são símbolo do Rio, como o samba e o carnaval, tomaram impulso na zona portuária.

Desde a brincadeira do entrudo (6) de fins do século XIX, passando pelos cordões e grupos do Zé Pereira, os ranchos, blocos e depois as primeiras escolas de samba, tanto a Estácio de Sá, que foi fundada no bairro vizinho ao Santo Cristo, quanto a Vizinha Faladeira no próprio Santo Cristo, Fiquei Firme na Providência, a Inimigas da tristeza na saúde entre outras (SOARES, 2011; MOURA, 1995). O samba, partido alto e batuque foram criados e estimulados pelas festas das “tias”, Ciata, Bebiana, Perciliana (mãe de João da Baiana), Amélia (mãe do sambista Donga), Carmen e outras, que eram também mães de santo e ayalorisás de terreiros conhecidos como o de João Alabá e Cypriano Abedé; na pedra do sal, assim chamada por ter sido o local aonde os escravos descarregavam o sal extraído na baía, se reuniam grandes nomes do samba, como Heitor dos Prazeres, Donga, Benjamin de Oliveira, João da Baiana, Getúlio Marinho e muitos outros.

6. O entrudo era uma brincadeira carnavalesca com influência de antigas práticas pagãs romanas. Considerado ousado e perturbador da ordem, foi perseguido e proibido por administradores no período colonial, sendo progressivamente substituído por outras práticas carnavalescas.



Fig. 3 ALIWU. **Carnaval no Rio**. Rio de Janeiro, entre 1900 e 193-. cartão-postal
 Fonte: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon299056/icon981668.jpg .

Ainda que o samba, assim como o próprio carnaval, tenha aos poucos se desenvolvido por toda a cidade especialmente na zona norte, a zona portuária foi um de seus berços. Todo esse movimento cultural não excluía “brancos”, mas foi inicialmente protagonizado por negros e negras (MOURA, 1995; ARANTES, 2010).

Nas primeiras três décadas do século XX houve também intensa imigração de portugueses, espanhóis e italianos para a parte do Santo Cristo, Morro do Pinto, que também criaram clubes e sociedades carnavalescas.

E não só de festas profanas vivia a zona portuária, havia também as festas religiosas vinculadas a tradição católica, como a festa da Penha, que se incrementou e africanizou com a adesão cada vez maior dos negros e negras, inclusive o “grupo baiano” de Tia Ciata e companhia:

A festa portuguesa era organizada pela comissão de festejos da Irmandade da Penha, a missa solene, as cerimônias de bênção e as barraquinhas de prendas, jogos e comidas, a que se juntaria o ritual e o espetáculo do cumprimento de promessas que faziam penitentes infatigáveis subir os 365 degraus que levam ao santuário.

Já celebrizada no grupo baiano, Tia Ciata com sua gente começa a montar regularmente barracas nos fins de semana festivos de outubro. Arriadas as coisas, era assistida no arraial, a primeira missa do dia junto com muitas portuguesas penitentes, formando os baianos um grupo diverso não só pela cor e pelas roupas como pela interpretação íntima que davam à cerimônia cristã, subordinando-a à mística do candomblé, reduzindo-a a um rito propiciatório (MOURA, p.108-109).

O trecho anterior descreve um exemplo típico dos sincretismos vividos na cidade. Por fim, nos resta concluir a importância do samba para a memória social da região, que será reacendida já em fins do século XX, assim como outras expressões culturais ligadas a afrodescendência. Por tudo isso a região foi chamada de “Pequena África” (5), expressão célebre de Heitor dos Prazeres. Em torno dessa referência, da zona portuária como “Pequena África”, vão se reconstruir narrativas identitárias sobre a região, a partir dos anos 80. Esse processo é particularmente caro a essa pesquisa já que se vincula diretamente à trajetória do Instituto dos Pretos Novos, criado em 2005 na Gamboa.

Zona portuária na atualidade: a ressignificação da “Pequena África” e o Porto Maravilha

Para compreender o processo que culminou no Projeto Porto Maravilha, é interessante remontar aos seus antecedentes, o projeto SAGAS (7) e o Plano Porto do Rio. O primeiro, decretado em 1988, foi fruto de um movimento de reação contra a proposta da Associação Comercial do Rio de Janeiro, de transformar a área num núcleo comercial exportador de produtos, o que foi compreendido como indesejável por muitos moradores e as associações, devido as grandes transformações que ocorreriam caso ela se concretizasse. Despertando a ideia da historicidade de muitos dos imóveis ali localizados e a importância de sua preservação, ocorreu um processo de patrimonialização de cerca de 2.000 edificações na região; a lei 971/87 definiu as normas legais de ocupação e zoneamento dos bairros da zona portuária baseadas em critérios de preservação arquitetônica (MELLO, 2003, p. 86). Mais de uma década depois no entanto era perceptível a não conservação física dos prédios tombados, além de diversas demandas essenciais em segurança, saneamento, habitação, educação, tanto dos moradores das favelas da região quanto do “asfalto”.

Os estudos realizados pelo projeto SAGAS abriram caminho para o Plano Porto do Rio, depois reformulado como Porto Maravilha, que vinculando-se ao legado histórico da reforma de Pereira Passos em princípio do séc xx, atualizou as ideias de “revitalização” trazendo posteriormente, o estímulo ao potencial turístico da região pela criação de sítios históricos (GUIMARÃES, 2014, p. 27-39).

Já em 1993 foi realizado um diagnóstico para criação de uma Área de Especial Interesse Urbanístico, e “a constatação foi de que a área portuária era um vetor de crescimento da Área Central de Negócios, e precisava de uma proposta de utilização

[...]” (MELLO, 2003, p. 86), já sendo neste material utilizada a noção de “revitalização” e as propostas básicas que orientariam o Plano Porto do Rio e o Porto Maravilha. Pois bem, após anos de discussões e propostas, o plano é finalizado pelo Instituto Pereira Passos, e anunciado no governo de César Maia em 2001. Neste plano as metas se concentravam na infra-estrutura urbana, na dinamização do sistema de transporte, na atração de empreendimentos comerciais e imobiliários, e em ações de valorização cultural/patrimonial. Inicialmente a região foi dividida em seis áreas de intervenção, cada uma delimitada para determinados usos: turismo, cultura e lazer, comunicações e negócios, habitação, integração viária, etc. Dessas seis, três foram consideradas prioritárias: Praça Mauá e Morro da Conceição, Barão de Tefé e entorno e Outeiro da Saúde (igreja) e entorno.

O Morro da Conceição foi alvo do Programa de Recuperação Orientada (ProRio, 1998-2000) um conjunto de estudos e ações do espaço do morro; inicialmente, como percebe-se no livro “Morro da Conceição: da memória o futuro” (Sigaud e Pinho, 2000) a narrativa construída acerca do valor histórico do local negligenciava seu passado ligado à escravidão e à presença africana e afrodescendente na formação cultural.

Para Roberta Guimarães, que pesquisa os efeitos dessas diversas políticas desde 2007, “no que se refere à produção das memórias do morro, as primeiras políticas patrimoniais haviam difundido durante anos o imaginário que associava seus espaços exclusivamente a um passado português, católico, militar, urbanístico e arquitetônico” (2014, p. 43-44). É nesse contexto, em 1996, que foram encontradas embaixo do terreno de uma residência em obras, na rua Pedro Ernesto (Gamboa) diversas ossadas humanas e utensílios que descobriu-se pertencerem ao cemitério dos Pretos Novos, aonde eram depositados os escravos que morriam antes de cumprir o período de quarentena, citado anteriormente – um dos maiores cemitérios de escravos da América, que foi fechado em 1831. A partir desse achado o casal Mercedes e Petrucio iniciaram um longo processo para proporcionar o estudo arqueológico e a divulgação dessa história, contando mais tarde com o apoio de pesquisadores e demais pessoas atuantes nas áreas de humanas e cultura; para conseguirem a construção de um memorial, e em 2005 (9 anos após) a inauguração do Instituto dos Pretos Novos, os envolvidos percorreram um longo caminho, que vamos esmiuçar mais adiante. Por enquanto voltemos ao Porto Maravilha e ao contexto geral da zona portuária.

O Porto do Rio realizou algumas transformações no espaço social da região e no que diz respeito as ações patrimoniais, houve uma clara seletividade histórica pelas heranças dos imigrantes europeus, e um silêncio quanto ao passado escravocrata.

Em 2004-2005 foram construídos a Cidade do samba, para sediar as escolas de samba da série A, e a Vila Olímpica da Gamboa, um centro poliesportivo, ainda que a demanda dos moradores para esse local fosse uma escola de ensino médio, que ainda não foi atendida (GUERREIRO, 2014).

Todo esse processo, que se encontra em curso, não pode ser descolado de uma perspectiva global, já que, como vimos anteriormente, um dos fenômenos recentes relacionados a globalização é uma nova produção social do espaço ligada as ideias de renovação ou revitalização.

As novas formas de ação no espaço vêm criando nas cidades os chamados “espaços de renovação”, cada vez mais homogêneos no mundo todo porque são moldados a partir de valores culturais e hábitos de consumo do espaço tornados dominantes na escala mundo.

Esses espaços ‘dominados’, parcelas da cidade, determinam novas especializações, impõe modos de apropriação e comportamentos apoiados em representações que, em alguns casos, reforçam e, em outros, determinam novas formas de inclusão e exclusão de grupos sociais (SÁNCHEZ, 2010, p. 47-48).

As representações citadas pela autora, no caso que estamos analisando, diz respeito à retórica modernizante, em oposto à uma suposta situação de “obsolescência”, “degradação” dos espaços alvo de renovação. Para compor essa retórica, são realizadas cerimônias, sites, vídeos, redes sociais, matérias em jornais e revistas e principalmente, a cobertura da mídia televisiva, que repete incessantemente o mesmo discurso. Uma busca rápida pela internet sobre a zona portuária revela uma infinidade de matérias e vídeos no youtube, nos quais representantes do governo municipal explicam as intervenções que estão sendo realizadas e apontam seus benefícios. Essas e outras estratégias são construídas com o fim de produzir consenso, e inserir a cidade no mercado mundial de cidades, ou seja, vendê-la, como apontamos no primeiro capítulo.

7.SAGAS é o acrônimo dos bairros Saúde, Gamboa e Santo Cristo. O projeto foi decretado em 1988 e realizou a alteração da legislação patrimonial da região, bem como ações de patrimonialização citadas, que classificou e determinou o uso e as intervenções posteriores dos territórios envolvidos [GUIMARÃES, 2014, p. 27-31].

Mas a partir desse processo inúmeras nuances são criadas, por isso, estão sendo produzidos estudos sobre as várias cidades que vivem ou viveram projetos de “revitalização”, “renovação” ou “requalificação” (8) urbana – Curitiba, Barcelona, Buenos Aires, Rio de Janeiro, Montevideu, Bilbao, São Paulo entre outras. São muito complexas e diversificadas as consequências da implantação desses projetos, ainda mais que mesmo que se imponham, encontram resistências e contrapontos. Entretanto, os projetos em si apontam grandes convergências, já que são convencionados internacionalmente; o modelo Barcelona é um dos mais difundidos, de forma sistemática, por organizações multilaterais, empresas multinacionais, profissionais da área de urbanismo, através de acordos, eventos, consultorias, entre outras práticas. Não á toa, é ele que orienta o projeto Porto Maravilha e orientou antes disso, o Plano Estratégico do Rio (SÁNCHEZ, 2010; VAINER, 2011). Uma das convergências reconhecidas é o alvo nas áreas centrais e portuárias, e a vinculação a megaeventos como Copa do Mundo, Olimpíadas, entre outros. Os megaeventos são um ponto chave, já que desencadeiam uma série de projetos de reestruturação urbana e até legislações específicas, como o caso extremo da Lei Geral da Copa, implantada em 2014 para conter as manifestações populares. É importante ressaltar, que em 2009, mesmo ano do início do projeto na zona portuária, a prefeitura criou o PROPAR-RIO, Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas, “colocando essa modalidade de gestão compartilhada como possibilidade de solução para a educação, a cultura, a saúde, a assistência social, os transportes públicos, as rodovias, portos e aeroportos, o saneamento básico, a energia, a habitação, a urbanização, o meio ambiente, o esporte, o lazer e o turismo” (AZEVEDO; FAULHABER, 2015, p 23). Assim foi no governo Eduardo Paes, que a “revitalização” da zona portuária do Rio tomou novo impulso e nova dimensão, já que houve alinhamento com os governos estadual e federal. O projeto Porto Maravilha prevê uma série de intervenções numa área de 5 milhões de metros quadrados, possibilitadas por um conjunto de leis que criaram a Operação Urbana Consorciada do Porto, que alteram as normas anteriores de uso e concessão do espaço, aumentando o potencial de construção de imóveis.

8. Sobre as possíveis distinções entre os termos, ver DUARTE, Ronaldo Goulart: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-194-44.htm> .

Guerreiro (2014) nos resume o que significa a OUC (Operação Urbana Consorciada):

Em essência, a Operação Urbana Consorciada é o instrumento de parceria entre o setor público e o setor privado para a realização de uma intervenção urbana.

No espírito da revisão do papel do Estado a partir da virada do século XX, com a OUC o poder público local abre mão da função de provedor para exercer a de regulador urbano. Festejada quando da regulamentação do Estatuto das Cidades, em 2001, está embutida neste instrumento urbanístico a revisão do papel do planejamento e da gestão no trato da coisa pública.

Portanto, a Operação Consorciada, conforme a redação do referido Estatuto, prevê a gestão urbana não como um processo de planejamento integrado, mas sim, através de projetos urbanos que podem priorizar algumas áreas da cidade com objetivos específicos.

O projeto prevê a construção de túneis, reurbanização e pavimentação de vias e calçadas, implantação e reconstrução de rede de água, saneamento, drenagem, energia, iluminação e telecomunicações; reconfiguração da circulação viária com os veículos leves sobre trilhos (VLT), conclusão das vias Expressa e Binário do porto, criação de ciclovias ligadas a zona sul. Para gerir tudo isso foi criada a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro – CDURP

Fica autorizado o Poder Executivo a delegar à CDURP, por meio de Decreto, a gestão de serviços de interesse local e serviços públicos de competência municipal, como paisagismo, limpeza urbana, coleta de resíduos sólidos, drenagem de águas pluviais, iluminação pública, restauração e reconversão de imóveis, conservação de logradouros e de equipamentos urbanos e comunitários, dentre outros, na AEIU da Região do Porto do Rio de Janeiro, respeitadas as competências legalmente estabelecidas e os contratos administrativos em vigor (PCRJ. LC.102/2009).

A lei complementar 101/2009 instituiu a Operação Consorciada e criou os CEPACS (Certificado Adicional de Potencial de Construção), que são certificados que os investidores podem adquirir para realizar empreendimentos imobiliários acima do padrão urbanístico determinado. Quem arrematou todos os CEPACS da AEIU (Área de Especial Interesse Urbanístico) da zona portuária foi a Caixa Econômica Federal; no entanto, o maior detentor de terrenos na área era o governo federal, que os vendeu anteriormente a prefeitura. Agora a Caixa readquiriu os terrenos através dos CEPACS (com o fundo de investimento cuja fonte é o FGTS – fundo de garantia) e os revenderá

aos investidores privados. Entretanto, não há garantia para a Caixa ou para aqueles que sustentam o FGTS – os trabalhadores formais – que se conseguirá vender os CEPACS por preço superior ou igual ao que foi comprado (GUERREIRO, 2014). Resumindo, nas palavras de Rolnik (2011) citada por Guerreiro: “Ou seja, estamos diante de uma operação imobiliária executada por empresas privadas, mas financiada, de forma engenhosa, com recursos públicos em terrenos públicos”.

É importante ressaltar que o projeto Porto Maravilha alinha-se com outras políticas públicas implantadas pelos governos estadual e municipal, já que está num contexto de reestruturação da cidade em função dos megaeventos como Pan Americano, Copa do Mundo, Olimpíadas etc. e em última instância, em função de ordenamentos nacionais e internacionais de inserção da cidade como “cidade global”, como já indicamos.

Entre essas políticas se destacou a UPP (Unidade de Polícia Pacificadora), que vem sendo implantada desde fins de 2008 em favelas/comunidades do Rio, especialmente da região centro-sul e parte da zona norte, e se caracteriza pela ocupação e controle do território pela polícia militar do estado através da instalação de uma unidade.

Entretanto, esta unidade não impede que alguns dos moradores que são varejistas no tráfico de entorpecentes - o elo mais frágil do narcotráfico internacional - sigam com suas atividades, mas mantém a “guerra às drogas” dentro do território, de forma estratégica. O projeto inclui o programa “Rio + Social” coordenado pelo Instituto Pereira Passos (IPP) em parceria com o ONU-Habitat – o Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos – cujo objetivo professado é a melhoria nas condições de vida dos moradores de territórios “pacificados”, através de ações que visem o “desenvolvimento local”, como prestação de serviços públicos básicos, geração de renda e emprego, etc. existe a coordenação com outros programas como o Morar Carioca, com investimentos em obras de “eliminação de risco”.

Estão sendo realizados estudos sobre os impactos das UPPs e o significado dessa política no espaço urbano e na vida social carioca, porém, não poderemos nos alongar neste tema. Na Providência, favela/comunidade tradicional da zona portuária, a UPP foi instalada em 2010. Temos que pontuar que o “discurso do risco” operado em territórios de favelas/comunidades pode ser utilizado para medidas extremas como a expulsão dos habitantes:

Apesar da importância das medidas de atenuação e de eliminação dos potenciais riscos para a população, a noção arbitrária e generalizada do risco acaba por ocultar a análise dos fatores objetivos, contribuindo, assim, para a consolidação de representações sociais extremamente negativas de determinadas áreas da cidade e de seus habitantes (GONÇALVES, 2013, p 12).

A reestruturação urbana que vem ocorrendo através de várias medidas, programas e legislações, provocou a remoção de cerca de 67 mil pessoas de 2009 a 2013, e a região portuária está incluída no processo, havendo também um número significativo de desapropriações em curto espaço de tempo, especialmente de ocupações sem teto da área central (AZEVEDO; FAULHABER, 2015).

É fundamental sabermos um pouco das dimensões econômica e política do contexto atual para chegarmos à política cultural e à cultura política, e principalmente ao que estamos privilegiando, que são as questões relacionadas as memórias e identidades, especialmente as chamadas afro-brasileiras ou afrocariocas. Vamos privilegiá-las porque elas estão diretamente vinculadas a proposta do Instituto dos Pretos Novos, e são o substrato de importantes disputas simbólicas e políticas que ocorrem na região. Chegamos a um ponto crucial: a lei 101/2009 também estabelece 3% do valor adquirido com a venda dos CEPACS para o investimento em cultura e patrimônio, o que significa que a CDURP (Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro da qual falamos antes), também é agora responsável por gerir políticas culturais na zona portuária. Assim, através do “Porto Maravilha Cultural” a CDURP administra esses 3% de investimento cultural, através de editais e patrocínios diretos, assim como ações próprias. A forma como tem se dado essa gestão é alvo de muitas discussões, porque uma das demandas dos grupos, coletivos, ongs, associações etc. que atuam na zona portuária, é que se invista principalmente naqueles que já estavam atuando antes do Porto Maravilha, e que o faziam em meio a muitas dificuldades. Isso porque existe um discurso de que após o Porto Maravilha muitos foram atraídos para conseguir editais e financiamento que antes não existiam, o que é uma realidade, embora saibamos, que não pode-se fazer uma distinção de financiamento tendo como critério apenas o tempo de permanência da atividade ou de seus integrantes na região; porém, o fato é que uma empresa de capital misto, a CDURP, está responsável por questões relacionadas a cultura, memória e patrimônio na zona portuária. Assim foi criado em 2013 o edital Porto Maravilha Cultural, que financia iniciativas culturais na região; nesse ano, foram premiados projetos do Escravos da

Mauá, da Liga Portuária, um festival de literatura, as rodas de samba da Pedra do Sal, entre outros projetos menos conhecidos.

Para criar uma articulação maior frente as demandas culturais dos artistas, grupos e demais entidades atuantes, foi criado em 2013 o movimento Condomínio cultural, que congrega grupos, coletivos, associações, artistas, entidades diferentes, criando uma articulação bastante heterogênea, mas que pretende impor demandas e propostas sobre a cultura. Segundo matéria do Jornal GGN escrita por Mafalda Pequenino, artista negra integrante da “Grande Cia Brasileira de Mysterios e novidades”, um dos grupos culturais integrantes do Condomínio:

O objetivo principal deste coletivo é apresentar e fortalecer esse território, já que com anúncio das reformas urbanas que estão sendo feitas para adequar a Cidade aos grandes eventos a região do Porto tem sofrido muito com a especulação imobiliária. Isto provoca graves desdobramentos: uma reforma urbana desigual, atendendo a interesses econômicos e causando a expropriação e exclusão daqueles que já ocupam o lugar há séculos: a comunidade negra e pobre que constitui a maioria da ocupação da área central do Rio de Janeiro. Por isso foi criado o movimento "ComDomínio Cultural", para dar visibilidade às diversas manifestações artísticas e culturais guardadas no seio desses territórios, muitas vezes invisíveis, da grande cidade. Faz nascer um grupo articulado que, em levante, usa a palavra para defender o seu quintal: “Porto novo, mas de antigas maravilhas” (<http://jornalggn.com.br/noticia/um-porto-novo-de-antigas-maravilhas>).

No discurso citado percebe-se uma criticidade frente ao processo vivido na zona portuária e uma proposta de “dar visibilidade” às manifestações culturais “invisíveis”, que ela aponta estarem ligadas à “comunidade negra”. Em outra matéria do site cidadeolimpica.com.br, o movimento aparece menos reivindicativo e politizado:

Mesmo diante da degradação da Zona Portuária do Rio, vários agentes culturais, produtores e instituições diversas se mantiveram na região, berço da cultura popular carioca. Agora, estimulados pelo processo de revitalização da área, eles se uniram para compartilhar a produção e a divulgação de seus projetos com o movimento Condomínio Cultural, lançado no dia 23 de abril, Dia de São Jorge, com direito a um cortejo carnavalesco que arrastou o público pelas ruas da Gamboa e de Santo Cristo (<http://www.cidadeolimpica.com.br/a-alvorada-cultural-do-porto-2/>).

Ou seja, o texto explicita que foi a revitalização que estimulou a criação do movimento, e entrevista Ligia Veiga, do mesmo grupo de Mafalda Pequenino, que

escreveu a matéria citada anteriormente no Jornal GGN, porém sua fala é apresentada de forma bastante diversa de sua companheira de grupo:

Ligia Veiga, diretora do Grande Companhia Brasileira de Mistérios e Novidades, acredita que a revitalização do Porto será um incremento para se difundir a arte produzida naquela região. Sua companhia está instalada no Porto há mais de 10 anos, e a iminente efervescência turística da área acabará sendo bom para os artistas que por lá convivem.

O movimento foi fundado no Instituto dos Pretos Novos (que chamaremos simplesmente de IPN) e as reuniões foram realizadas no Instituto durante os últimos dois anos. Porém, na avaliação de Mercedes diretora do IPN, as reuniões não resultaram em muitas ações práticas como se pretendia. A heterogeneidade dos grupos pode ter sido um entrave a tomada de soluções comuns.

Ainda segunda a matéria do GGN, os integrantes do Condomínio, até aquele momento seriam:

AACATED - Associação do Armazém Cultural das Artes e Técnicas Em espetáculo de diversão.

ACIMBA - Associação Cultural Mestre Benedito de Angola.

Afoxé Filhos de Gandhi

Associação de Capoeira Estilizada Portal da Gamboa

Bloco Escravos da Mauá

Casa Amarela

Casa da Cultura do Porto

Centro Cultural da Ação e da Cidadania

Centro Cultural Velhos Malandros

Companhia Mariocas

Conexão Cariocas de Rodas na Rua/Roda do Cais do Valongo

Feira de Artes Rio Porto em Harmonia

Grande Companhia Brasileira de Mistérios e Novidades

IPM - Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos

Instituto Fim

Instituto Galpão Gamboa

Mostra + CineRG Registro geral e Vozes do Cais

MAR - Museu de Arte do Rio

Projeto SANIN

Sônia Baiana

Tia Lúcia

Ou seja, temos agentes anteriores a 2009, como o Afoxé Filhos de Gandhi, Escravos da Mauá, Casa amarela, Associação Cultural Mestre Benedito de Angola, entre outros, e agentes pós 2009, como o Museu de Arte do Rio, Instituto Galpão Gamboa, Casa da Cultura do Porto, etc. Parece existir entre muitos agentes a estratégia de formar uma resistência cultural através de expressões ligadas as memórias e história da zona portuária, mas ao mesmo tempo, sem abrir mão dos benefícios trazidos pelos financiamentos ligado a CDURP, ao Consórcio Porto Novo e em última instância, ao projeto Porto Maravilha. Em outra reportagem relacionada, o mestre de capoeira Carlos Alexandre conhecido como Carlão, integrante do grupo Kabula, afirma ao ser entrevistado,

O COMdomínio surge com a missão e o compromisso de colaborar com a cultura local, mas, para além disso, queremos servir de guia às políticas públicas da região. Queremos mostrar as instituições públicas, empresas privadas e aos governos municipal e estadual que a zona portuária produz cultura e de que forma nós a produzimos (http://issuu.com/iccw/docs/folha_da_rua_larga_39/11).

Carlão coloca ainda que “nós, artistas, não temos que nos adaptar ao governo, aos agentes fomentadores. Eles sim é que devem se adaptar a nós”. Ou seja, Carlos Alexandre demonstra a necessidade e interesse por mais financiamento na cultura, porém, as regras não podem ser ditadas inteiramente pelos financiadores. Ele cita ainda uma das grandes questões da cultura atualmente, a sustentabilidade, já que os

patrocínios pontuais ajudam mas não garantem a estabilidade dos agentes culturais.

Ou seja, seu discurso parece muito consciente de seus objetivos e estratégias, das manifestações culturais serem sim patrocinadas e fomentadas mas sem os fomentadores necessariamente exercerem controle sobre o caráter das práticas culturais que existirão na zona portuária. Se isso é possível, fica como ponto de reflexão. O fato é que muitos agentes culturais da região estão dispostos a cobrar mais investimentos nas ações culturais de impacto local, principalmente, para aqueles que já atuavam antes do Porto Maravilha; e também autonomia no uso e ocupação dos espaços públicos e no fazer artístico. Existem também grupos que preferem manter-se inteiramente independentes financeiramente dos financiamentos advindos do Porto Maravilha, a fim de terem autonomia maior para criticarem e se manifestarem sobre o que consideram pertinente, ou seja, priorizam o caráter do engajamento político às suas práticas culturais, com seus inevitáveis enfrentamentos. De fato, como vimos através da fala de Chin-Tao Wu no primeiro capítulo, nenhum financiamento vem ausente de interesses, de condições e de mecanismos de controle. Logicamente não faz sentido algum patrocinar algo ou alguém que confronte os interesses do patrocinador.

Entre os agentes culturais há a discussão de merecimento entre agentes novos e antigos, porém isso não costuma impedir colaborações mútuas. Quer dizer, existe um “bairrismo saudável” como diz Mercedes (presidente do Instituto dos Pretos Novos) que de certa forma parece tentar proteger a área de agentes culturais “oportunistas”, ou seja, que estejam interessados apenas em obter os novos financiamentos disponíveis.

Uma segunda discussão que está articulada a essa primeira diz respeito ao caráter das ações culturais e artísticas, já que a questão da “resistência” e/ou reelaboração de repertórios considerados tradicionais é muito forte, bem como a afirmação de determinadas memórias, entre elas as associadas a afrodescendência. Ou seja, as redes de colaboração são tecidas muito mais a partir de afinidades nas propostas das ações culturais do que na dicotomia “novos” ou “antigos” – embora nem sempre seja simples promover a primeira aproximação, já que isso depende da estrutura de cada grupo, coletivo, etc. Para além desses grupos e artistas listados anteriormente, existem vários outros que atuam na região portuária e que indicam a diversidade que existe atualmente: o Quilombo Pedra do Sal, o Centro Cultural Pequena África, o Coletivo I Love MP, os blocos carnavalescos que compõem a Liga Portuária, por entre os quais circulam vários artistas e moradores. Cada espaço possui seu núcleo ativo de participantes, que mantém interlocução com outros, com maior ou menor frequência dependendo da época do ano e da proximidade da relação. Os grupos têm seu calendário

de atividades, que se entrecruzam em vários momentos, como no 20 de novembro, dia da Consciência Negra. Um episódio emblemático ocorrido em 2014 foi a polêmica em torno da peça de teatro “João Alabá e a Pequena África”, que integra uma série de peças do “Porto de Memórias”, projeto patrocinado pelo edital Porto Maravilha Cultural citado antes. Cerca de 10 dias antes da estréia da peça, algumas divulgações estavam sendo feitas em torno da mesma, incluindo, uma nota na coluna de Patrícia Kogut, no jornal O Globo. Nesta nota, aparece a foto da atriz que representaria a ayalorisá Tia Ciata, Christiana Ubach, loira de olhos claros, em vestimenta correlata a de baiana:



<https://mamapress.wordpress.com/2015/06/15/o-pessoal-daquela-peca-perdeu-a-nocao-do-perigo-a-pedra-do-sal-e-a-cultura-negra-sem-negras/>

Tal foto provocou uma enxurrada de críticas em sites, blogs e redes sociais, sobre a escolha de uma atriz branca para representar uma ayalorisá negra, ícone da cultura afrocarioca. As discussões culminaram em um ato marcado para o dia da estréia, porém antes disso, a equipe da peça convocou uma reunião no Instituto dos Pretos Novos com aqueles que quisessem se manifestar e discutir a questão, acusando os comentários críticos de “intolerantes” e “preconceituosos” (seria aí uma tentativa de acusá-los de “racismo reverso?”); a reunião de fato ocorreu no dia 16 de junho e contou com a presença de várias pessoas ligadas a cultura e a movimentos negros. Segundo relatos postados no evento do facebook criado para a manifestação, os integrantes da equipe, representantes da peça João Alabá procuraram explicar suas escolhas na elaboração da peça, com justificativas pouco consistentes, como por exemplo, “o fato de hoje termos

mães de santo japonesas, brancas etc.” e foram cobrados quanto ao seu posicionamento, também pelo fato de apresentarem na história 14 orixás e não 16, que é considerado o número dos principais orixás existentes (embora existam muitos outros nos cultos afro-brasileiros) por “falta de verba”. Assim, os que compareceram a reunião reivindicaram: “Retratção pública da propagação e exposição de foto e caracterização ofensiva das Religiões de Matrizes Africanas, que possam ser interpretadas como racismo. Substituição da atriz branca por uma atriz negra. Ou suspensão da apresentação para que seja reavaliada. Foi solicitada à produção uma resposta até o dia 17 no final da noite” (<https://mamapress.wordpress.com/2015/06/17/denegrir-nao-e-ofensa-queremos-denegrir-esta-peca-joao-alaba-e-a-pequena-africa/>).

Depois de muitas discussões virtuais e presenciais, a equipe do “Porto de Memórias” soltou nota se retratando, e se comprometendo a realizar as reivindicações dos presentes na reunião do IPN (9):

A equipe do Projeto Porto de Memórias comunica a todos os interessados que, atendendo às sugestões das lideranças dos Movimentos Negros, presentes à reunião realizada ontem, dia 16/06 no IPN - Memorial Pretos Novos, o espetáculo "João Alabá e a Pequena África" será acrescido de uma Mãe de Santo, interpretada por uma atriz negra, e serão incluídos os dois orixás que não constavam do elenco original.

As próximas datas e locais de realização do espetáculo serão divulgadas oportunamente, quando obtivermos de nossos patrocinadores - Secretaria Estadual de Cultura do Rio de Janeiro e Light - as autorizações necessárias para efetuarmos as mudanças que se impõem.

Lamentamos profundamente que parte da comunidade negra tenha se sentido ofendida, muito embora não tendo havido de nossa parte qualquer intenção ou ato que possa ser considerado como ofensivo, agressivo, desrespeitoso ou lesivo aos interesses da cultura negra e da herança africana que, muito ao contrário, sempre respeitamos, valorizamos, divulgamos e enaltecemos em toda a trajetória do Projeto, desde 2014, como pode ser comprovado pelas imagens dos espetáculos realizados até o momento, que postamos abaixo.

Cordialmente, Porto de Memórias

FONTE: <https://www.facebook.com/events/853865534662910/>

Algumas pessoas ainda alegaram que a equipe se comprometeu a colocar uma atriz negra, e não retirar aquela que disparou a polêmica do papel de Tia Ciata, ou seja, ela continuaria a interpretar esse papel, contrariando as evidências históricas e assumindo as implicações políticas dessa escolha. Enfim, esse episódio relatado é emblemático, primeiro para constatar como as disputas em torno das memórias, identidades e histórias da zona portuárias estão intensas; como elas estão sendo apropriadas, e estão sendo construídos discursos acerca dessas memórias; a existência ainda explícita de tentativas de negar a contribuição afrodescendente, mesmo por uma companhia de teatro. Como aconteceu com o Com domínio Cultural, o IPN foi sede das discussões; é perceptível também como o Instituto é procurado em diferentes situações, tanto de integração quanto de conflito entre os agentes culturais.

Para voltarmos ao tema dos espaços museais, temos que ressaltar que dentro do âmbito cultural, as âncoras do projeto Porto Maravilha são o Museu de Arte do Rio (MAR) e o Museu do Amanhã.

Este fato reitera a noção de que os museus são relacionados a projetos de modernização ou revitalização, como símbolos de desenvolvimento e cultura. Inaugurado em 2013 o MAR é fruto de realização e concepção da Lei de incentivo a Cultura, Prefeitura do Rio e Fundação Roberto Marinho, contando com o patrocínio de três grandes empresas. Abrigado em um complexo arquitetônico impressionante, ao lado da Praça Mauá, o MAR oferece uma programação muito diversa, que vai desde exposições de arte contemporânea, a apresentações de manifestações culturais típicas do Rio como o jongo; o museu mantém um programa de formação de professores através da Escola do Olhar, pois o foco do museu é a arte-educação. Interessante observar que o museu não possui uma política de aquisição de coleções, e trabalha apenas com exposições temporárias, de temáticas diversas, cujo foco principal é as linguagens contemporâneas. Existem ações de incentivo a visitação de moradores do entorno através do “Vizinhos do MAR”, com carteirinha de gratuidade e algumas atividades educativas específicas. Ainda não existem estudos substanciais sobre a atuação do MAR ou a eficácia do Vizinhos do MAR, porém em conversas informais com funcionários e visitantes, estes disseram que a adesão não é a esperada, talvez pela divulgação insuficiente, ou pelos temas serem pouco acessíveis aos interesses dos moradores locais (em suas especulações). A concepção arquitetônica do MAR parece estar fundamentada no binômio tradição-modernidade tão utilizado nos novos equipamentos culturais em diversas capitais do país, como Belo Horizonte e Curitiba.

Já o Museu do Amanhã, que está sendo inaugurado em dezembro de 2015, também se caracteriza por sua construção arquitetônica de grandes proporções, com recursos multimídia de alta tecnologia, orçados em cerca de 150 milhões de reais. Ele é apresentado como “um novo conceito em museu”, pois do ponto de vista arquitetônico foi construído com tecnologias consideradas “sustentáveis” de uso de energia e recursos naturais, e do ponto de vista museográfico é composto de “experiências e subexperiências” que constroem um “percurso narrativo” mediado pelos recursos tecnológicos interativos. O museu é concebido como um museu de ciências, com preocupação especial em discutir o futuro do meio ambiente e do planeta. O tema é relevante, mas torna-se contraditório em uma cidade em que apenas 3% do lixo é reciclado, sendo que o potencial de reciclagem do total de lixo coletado é de quase 41% (RIO DE JANEIRO, 2012) já o índice de tratamento de esgoto é de 34%. A Baía de

Guanabara, que foi alvo de programa implantado desde 1992, ainda encontra muitos entraves para a melhoria da poluição da água, de gestão dos recursos hídricos e sólidos, tendo como pressuposto o saneamento básico de várias áreas do estado e da região metropolitana, ainda carentes desse direito básico. Embora por causa do pacto assinado pelo governo estadual com a Comissão Internacional dos jogos olímpicos, tenha havido uma aceleração considerável no processo de despoluição, financiado com investimentos bilionários do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e do Banco de Cooperação Internacional do Japão (Jbic), a meta estipulada de 80% de despoluição da Baía até 2016 não se cumprirá. Ou seja, o Rio de Janeiro possui muitos problemas ambientais e a educação ambiental perpassa pelo conhecimento desses problemas e de suas possíveis soluções. Caberá a pesquisas futuras observarem se o Museu do Amanhã atende a essa perspectiva.

Outra questão interessante a ser pontuada é o fato dos museus estarem cada vez mais interessados em atuar junto a agentes diversos no espaço social em que estão inseridos, aumentando seu potencial de influência. O Museu do Amanhã por exemplo divulgou vaga para o cargo de “gerente de relações comunitárias” cujas atribuições seriam, entre outras,

Representação do museu em fóruns e reuniões da região do Porto Maravilha e comunidades da Baía de Guanabara; Articulação e representação sobre os interesses do museu na região portuária; Responsável pelo relacionamento com representantes de programas comunitários correlatos do Museu de Arte do Rio, Museu da Imagem e do Som e outros museus; Identificar junto com as equipes do museu, instituições públicas e/ou da sociedade civil que possam colaborar e interagir com o mesmo, criando metodologias de participação e controle social (<http://www.vagas.com.br/vagas/v1197795/gerente-de-relacoes-comunitarias>).

É particularmente instigante a expressão “controle social”, qual seria o seu significado nesse contexto? Algumas atribuições destacadas parecem extrapolar aquelas que usualmente se atribuem aos museus, adquirindo um caráter de ação social inesperado, que pode-se caracterizar político. A dimensão política da cultura, ou a imbricação entre as dimensões social, política e cultural na dinâmica das sociedades contemporâneas, como colocamos no primeiro capítulo, revela-se sob múltiplas facetas.

A ressignificação da Pequena África

Os processos de patrimonialização na zona portuária adquiriram novos contornos a partir do projeto Porto Maravilha. Como vimos, desde o Corredor Cultural e o Projeto SAGAS nos anos 80 a região central e portuária foi alvo de ações de patrimonialização, assim como no Plano Porto do Rio. Nesse período o Morro da Conceição situado na Saúde, foi alvo do Programa de Recuperação Orientada (ProRio, 1998-2000) o qual citamos anteriormente. A partir desses estudos foram iniciadas ações de intervenção que continham uma forma de delimitar, valorar, estruturar o morro e seus habitantes que muitas vezes era diferente daquilo que era desejado pelos mesmos. Aos poucos foram se delineando alguns conflitos, como o conflito fundiário-religioso-cultural entre a Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência e moradores da parte baixa do Morro da Conceição, que vieram a compor a Comunidade de Remanescentes de Quilombo da Pedra do Sal. O histórico do conflito é extenso, e parece ter começado quando a Ordem decidiu reaver a posse de vários imóveis no Morro da Conceição que eram habitados por pessoas que se identificavam como fortemente integradas àquele ambiente social, e que a partir de suas referências culturais resolveram criar a Comunidade para resistir a essas desapropriações (GUIMARÃES, 2014). Porém o conflito foi adquirindo proporções inesperadas, sendo debatido pela mídia, pela opinião pública, e por moradores, que ficaram divididos quanto a questão. Por um lado, o discurso de deslegitimar a formação e certificação da Comunidade, por outro, aquele que argumentava sua correspondência histórico-cultural, tanto em relação aquela inscrita na espacialidade quanto na trajetória dos integrantes. A disputa jurídica tem características simbólicas muito fortes, já que para muitos a Ordem representava os elementos da formação portuguesa, espanhola e católica da área, e o Quilombo a formação afrodescendente e ligada aos cultos aos orixás, Candomblé e Umbanda (id, 2014). No entanto, temos de estar atentos, essa “dicotomia” que se explicitou no embate entre o Quilombo Pedra do Sal e a Venerável Ordem Terceira, não está explícita em todas as expressões culturais da zona portuária, já que existiram e existem sincretismos nas práticas culturais, como conhecemos bem, nem todos são católicos e tomam para si exclusivamente essa identidade religiosa, como negação das demais, e da mesma forma, os candomblecistas podem ser devotos de santos católicos, participarem de festividades católicas assim como umbandistas e demais espíritas. Porém, alguns grupos sentem necessidade de demarcar suas bases identitárias de forma mais contundente, principalmente quando sentem-se ameaçados pela alteridade, ainda mais quando essa

alteridade é historicamente hegemônica. De toda forma, em 2007 foi elaborado pelo Grupo de Trabalho composto por profissionais da área de antropologia, geografia, agronomia e engenharia cartográfica um Relatório Técnico de Identificação e Delimitação da área pleiteada pelos remanescentes de quilombo Pedra do Sal, uma das exigências do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) para a titulação do território almejado. O relatório fundamenta as afirmações dos quilombolas, no que diz respeito a historicidade específica ligada a área, e à ligação dos integrantes a essas origens afrodescendentes. Porém existe uma preocupação no texto de apontar o local de fala dos profissionais de história, antropologia e correlatas em um contexto de “memórias concorrentes”:

É importante explicar que isto não torna o conhecimento histórico relativo. Pelo contrário. A explicitação do problema histórico a ser investigado torna possível construir um conhecimento crítico e cientificamente controlado sobre o passado, capaz de incorporar a própria história da memória e do conhecimento historiográfico como problema de pesquisa. Sem dúvida, o profissional de história não tem o poder de dizer como o que aconteceu no passado deve ser lido no presente. Mas ele sabe explicar como o que aconteceu no passado tem sido lido através do tempo, formando memórias concorrentes (Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) dos Remanescentes das Comunidades dos Quilombos da Pedra do Sal, 2007, p. 15).

Ou seja, o relatório aponta para uma confluência com as discussões acerca do patrimônio cultural, que foram ampliadas a partir da constituição de 88, e transformadas pela atuação de instituições como a Fundação Cultural Palmares, especialmente no campo do chamado patrimônio afro-brasileiro. Não existe a pretensão de neutralidade no relatório, mas sim a preocupação com o rigor das pesquisas e como elas podem ser lidas no atual contexto, concluindo que a reivindicação do grupo tem correspondência histórica e social, dando portanto um parecer favorável a demarcação e titulação, que encontra-se ainda em processo (10).

10. Saiba mais em: www.cpis.org.br/acoes/html/jurisprudencia.aspx?LinkID=11 .

Esse embate político- simbólico-cultural se estende a outras situações. Por isso Guimarães (2014, p. 53) coloca que a ideia de “Pequena África” ressurgiu “como reação ao esquecimento dos espaços, patrimônios e memórias negras e do candomblé no projeto de ‘revitalização urbana’ do Morro da Conceição e de toda a Zona Portuária”. Porém, podemos observar que esse processo se inicia com o tombamento da Pedra do Sal, em meados dos anos 80, e perpassa o achado arqueológico que deu origem ao Instituto dos Pretos Novos em 96, ainda que só comece a se consolidar nos anos 2000, com a reconhecimento da Fundação Palmares da Comunidade de Remanescentes de Quilombo da Pedra do Sal, a revelação do Cais do Valongo, e a formação do Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana. Consideramos esses os marcos de um longo processo de disputa que está em curso, e do qual o IPN participa de forma ativa e peculiar.

Não podemos esquecer a importância do livro de Roberto Moura “Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro”, que desde seu lançamento em 1986 influenciou a visão e o conhecimento da história da região portuária, no que diz respeito as suas referências afrodescendentes, inclusive Joel Rufino dos Santos, que protagonizou o pleito de tombamento da Pedra do Sal no mesmo período. Líbano Soares inicia seu livro de divulgação sobre a “Pequena África” explicitando que ao contrário do que algumas vezes se propagou, ela não diz respeito a um passado remoto ou apagado, e que seu objetivo é justamente “mostrar que, ao contrário, a Pequena África é muito palpável, muito real, e tem uma história definida, que não apenas teve impacto profundo para a cidade do Rio, mas para todo o Brasil” (2011, p.8). O tombamento da Pedra do Sal foi um acontecimento significativo para uma virada nas concepções de patrimônio cultural no Rio de Janeiro: “Isso representou uma mudança significativa nas políticas de renovação. Ao tombar uma pedra erguia-se uma nova hierarquia, de conteúdo valorativo inovador, reconhecendo o papel dos negros como produtores de bens culturais” (FERRAZ,1997, p. 336).

Até as primeiras décadas do século XX a Pedra do Sal constitui-se enquanto espacialidade de referência seja para africanos vindos de partes diversas do outro lado do Atlântico como para brasileiros negros recém-chegados de outras cidades ou estados, tornando-se mais tarde ponto de encontro daqueles identificados com as expressões artístico-culturais e religiosas afrodescendentes, como o samba e o candombe (MOURA, 1995; SOARES, 2011).

Mesmo com as mudanças no perfil dos moradores da região da Saúde, já que muitos se mudaram e outros de origens diversas vieram habitar, dos quais muitos são de

origem nordestina, algumas edificações e lugares do início do século permaneceram, assim como muitas memórias, práticas e costumes resistiram ao tempo sendo reelaborados, com a participação desses novos moradores; tanto aqueles patrimônios que se filiam a ocupação portuguesa/espanhola, quanto aos que são identificados como afro-brasileiros. No entanto, já haviam sido tombados pelo então SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, criado nos anos 30) os Jardins Suspensos do Valongo, a Igreja de São Francisco da Prainha, a Fortaleza da Conceição e o Palácio Episcopal, todos fortemente vinculados aos marcos da história oficial e ao poder hegemônico: cultural/civilizatório, religioso, militar e administrativo, respectivamente. Já os patrimônios identificados com o protagonismo negro nunca haviam sido considerados pelas políticas patrimoniais, muito pelo contrário, foram duramente perseguidos

Antes de aceitação ou mesmo de reconhecimento, por parte de um público intérprete e também usuário extra-comunidades dos terreiros ou de outros locais consagrados pelo trabalho e produção, como de referência e/ou afro-brasileira, é sabido que por longo período pós-abolição a memória e a visibilidade do negro brasileiro sofreram perseguições política e policial (LODY, 2005).

A fala de Raul Lody não deve nos levar a interpretar que essas perseguições cessaram, mas tem cabido especialmente aos movimentos negros contemporâneos, aos artistas e intelectuais negros e negras revelar e discutir como a discriminação e o preconceito racial se processam no Brasil atual, assim como apontar os avanços alcançados e as possíveis estratégias de superação.

Como vimos, as mudanças epistemológicas nas ciências humanas surtiram efeitos nas noções de museu e patrimônio, que passam a ser alvo de novas disputas simbólicas e políticas de afirmação de discursos, repertórios, identidades, fundamentadas em determinadas histórias ou memórias sociais. Os movimentos sociais, como os movimentos negros, ao se apropriarem e criarem conceitos para exercer suas lutas, estão construindo estratégias que são discursivas e práticas, pois trazem a base de suas intervenções no campo político. Os conceitos de afrodescendência, etnia e identidade negra tem sido utilizados no âmbito dos movimentos negros contemporâneos brasileiros com eficácia,

[...] sendo que os conceitos de afrodescendência e etnia se configuram como enfoque político-cultural, construído na relação histórica de uma ascendência africana diversa; ascendência essa marcada pela trajetória

de luta e exploração no âmbito do escravismo e racismo e pelos referenciais processados nessa trajetória.

As etnias negras no contexto brasileiro são demarcadas pelas raízes históricas sócio-culturais e políticas que marcam a formação populacional brasileira no contexto do escravismo e pelas relações estabelecidas tanto nas suas ancestralidades distantes como nas vivências contemporâneas (LIMA, 2008, p. 38).

A transformação do conceito de raça, reapropriado pelas discussões em torno do racismo, o amplia para o conceito de raça social, que articulado a noção de etnia, serve satisfatoriamente a diversidade brasileira, segundo a mesma autora.

É importante lembrarmos o papel da cultura como fonte de integração para diversas experiências de resistência e luta política contra o racismo no Brasil, que amadurecem substancialmente a partir dos anos 60, quando os movimentos negros brasileiros buscam inspiração e contato com outras experiências e movimentos, desde os movimentos revolucionários vividos em países luso-africanos como Angola e Moçambique, até os movimentos norte americanos de direitos civis dos EUA, os Panteras Negras e seus correspondentes culturais, a black music, o funk, soul etc. (ALBERTI; PEREIRA, 2007). Os anos 60-70 no Brasil se configuram como um período em que muitos militantes anti-racistas são envolvidos pelas ideias marxistas, e também buscam mais conhecimento sobre as Áfricas e sobre os movimentos internacionais, fundando grupos de estudos, movimentos sociais, e até blocos engajados como os baianos Ilê Ayê e o afoxé Filhos de Gandhi, que inspirou seu correspondente carioca, o Afoxé Filhos de Gandhi Rio, criado alguns anos depois no bairro da Gamboa, zona portuária; e é interessante observar que o afoxé baiano foi formado por estivadores, ligados também a zona portuária soteropolitana (DOMINGUES, 2007; ALBERTI, PEREIRA, 2007). As ideias difundidas pelos defensores do pan-africanismo, que surgiu em fins do século XIX e amadureceu ao longo do século XX, foram reinterpretadas no Brasil principalmente pelos integrantes dos movimentos negros, pois aos poucos foram sendo reconhecidas nossas demandas e contextos específicos, e os diversos posicionamentos existentes foram sendo discutidos e inspiraram diferentes vertentes nos movimentos sociais. Assim, o pan-africanismo não pode ser considerado um movimento ideologicamente homogêneo, já que várias contribuições foram sendo dadas as discussões em torno da libertação, resistência e integração de povos afrodescendentes em diferentes partes do mundo. Entre as diversas ideias, a questão da educação aparece desde o início nos congressos pan-africanos,

como meio de obter-se consciência política e social, já que a oportunidade de estudo era rara entre os negros e negras norte americanos e europeus, aonde nasceram os pioneiros do pan-africanismo; já aparecia nos anos 20 a ideia do ensino de história da África nas escolas (NASCIMENTO, 2008, p.168). Após os anos 30, depois de reflexões e debates das possíveis estratégias de libertação dos negros das opressões e exclusão social vividas, militantes como Marcus Garvey, George Padmore, Nkrumah entre outros inspiram uma radicalização política que leva a ida de centenas de pessoas a países da África para combater o neocolonialismo, assim como conhecer as origens e os elementos sócio-culturais dos povos africanos; muitos sonharam com a criação de nações interdependentes nas quais os negros seriam livres do racismo. As avançadas ideias de Garvey apontavam para questões morais, éticas, econômicas e políticas, capazes de nortear a criação de um dos maiores movimentos internacionais de afrodescendentes, a Unia – Associação Universal para o Avanço Negro (PAIM, 2014; NASCIMENTO, 2008). Ao longo dos anos, o pan-africanismo vai sendo reconfigurado e transformado.

Há uma tendência errônea de ver o pan-africanismo como uma palavra de ordem para a volta em massa dos africanos da diáspora à terra natal. Embora algumas das suas primeiras manifestações tenham se articulado dessa forma, o pan-africanismo significa a luta pela libertação dos povos africanos em todos os lugares aonde se encontrem (NASCIMENTO, 2008, p. 161).

Uma das vertentes fundamentais do pan-africanismo foi o movimento intitulado “Négritude”, que reuniu intelectuais negros de diversas partes do mundo inicialmente em Paris, em fins dos anos 50. Esta vertente caracterizou-se como um movimento político-cultural já que sua ênfase na produção cultural dos povos africanos e afrodescendentes era bem forte. A partir da contribuição de Fanon, Diop, Senghor, Damas, Césaire, Abdias do nascimento, entre outros, constituiu-se o que se chama “Afrocentrismo”, ou afrocentrismos, já que como o pan-africanismo, não possui uma linha homogênea mas constitui-se numa arena de debates entre ativistas, intelectuais etc. cujo eixo norteador é a desconstrução do conhecimento histórico e social eurocêntrico, imposto de variadas formas nos sistemas educacionais de vários países do mundo, entre eles, o Brasil. Percebe-se que as discussões existentes entre os movimentos e ativistas negros no Brasil constituem-se de uma leitura permeada de influências clássicas como as citadas acima e outras mais atuais, aonde a construção da identidade afro-brasileira

em sua diversidade histórico-espacial, como pressuposto da atuação político-cultural que busca a superação do racismo é essencial.

Não se pode esquecer que no Brasil, houve a partir dos anos 30 uma outra forma de lidar com a descendência africana: as ideias de “democracia racial” afirmadas por intelectuais como Gilberto Freire, que acabaram corroborando a tentativa de um gradativo branqueamento da sociedade a partir dos “mulatos”, o início de uma “convivência pacífica” entre as diversas origens dos brasileiros – as ideias que estimularam o chamado mito da democracia racial são um dos grandes alvos dos movimentos negros brasileiros nos dias atuais. Por volta dos anos 60 as ideias dos pan-africanistas reverberam mais intensamente no Brasil, incluindo o Rio de Janeiro. São criados então na década seguinte o IPCN – Instituto de Pesquisa das Culturas Negras, o Renascença Clube, o Núcleo Negro Socialista, Centro de Estudos Brasil-África (CEBA) e o Centro de Estudos Afro-asiáticos da Universidade Cândido Mendes. Em fins dos anos 70 foi criado o Movimento Negro Unificado (MNU) em São Paulo, que se espalhou pelo país e marcou uma ruptura nas estratégias de militância anti-racista, e no contexto do combate a ditadura militar defendia a articulação entre classe e raça e a superação do sistema capitalista como pressuposto da superação do racismo; seus fundadores tinham orientação trotskista, porém o movimento foi apoiado por várias entidades já existentes, como as acima citadas, e militantes importantes, como Abdias Nascimento e Lélia Gonzalez. Ao longo dos anos 80 o MNU protagonizou várias lutas importantes, como por exemplo a criação da Fundação Palmares, a titulação de terras quilombolas, a denúncia da violência policial contra negros e negras no meio urbano, políticas de saúde negra, pela criminalização do racismo, pela introdução do ensino de história da África no currículo básico, entre outras causas correlatas. A partir dos anos 2000 o movimento se fragmentou, já que boa parte aderiu à militância estritamente institucional e partidária, fazendo concessões políticas questionadas, e outra seguiu tentando manter o direcionamento anterior do movimento, alguns saíram para fundar ou integrar outros grupos menores existentes. A recusa e desconstrução do mito da igualdade racial, é uma característica própria dos movimentos negros contemporâneos brasileiros, podendo ser visto no discurso do Movimento Negro Unificado, do grupo “Reaja ou será morto, reaja ou será morta” criado nos anos 2000 e de vários outros grupos, na produção intelectual a respeito das relações étnico raciais, como aponta Anani Dzidzienyo (2008, p. 219), “tomando como medida os relatos da mídia, as publicações acadêmicas e o reconhecimento oficial do problema, não há dúvida de que, ao longo das duas últimas décadas, houve um aumento dramático na discussão pública

da existência do racismo contra os negros no Brasil”. Porém, pode-se perceber um desgaste que permeia os movimentos negros recentemente; para citar os que nos implicam diretamente nessa pesquisa, o IPCN esteve até pouco tempo com atuação muito reduzida em comparação as décadas anteriores; o MNU sofreu uma perda de legitimidade assim como no IPCN motivada pelas disputas político-partidárias, que ainda não foi superada.

Todo esse histórico foi dado para termos uma ideia da seriedade das questões sócio-políticas envolvidas na questão das identidades afro-brasileiras, que incluem o caso da Pedra do Sal, e da zona portuária em geral, no que diz respeito as reivindicações por uma maior visibilidade da herança africana na região. Inclusive os membros da Comunidade de Remanescentes de Quilombo da Pedra do Sal são ligados ao MNU, ou seja, existe um envolvimento significativo dos movimentos negros nessas reivindicações. Várias entidades que existem na área central, como o IPCN –, citado anteriormente, estão passando por uma reformulação e uma tentativa de rearticulação frente a novas demandas e a disputas políticas que foram travadas, que muitas vezes engessaram a ação articulada dos movimentos negros. Os membros do IPCN, do Afoxé Filhos de Gandhi, do Quilombo Pedra do Sal, do IPN e de outras entidades se conhecem e estão inevitavelmente em contato frente as questões vividas na cidade e na zona portuária que dizem respeito mais diretamente a sua atuação. É preciso levarmos em conta a (re?) significação política, simbólica e religiosa desse território para os cidadãos cariocas, principalmente para aqueles que vêm na afirmação dessa identidade cultural afro-brasileira ou afrocarioca uma estratégia de resistência dentro da histórica negação de direitos vivenciada pela população negra no país:

Evidentemente, representações de origem negra já haviam sido aceitas por diversos segmentos artísticos e culturais e, mais do que isso, festejadas como autênticos signos de nossa mais profunda personalidade como nação; mas cabia a elas, tão-somente, servirem de tema ou inspiração. Como produções em si mesmas, permaneciam fora do ciclo da história, cabendo-lhes a atemporalidade mítica do folclore. Portanto, ao incluir em sua lista de bens a serem protegidos um “monumento negro”, a instituição reavaliava o papel dos negros como produtores de bens culturais e, simultaneamente, procedia à crítica de seus pressupostos teóricos (FERRAZ, 1997, p. 333)

Ou seja, ainda que a consciência dessa significação não esteja presente em parte da população, até mesmo na população residente da zona portuária, esse fato se dá também como efeito de uma educação eurocêntrica, que tenta ser transformada pela lei 10.639/2003, porém não foi alcançada a conquista de sua implementação prática, por várias dificuldades existentes. Todo esse processo vivido na zona portuária pode ser

pensado também como um processo pedagógico, do qual alguns participam mais ativamente e outros de forma mais distante, pela via da oralidade, pela curiosidade das repercussões visuais dessas discussões. Quase 10 anos após o tombamento da Pedra do Sal, em 1996 são achadas as ossadas e utensílios que se descobrem serem dos chamados pretos novos, os jovens africanos e africanas jogados no cemitério de forma precária, em cima do qual mais de um século depois várias famílias residiam. Sua redescoberta reavivaria as discussões em torno da história do Rio e da zona portuária, especialmente no que diz respeito a memória e história da escravidão, mas também, sobre a contribuição sócio-cultural dos negros e negras que ali viveram pós-abolição, descendentes diretos daqueles africanos que foram compulsoriamente trazidos; reacenderam-se novas perguntas em torno destas pessoas, como viviam, daonde vinham, que dinâmicas criaram na então capital brasileira, etc.

Assim, poderemos afirmar que a descoberta que deu origem ao IPN tenha sido um dos marcos essenciais para a ressignificação da Pequena África que hoje se processa, porém o sítio arqueológico e o Instituto testemunham uma das memórias mais traumáticas relacionadas a escravidão que se tem na área, e muitos daqueles que tem procurado operar essa ressignificação citada estejam em busca de trazer também elementos de positividade das vivências africana e afrodescendente, relacionadas a suas formas de resistência e criações artístico-culturais, valorizando a herança africana como fonte de elaborações fortemente associadas a identidade cultural carioca e brasileira, que incluem a música, a culinária, a dança, a religiosidade etc. Por isso, grupos de moradores e frequentadores têm fortalecido as manifestações culturais ligadas à afrodescendência especialmente nos bairros da Saúde e Gamboa, através de iniciativas como: na Pedra do Sal as rodas de samba reinauguradas pelo projeto Sal do Samba, as oficinas de percussão (gratuitas para moradores), o Mercado Gastronômico de Quilombos, a lavagem da Pedra junto a comemoração do Dia Nacional do Samba, a grande programação conjunta do Dia da Consciência Negra, as rodas e oficinas de capoeira, o tambor de cumba e jongo no Cais do Valongo, a lavagem do cais do Valongo (uma vez por ano), as saídas do Afoxé Filhos de Gandhi, suas oficinas de dança afro e percussão além dos ensaios e demais eventos realizados na sede, as oficinas de história, as aulas gratuitas de dança afro, os grupos de estudos, as exposições realizadas no IPN, isso apenas para pontuar algumas atividades permanentes. Além disso tem sido produzidos vídeos e pesquisas sobre diversos aspectos da região, com enfoque na contribuição negra.

Temos que compreender o que está em jogo nessa disputa pela memória social e história da zona portuária: o fim do apagamento, da omissão e do silêncio secular tanto em relação à escravidão quanto à contribuição sócio-cultural negra, inscrito nas ações do poder público em relação a região, que continuariam caso não tivéssemos hoje um processo minimamente avançado nas discussões em torno do racismo e da função das políticas públicas seja na sua manutenção como na sua superação. Nós continuaremos essa discussão trazendo novos elementos que dão mais concretude à percepção desses silêncios continuamente (re) produzidos, a partir de um mergulho maior na trajetória do próprio IPN.

Não podemos esquecer também, de um outro aspecto ligado a essa ressignificação da Pequena África, a que diz respeito a religiosidade dos cultos aos orixás: uma reapropriação simbólica tem sido feita, ligada a ideia de ancestralidade. Um princípio básico dos cultos aos orixás, sejam os candomblés ou umbanda, é o culto aos ancestrais, principalmente a linhagem familiar, para os quais existem rituais específicos.

Por mais distantes no tempo que estejam, os africanos e africanas que para cá vieram, constituíram laços familiares, e tanto eles quanto seus descendentes são considerados parte da ancestralidade dos negros e negras que hoje vivem, pois para os adeptos dessas formas de religiosidade, muitos desses espíritos ajudam a reger a vida dos vivos agindo na dinâmica do transcendente. Por isso, lugares como o cais do Valongo e a Pedra do Sal adquirem uma dimensão não só de lugares de memória, mas de lugares sacralizados, aonde milhares de almas ancestrais passaram e viveram. Isso tem justificado alguns rituais que vem sendo realizados por ayalorisás como Mãe Edeluíta do Oxoguan, como a lavagem do cais do Valongo inspirada na lavagem do Bomfim tradicional em Salvador. Essa dimensão sagrada assume relevância especial ao se tratar do cemitério dos Pretos Novos, já que ali estão de fato os restos mortais de homens e mulheres trazidos da África pelo tráfico atlântico de escravos. Iremos voltar a essa questão no próximo capítulo.



Fig. 4 Lavagem do cais do Valongo, julho de 2015. Na foto aparecem integrantes do Afoxé filhos de Gandhi (vestimenta azul e branca) fazendo o toque do ritual, junto as ayalorisás e mães de santo. Fonte: <https://www.facebook.com/media/set/?set=a.1621704218114065.1073741852.1573304602954027&type=3>

Cap. 3

O Instituto dos Pretos Novos e a incômoda memória da escravidão

Ao navegarmos pelo site do Instituto dos Pretos Novos, somos confrontados na página inicial com a célebre frase de Jacques Le Goff: “a verdade consiste em evitar o esquecimento. Existe um dever de memória, principalmente em relação ao que dói e incomoda” retirado de “história e memória” (1996). Está aí a essência do comprometimento assumido pelo IPN ao longo de sua trajetória, desde 2005, quando foi inaugurado. Vamos mergulhar um pouco mais para compreender como tudo começou e como se deu essa trajetória até o presente momento.

Pois bem, retornemos ao ano de 1996, quando Merced e Petrucio, um casal que há muito já morava na região, resolveram empreender uma reforma em sua casa na rua Pedro Ernesto, Gamboa. À medida que a obra se aprofundou, foram encontrados ossos, que não sabia-se que origem teriam; preocupados e curiosos com a situação, contactaram os órgãos responsáveis da prefeitura para apurarem o caso. Constatou-se serem ossos humanos e após especulações da parte de alguns profissionais da área da arqueologia e até mesmo moradores, possivelmente pertencentes a pessoas enterradas no antigo cemitério de escravos, o Cemitério dos Pretos Novos, que existiu no local até o século XIX. Pouco se sabia no momento mas aos poucos a descoberta atraiu centenas de pessoas, entre curiosos, pesquisadores, professores, jornalistas, principalmente aqueles ligados as culturas afro-brasileiras. Corajosamente, Merced e Petrucio fizeram de sua sala um memorial improvisado, recebendo todas essas pessoas constantemente, com as obras paradas e sem nenhuma posição da prefeitura durante um bom tempo. Os primeiros anos foram os mais difíceis; nas palavras dela:

E aí... eu comecei a tentar que alguém fizesse alguma coisa por isso. Que viesse lá em casa, fizesse pesquisa não sei quê, a coisa foi meio assim: ao contrário, né, a gente acabou sendo quase que um vilão... Nossa família virou a vilã da história, porque toda vez que a gente ia lá na prefeitura reclamar, que a gente teve que parar com a obra... a obra começou em 96, no primeiro dia, dia 08 de janeiro de 96, e só retornou à revelia, não sei em que mês que foi, de 99. À revelia. [...]Tudo parado, eles não pesquisavam, eles não deixavam fazer a obra, eles não sabiam lidar com a gente, ameaçavam a gente o tempo todo de desapropriação...

Segundo Merced, em 2001 pela primeira vez o achado arqueológico dos pretos novos recebeu uma atenção especial de um representante institucional ligado a

prefeitura, o então diretor do Arquivo da cidade, Antônio Carlos Austragésilo de Atayde, que fez uma grande festa na rua, e um trabalho grande de divulgação na mídia do Cemitério dos Pretos Novos; além disso, nesse período foi realizado o I Seminário Cotas da Escravidão, e uma exposição com catálogo de tudo que havia sido encontrado até então. Austragésilo procurou interceder junto ao próprio prefeito César Maia sobre o caso do sítio arqueológico, porém alguns meses depois, foi exonerado de seu cargo. Foi após esse auxílio que cada vez mais pessoas passaram a ir a casa de Merced, inclusive novos pesquisadores, que viriam a dar contribuições sobre a história do cemitério, do mercado de escravos do Valongo, entre outros temas. Nessa época apareceu Antônio Carlos Rodrigues, que era conselheiro do COMDEDINE (Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro) e foi um dos que tomou a iniciativa de propor para Merced que criasse um Instituto, para poder reivindicar as demandas trazidas pelo achado arqueológico, divulga-lo adequadamente e perpetuar sua história. Formou-se um grupo de apoiadores em torno da preservação, valorização e estudo da história do cemitério dos pretos novos, e começou-se a abrir a casa especialmente no dia 20 de novembro (Dia nacional da consciência negra), onde muitas pessoas vinham para conversar, ver com os próprios olhos o local, saber do que se tratava etc.

Anos depois, a partir de 2008, foram realizadas pesquisas por Tânia Andrade Lima (IPHAN) e Reinaldo Tavares (2012) do Museu Nacional, que oferece informações sobre os aspectos históricos e arqueológicos, revelando informações até então desconhecidas, com foco na delimitação da área do antigo cemitério; e também a pesquisa coordenada por Ricardo Ventura Santos, da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (Ensp/Fiocruz), que buscou as origens geográficas dos vestígios. Segundo o trabalho de Tavares (2012, p. 19):

Após o achado fortuito dos restos humanos, a equipe de arqueologia da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, coordenada pela arqueóloga Eliana Teixeira de Carvalho (Departamento Geral de Patrimônio Cultural - DGPC), iniciou a tarefa de resgate dos restos mortais e da cultura material associada, que foram retirados do fundo das cavas de fundação pelos próprios pedreiros. O material humano, depois de recolhido ao Instituto de Arqueologia Brasileira - IAB, foi estudado pela Dra. Lília Cheuiche Machado, que fez a análise biocultural dos ossos e dentes, revelando aspectos extremamente importantes para o pleno entendimento sobre os indivíduos inumados e sobre as práticas funerárias empregadas no cemitério. Com o falecimento da Dra. Lília Cheuiche, as pesquisas no interior do sítio foram interrompidas e só reiniciadas em 2009, já com o suporte do Museu Nacional – UFRJ e com o apoio do então já fundado Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos – IPN.

Merced conta que houve divergência entre pesquisadores e morosidade da prefeitura em resolver o caso, os buracos continuaram abertos por muito tempo com os vestígios arqueológicos sem maiores proteções, até serem fechados; em 2005, devido aos problemas que isso tudo acarretava ao cotidiano da família, Petrucio comprou dois terrenos um ao lado do outro na mesma rua, que inclusive eram do afoxé Filhos de Gandhi, que estavam em dificuldades e estavam saindo do local; fez-se então um espaço para um memorial dos pretos novos. Antônio Carlos Rodrigues conta que por volta de 2001 havia trazido outras pessoas ligadas a cultura afro-brasileira como Marcelo Monteiro do CETRAB (Centro de Tradições Afro-brasileiras), Israel Evangelista e outros para ajudar a montar o Instituto. Com a ajuda de mais dois membros do COMDEDINE, Hélio Santos e Hélio Rosalvo, Antônio levou a proposta de um estatuto a Merced e Petrucio, e esses membros iniciais começaram a se reunir para discuti-lo. Passaram-se anos até a oficialização do Instituto, mas nesse meio tempo, já havia uma exposição na casa, como falamos, que foi montada com os totens da exposição organizada por Austregésilo e o Arquivo da cidade anteriormente; ainda nesse período 2000-2005 foram lançados vários livros “na sala da Merced” como diz Antonio, já fruto de pesquisas relacionadas aos Pretos Novos, e algumas festas para arrecadação de dinheiro para obras.

Em 2006 uma parte dos achados foi recolhida pelo então Departamento Geral de Patrimônio Cultural (hoje Subsecretaria do Patrimônio Cultural, Intervenção Urbana, Arquitetura e Design), que não realizou mais escavações, até que foram abertas novas janelas de prospecção para a realização da pesquisa de Reinaldo Tavares concluída em 2012.

As pesquisas realizadas até o momento apontam que o cemitério dos Pretos Novos pode ser considerado o maior cemitério de escravos da América conhecido, tendo sido enterradas cerca de 30 mil pessoas; foram encontrados além das ossadas artefatos de ferro, argolas, colares, e de barro como cachimbos e cerâmicas. O sítio foi reconhecido pela UNESCO como parte integrante da Rota do Escravo – projeto que iniciou-se em 1994 e integra memória, história e educação para “romper o silêncio sobre o tráfico de escravos e a escravidão, que envolveu todos os continentes e causou transtornos consideráveis, que moldam conseqüentemente nossas sociedades modernas” (tradução própria <http://www.unesco.org/new/es/culture/themes/dialogue/the-slave-route/>).

É um fato significativo pensarmos que no mesmo período em que o cemitério dos pretos novos foi redescoberto, a UNESCO reconhecia oficialmente um “esquecimento” perante a diápora negra e a escravidão, não só no Brasil mas em todos os países envolvidos, logicamente, de formas diversas, lançando um projeto que busca criar ações de visibilidade no campo da memória, da história e do patrimônio cultural, e consequentemente contribuir para alguma transformação social e educacional. Se o projeto tem sido ou não eficaz nesse intuito é algo que vale a pena ser avaliado, já que não tem sido perceptível uma articulação pelo menos no Rio de Janeiro, com as secretarias de cultura, educação, ou com o IRPH que visem atividades mais efetivas e amplamente acessíveis a população. A mobilização empreendida não foi suficiente para que tenha sido realizado um plano de pesquisa do sítio arqueológico dos pretos novos com resultados significativos, ao menos até o momento. Foi principalmente pela contribuição voluntária de pessoas ligadas, política e/ou culturalmente, às questões da afrodescendência no Rio, sendo muitas dessas pessoas negras, que o IPN pôde ser criado e mantido. Desde sua criação, o IPN demonstra estar atento às discussões acerca dos temas que lhe são pertinentes, utilizando em seu discurso, a afirmação da escravidão como crime contra a humanidade, reafirmada na Conferência de Durban (2001, África do Sul), um importante marco na continuidade do combate ao racismo no mundo.

No documento principal desta conferência afirma-se:

“Reconhecemos que a escravidão e o tráfico escravo, incluindo o tráfico de escravos transatlântico, foram tragédias terríveis na história da humanidade, não apenas por sua barbárie abominável, mas também em termos de sua magnitude, natureza de organização e, especialmente, pela negação da essência das vítimas; ainda reconhecemos que a escravidão e o tráfico escravo são crimes contra a humanidade e assim devem sempre ser considerados, especialmente o tráfico de escravos transatlântico, estando entre as maiores manifestações e fontes de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata; e que os Africanos e afrodescendentes, Asiáticos e povos de origem asiática, bem como os povos indígenas foram e continuam a ser vítimas destes atos e de suas consequências” (DURBAN; Declaração e Programa de Ação adotados na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, 2001)

O discurso do IPN e de seus atores está em confluência com essas ideias, procurando sempre denunciar a escravidão africana no Brasil e suas consequências.

Infelizmente, constata-se desde sempre que conferências e tratados em si não têm mudado significativamente a realidade das populações que sofrem com o racismo e a desigualdade social e suas violências. Da “Declaração Universal de Direitos

Humanos” de 1948 até os tratados atuais, todos tem sido sistematicamente burlados pelos governos capitalistas. O próprio trabalho escravo persiste, no Brasil e no mundo; ainda assim conquistas são realizadas com os esforços de milhares de pessoas em diferentes áreas de atuação. A grande maioria dos tratados e conferências sobre direitos humanos, não enfatizam esse ponto essencial: se vivemos em um mundo globalizado, no qual o sistema econômico é globalizado, ainda que os países vivam diferentes realidades políticas, elas terão de se ajustar ao sistema econômico, havendo assim, uma confluência político-econômica adequada ao plano internacional, ainda que existam diferentes contextos sócio-culturais. Ou seja, a estratégia para a erradicação de questões estruturais como o racismo poderia ser confiada a governos historicamente elitistas e excludentes? Todas as medidas de combate citadas no texto da conferência convocam os Estados a fazê-lo; colocando a responsabilidade total sobre os governos, que estão em sua maioria comprometidos com um sistema estruturalmente excludente. Não podemos desconsiderar entretanto o valor desses esforços e a contribuição da Conferência de Durban para o combate ao racismo e a discriminação racial, já que é ponto de referência para muitas ações em diversos países.

Seguindo com a história do IPN, já no novo espaço comprado por Merced e Petrucio e com a criação do Instituto em 13 de maio de 2005, Antonio Carlos relata que começou a realizar um projeto chamado “Turismo étnico-ecológico”, com crianças de escolas públicas, através do Prêmio de Pesquisa Escolar do COMDEDINE. O passeio começava no IPN, onde havia um tour pela Pedra do Sal e outros locais, terminando na reserva de Marapendi, na Barra. Por volta do fim de 2006 Merced conhece Penha Santos - que também nos concedeu entrevista - na Assessoria Afro da Secretaria Estadual de Cultura, aonde a última atuava organizando eventos relacionados a cultura afro, principalmente uma feira étnica de artesanato, e nesse ano, planejava-se várias atividades para o dia 20 de novembro na estátua de Zumbi, próxima a Central do Brasil. Penha acabou contribuindo também para organizar o 20 de novembro do IPN, e depois o aniversário do Instituto, em janeiro de 2007; foi então convidada por Merced para integrar o Instituto, e aceitou sua proposta. Em 2009, com a ajuda de um amigo, conseguem elaborar um projeto para entrar no edital do Ponto de Cultura, do governo federal, e recebem o prêmio em 2010, que foi o primeiro impulso significativo para a formação de uma estrutura material melhor para o instituto; daí pra frente tornam-se então Ponto de Cultura e Ponto de leitura, adquirindo a biblioteca que possuem atualmente, com vários títulos relacionados a cultura, religiosidade, mitologia, educação e relações étnico-raciais. Desde então podemos afirmar que o tripé do Instituto dos

Pretos Novos é formado por Merced, Penha e Antônio Carlos, que são os que organizam efetivamente todas as atividades e trabalham continuamente no cotidiano do espaço. Marco Antonio Teobaldo é responsável estritamente pela curadoria das exposições. Além deles existem os outros membros do Instituto, que estão sempre presentes, e vários colaboradores, os membros do núcleo de pesquisa, os professores que ministram as oficinas, além de outros colaboradores extra-oficiais, eventuais etc.

Sobre o “tripé” Merced, Penha e Antonio, é perceptível que a experiência no movimento negro de Antonio e Penha, são um suporte essencial para a atuação do Instituto. Apresentaremos melhor essas pessoas a seguir, para que se compreenda que os caminhos percorridos pelo IPN estão muito ligados àqueles que se engajaram em sua construção.

Já na fala de Merced, tanto em sua entrevista quanto no dia a dia concluí que todo esse processo vivido foi muito pedagógico para ela (e para toda sua família) já que antes do achado do cemitério, ela não tinha maior contato com as questões afro-brasileiras, com a discussão sobre o racismo, e conhecia muito pouco sobre a história da zona portuária e sobre elementos culturais afrodescendentes. O que faz do seu empenho desde o início um fato mais instigante, porque ela deixa claro que o que a motivou, não foi uma consciência histórica, social ou política específicas mas sim, um sentimento humanista que despertou sua sensibilidade para o que testemunhavam aqueles achados, a violência e o desrespeito por seres humanos, e o que é mais terrível, muitos deles jovens e crianças. Mesmo sem muita informação sobre aqueles vestígios, ela captou que havia uma importância em pesquisar, divulgar a história, fazer um trabalho em torno disso. É surpreendente que ela tenha, depois com a ajuda de tantos outros, levado essa ideia às últimas consequências, já que inúmeras vezes, a família tirou dinheiro do próprio bolso para manter o IPN, prejudicando a si próprios.

O contato com os pesquisadores e o conteúdo de suas pesquisas, ativistas do movimento negro, artistas negros etc. foi contribuindo para a proposta do IPN, consolidando suas formas de atuação, com a contribuição da experiência dessas e outras pessoas que serão citadas, numa dinâmica de troca diária. Assim o IPN se auto-intitula um “museu memorial”, e também, um “Instituto de pesquisa e memória” fundamentado na existência do sítio arqueológico descoberto e seus desdobramentos. A memória é portanto o eixo do Instituto, principalmente a memória da escravidão, mas também, de práticas culturais afro-brasileiras.

A partir da verba conseguida pelo reconhecimento como ponto de cultura em 2010 e em editais estaduais criou-se as oficinas de história, que são oficinas de

divulgação com temas variados, relacionados a história da zona portuária, da escravidão negra, da formação cultural afro-brasileira, das quais falaremos mais detalhadamente quando abordarmos a programação. São realizadas também oficinas a céu aberto e visitas guiadas com escolas, universidades, grupos de diversas origens; aos poucos, o IPN foi se tornando uma importante referência, atraindo cada vez mais pesquisadores, sendo tema de muitas reportagens em canais de tv aberta e fechada, e consolidando uma quantidade grande de atividades anuais e visitantes de várias partes do mundo.

O início do Projeto Porto Maravilha impactou o IPN de diversas formas. Em alguns momentos de forma negativa, em outros positiva, de acordo com a situação. Por exemplo, as obras do VLT que passam pela rua Pedro Ernesto dificultam a chegada até o local, porém, a propaganda gerada em torno do Porto Maravilha também se volta em determinado momento (especialmente após a redescoberta do cais do Valongo) para o IPN, ainda que como coadjuvante, e mais pessoas o descobriram pelas inúmeras reportagens e vídeos que foram gerados. O próprio IPN já havia criado e participado de vários vídeos de divulgação disponíveis no youtube, antes do Porto Maravilha, porém depois do início do Projeto, os olhos da mídia e da opinião pública se voltaram mais intensamente para a região. No que tange ao transporte, houve em 2015 uma reorganização das linhas de ônibus da cidade, em que várias linhas foram extintas e integradas em uma só, dificultando o acesso da zona sul a outras zonas da cidade, ou seja, não houve melhoria no transporte para a região portuária de outras partes da cidade, nem mesmo das regiões próximas, muito menos as mais distantes; embora a proximidade com a Central do Brasil seja uma vantagem para o Instituto, Antonio Carlos pontuou que percebe uma dificuldade dos visitantes para frequentar o local relacionada ao transporte. O Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) que está sendo implantado, vai reconectar a área central, provavelmente facilitando o acesso; porém não podemos afirmar nada até o momento. Em entrevista, Merced esclarece que na sua opinião, a revitalização pode vir a ter aspectos positivos, algumas melhoras na qualidade de vida dos moradores, porém muitos estão sendo ameaçados de desapropriação, os moradores “de risco”, que vivem em cortiços ou ocupações, ou nas casas mais precárias das favelas – ou seja, os moradores de mais baixa renda, justamente aqueles que mais necessitam de políticas públicas.

Não entre aqui que aqui só tem malandro e prostituta viu? E a gente vivia felizes para sempre até que chegou um doido pra fazer a revitalização. Precisava? Claro que sim... mas também a gentrificação não vai ser boa. Eu tenho muito medo da gentrificação. Porque essa

gentrificação ela vai cada vez mais empurrando nosso povo. Chega uma hora que você não consegue ficar na mesma calçada um croco alemão com sandália havaiana...

É interessante nessa fala a noção de “gentrificação”¹ que tem sido amplamente discutida na análise de diferentes processos urbanos atuais, tanto pelos sociólogos quanto nos movimentos sociais populares. Nesse trecho ela reconhece que a região precisava de mudanças, mas a forma como essas mudanças ocorrem pode trazer consequências ruins para a parcela mais pobre da população. O “medo” que ela afirma sentir parece apontar para as mudanças indesejáveis que estão subjacentes a revitalização.

Em 2013 e 2014 o Instituto não consegue financiamento nem é contemplado pelos editais existentes, e pelas dificuldades financeiras constantes, Merced resolveu tomar uma medida drástica e fecha-lo em dezembro de 2014. Em comunicado aos interessados, divulgado em sua página do facebook, em caráter de desabafo:

“Rio, 03 de Dezembro de 2014.

COMUNICADO

Prezados amigos,

É com pesar que comunicamos que o Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos – IPN Museu Memorial fechará suas portas a partir do dia 3 de dezembro as 18h, sem previsão de reabertura, mantendo-se assim suspensas as atividades de visitação ao Museu Memorial, Galeria Pretos Novos, oficinas e outras atividades como reuniões de lideranças culturais da Gamboa, rodas de samba, capoeira e jongo.

[...] Mesmo conquistando inúmeras premiações e moções de todas as partes, temos recebido sistematicamente negativas de nossos projetos, apresentados em editais e autarquias governamentais. Recentemente tivemos a negativa para o edital de recuperação de fachadas, realizado pela Prefeitura do Rio, sendo desclassificados por ter a nossa obra doméstica - fruto da descoberta do sítio arqueológico - não regularizada. No entanto, foram contemplados para o mesmo edital um hostel, uma farmácia, dois bares e o imóvel do Grupo Goma todos com fins lucrativos.

No entanto, os dois imóveis cedidos pela família para serem utilizados pelo Memorial e o Instituto Pretos Novos estão com suas instalações em condições precárias sem manutenção predial e sem verba para obras de adequação para novas salas, manutenção das janelas arqueológicas que estão com problemas ao ponto de serem fechadas por algum órgão de patrimônio e ter também local reservado para guarda dos ossos que foram retirados há dezoito anos atrás da obra da residência e da atual escavação da rua em frente ao IPN. Ossos estes que devem retornar ao seu local de origem, pois não devemos

considerá-los “artefatos arqueológicos” e sim, seres humanos. Desta forma, conseguimos atender gratuitamente nos últimos 12 meses, pouco mais de 12 mil visitantes.

Desde a fundação do IPN, há dezoito anos, as atividades são basicamente mantidas por esforços da família e de alguns amigos e parceiros, que como nós, ficamos sensibilizados e profundamente tocados com a importância do sítio arqueológico Cemitério dos Pretos Novos, e assim trabalhamos de forma voluntária chegando muitas vezes nos aborrecer por não conseguirmos fazer o que queremos ao ponto de acúmulos de funções, sabemos que há condições, mas sem o devido recurso humano e financeiro é impossível. Vale ressaltar que se não fosse à descoberta da existência do Cemitério dos Pretos Novos, hoje não existiria o “Complexo do Valongo” - Circuito Histórico e Arqueológico de Herança Africana, parte de grande importância da história da Zona Portuária.

Atenciosamente,
Merced Guimarães”

Tentei obter o resultado do edital mencionado, mas ele não estava disponível no site da prefeitura. De qualquer forma, centenas de pessoas procuraram o instituto e começaram a divulgar nas redes sociais o comunicado colocado no facebook.

A comoção foi tanta em torno do fechamento do IPN que reverberou, e foi marcada uma reunião com Washington Fajardo, presidente do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade – IRPH, principal órgão que atua nas questões patrimoniais na cidade - e com outro representante da CDURP. Segundo Merced, que não deu maiores detalhes sobre a conversa, ambos se comprometeram a resolver a questão da reforma da sede e de mediar uma solução de custeio para as despesas básicas do espaço museal. De fato em 2015, foi firmado contrato com a Concessionária Porto Novo para o custeio das oficinas, dos folders de divulgação, entre outras despesas essenciais a elas relacionadas; e Fajardo anunciou a finalização de uma planta de reforma e expansão do atual espaço do Instituto. Segundo a fala de Merced em sua entrevista, existem pessoas da CDURP interessadas em ajudar, porém, a instituição ultrapassa essas intenções individuais. Fica claro que apesar da importância histórica e até do potencial turístico do IPN, a rentabilidade do ponto de vista do marketing cultural é pequena, se comparado aos outros equipamentos culturais que tem recebido vultosos investimentos.

1.O termo “gentrificação” foi cunhado pela socióloga Ruth Glass em sua análise sobre Londres nos anos 90, e posteriormente foi ampliado como categoria de análise de outros processos urbanos, nos quais determinadas intervenções urbanísticas, econômicas etc. provocam a mudança de perfil socioeconômico da região afetada, junto a outras consequências múltiplas; a população de baixa renda aos poucos dá lugar a moradores de maior poder aquisitivo. No Brasil a gentrificação também é chamada de “remoção branca”, numa clara alusão a associação das condições de “raça” (em seu conceito ampliado) e classe social no país.

Tudo isso aliado as questões políticas que pontuamos, ao racismo institucional existente, que não coloca as políticas de igualdade racial como prioridade etc. constroem os obstáculos que aos poucos o IPN tem conseguido superar.

No comunicado reproduzido acima, dois trechos chamam a atenção, um é a visão de Merced que contraria o senso acadêmico, sugerindo que os ossos lá encontrados não devam ser considerados meros “artefatos arqueológicos”, mas seres humanos, como se houvesse uma obrigação de devolver o respeito devido àquelas pessoas que antes foram violentadas em seus direitos humanos. Essa ideia aparece na camiseta do IPN e em algumas divulgações: “faltou respeito na vida, faltou respeito na morte, faltou respeito na história” que indica duas questões: uma é o fato dos pretos novos terem sido trazidos violentamente para o Brasil, sendo depois jogados em cova rasa, ou muitas vezes cremados devido ao número elevado de corpos como mostraram as pesquisas, algo que é aviltante para todas as culturas envolvidas, inclusive a ocidental; outra é o silêncio historiográfico sobre esse tema.

Como colocamos acima, o início das obras do Porto Maravilha impactaram o IPN, também porque a partir das obras novas escavações foram provocadas, já que por lei, um arqueólogo tem que acompanhar as obras em locais de potencial arqueológico; o que significa que foram feitos novos achados, que estavam sendo colocados nos armazéns da Avenida Rodrigues Alves. Nesse ínterim, em 2011 foram novamente reveladas as ruínas – muito bem conservadas – do cais do Valongo e do cais da Imperatriz, fato que gerou grandes desdobramentos. O segundo trecho que chama atenção no comunicado veiculado por Merced na ocasião do fechamento em 2014 diz respeito à vinculação causal que ela faz entre o cemitério dos Pretos Novos, o território que foi denominado de complexo do Valongo e a criação do Circuito Histórico Arqueológico de Celebração de Herança Africana, criado por um decreto em 2011.

Vejamos por que ela faz essa afirmação. Em primeiro lugar, o cemitério dos pretos novos reacendeu a discussão em torno do passado escravista da região e do complexo do Valongo, oferecendo elementos para novas pesquisas, algumas delas utilizadas no capítulo anterior, que ressignificam a história da cidade e da zona portuária. Essas pesquisas instrumentalizam os movimentos sociais negros, que estão hoje em um momento peculiar de construção e reafirmação de uma identidade étnico-racial, propiciada por algumas conquistas no campo das políticas públicas. Muito do passado veio a tona a partir dos pretos novos, e conseqüentemente também, muito do presente. A trajetória do IPN sem dúvida impulsionou e permitiu que hoje esteja-se

configurando com força crescente uma rede de resistência da memória e cultura afro-brasileira e afrocarioca na zona portuária. Em todos os achados arqueológicos e quaisquer outras questões relacionadas a cultura afrocarioca na região, o IPN esteve presente, desde 2005. Por isso o desabafo de Merced busca lembrar que a partir da atuação gerada pelo cemitério dos Pretos Novos, começou-se a olhar de outra forma para o patrimônio existente na região, provocando o atual contexto. Por que o Instituto dos Pretos Novos ainda luta para sobreviver? Talvez uma das respostas mais próximas possíveis seja: a memória da escravidão continua sendo incômoda e inconveniente a amplos setores do poder público municipal – e da própria sociedade civil - carioca, como o é a discussão sobre o racismo. As dinâmicas ocorridas na zona portuária no passado e no presente nos apontam para essa constatação. Jordão (2015) faz uma interseção entre passado e presente no que diz respeito a alguns lugares de memória, especialmente o Cais do Valongo, para demonstrar, quão emblemáticas foram as atuações do poder público desde o início do século XX ao início do século XXI, que apesar de terem sido marcadas por inúmeras diferenças, possuem surpreendentes convergências, quando se trata de patrimônio e cultura afro-brasileira.

Em 2010 Libâneo intercede junto a Tânia Andrade Lima, arqueóloga responsável pelo acompanhamento das obras do Porto Maravilha, que solicita a escavação do já conhecido Cais do Valongo, aterrado primeiramente em 1843 para a construção de outro cais, o cais da Imperatriz, para receber a princesa Tereza Cristina, recém-casada com Dom Pedro II. Desde os anos 2000 Libâneo tentava concretizar seu intuito sem sucesso; as escavações revelam então em 2011 a “descoberta anunciada” de ambos os cais, em bom estado de conservação; o cais da imperatriz já estava mencionado em uma placa escondida no local antes da nova escavação, porém o cais do Valongo não havia sido sequer mencionado até então. Como vimos no capítulo 2, o cais do Valongo tornou-se o principal local de desembarque de africanos escravizados da América do Sul desde a sua construção no início do século XIX, no contexto da transferência das atividades relacionadas ao tráfico da área central para a região mais distante. Por ele passaram centenas de milhares de pessoas trazidas de várias partes da África, concretizando no Brasil a chamada “diáspora africana”, importante conceito para os movimentos negros e estudiosos em todo o mundo. Não poderemos nos ater a discussão dos seus múltiplos significados, porém, é importante lembrar que a noção esta diretamente articulada com as questões vividas na zona portuária:

Entre outros usos, a ideia tem sido aplicada amplamente para descrever o processo de remoção forçada de cativos africanos durante o tráfico negreiro e a recomposição, híbrida e heterogênea, dos seus laços políticos e sociais em outros contextos geográficos.

A ênfase na dimensão ao mesmo tempo localizada e política do conceito de diáspora nos ajuda a iluminar as múltiplas dinâmicas de negociação e conflito, que envolvem representantes do Estado, ativistas negros e pesquisadores, através das quais ocorre a institucionalização da memória do tráfico negreiro transatlântico na região portuária, tendo o Cais do Valongo como sua principal referência. (VASSALO; CICALO, 2015, p. 242-243)

Vassalo e Cicalo apontam que a partir da influência de conhecimentos sobre situações semelhantes em outras partes do mundo, Tânia procura articular a revelação do cais do Valongo com aqueles que considerou diretamente interessados e implicados na questão, pessoas ligadas ao movimento negro institucional e a cultura afro-brasileira – chamando ayalorisás para reconhecer o local e os artefatos que foram descobertos. Mas será que essa tentativa de legitimação confere de fato algum protagonismo aos negros e negras, quando não foi integrado à equipe de pesquisas ou convidado nenhum negro, negra especialista em culturas africanas e afro-brasileiras? Sem a contribuição sistemática de pesquisadores especialistas na área de arqueologia histórica e culturas africanas, será possível desenvolver um trabalho consistente sobre o cais do Valongo ou outros sítios históricos/arqueológicos relacionados da região? As ayalorisás convocadas não eram pessoas desconhecidas, mas sim, famosas e emblemáticas; além dos representantes de órgãos/entidades que se envolveram na questão, como o COMDEDINE, a Superintendência de Promoção da Igualdade Racial (SUPIR), a Coordenadoria Especial de Políticas Pró-Igualdade Racial (CEPPIR), a Fundação Palmares e o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos do Negro (CEDINE).

A partir da revelação do cais do Valongo, Washington Fajardo (Subsecretário do Patrimônio Cultural, Intervenção Urbana, Arquitetura e Design) recebeu conselheiros do COMDEDINE em julho de 2011; foi realizada logo após uma reunião com membros dos órgãos acima citados. A partir do Decreto Municipal 34.803, de 29 de novembro de 2011 é criado o “Grupo de Trabalho Curatorial do Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana na Região Portuária do Rio de Janeiro” constituído por: Washington Fajardo, Alberto Silva, Amaury Silva, Dulce Vasconcellos, Amaury Mendes Pereira, Tania de Andrade Lima, Giovanni Harvey, Joselina Silva, Vailson Silva, Rubem Confete, Alberto da Costa e Silva, Mãe Beata de Iemanjá e Daniel Pereira. A partir daí foram realizadas reuniões deste grupo por sete meses, “câmaras de consulta” na câmara municipal do Rio, e na última reunião já em 2012, foi concluída

uma carta chamada de “Recomendações do Valongo” que foi apresentada em junho de 2012 em uma audiência pública realizada no espaço Docas Pedro II, na Gamboa.

Uma cerimônia emblemática se deu na ocasião da fixação da placa da UNESCO junto as ruínas, que foi controlada pelos representantes governamentais, tendo se sentido invisibilizados os integrantes do movimento negro institucional presentes, que não conseguiram entregar a “Carta de recomendações do Valongo”, que redigiram (VASSALO, 2015, p. 27).

É fundamental pensarmos nas possíveis estratégias de controle que podem tentar neutralizar o significado de patrimônios e memórias em disputa, para concretizar propostas que através da aparente produção de consensos, encobrem negociações decisivas para os agentes envolvidos e toda a população. No canal Rio Cidade Olímpica no Youtube foi lançado o vídeo “Cais do Valongo: Porto Maravilha traz a história do Rio de volta à superfície” (https://www.youtube.com/watch?v=czguVPF_FAA) no qual falam Washington Fajardo, Tânia Andrade Lima e Cláudio Honorato. O vídeo parece já estar alinhado com as discussões realizadas até então, porém o título, conduz o espectador imediatamente a atribuir ao Porto Maravilha o mérito pela revelação do cais, quando na verdade, não havia qualquer intenção inicial de fazê-lo nem pelos órgãos da prefeitura responsáveis, nem pelo Consórcio Porto Novo. Recentemente, Tânia Andrade Lima foi afastada das pesquisas da zona portuária e uma empresa de arqueologia chamada “Documento”, de São Paulo, foi contratada para dar prosseguimento. A mesma empresa prestou serviço à Odebrecht no Programa de Gestão do Patrimônio Cultural Arqueológico Arena do Sport Club Corinthians em 2012-2013. Ou seja, uma empresa de arqueologia de São Paulo substituiu o IPHAN e o Museu Nacional na responsabilidade das pesquisas do patrimônio cultural histórico e arqueológico da AEIU (Área de Especial Interesse Urbanístico) que inclui a zona portuária; no working paper da empresa referente a esse trabalho não há sequer uma menção às questões históricas relacionadas a escravidão na área, ao patrimônio afro-brasileiro ou afrocarioca, ou mesmo referente a quaisquer achados arqueológicos relacionados aos africanos e africanas que por ali passaram, viveram ou seus descendentes geracionais próximos². Cruzando esse fato com: o baixo investimento que foi feito na pesquisa do sítio arqueológico dos Pretos Novos, cujas pesquisas apresentadas até hoje foram iniciativas individuais de pesquisadores, e como relata Merced, grande parte desses vestígios teve que ser novamente ocultado quando ela cobriu os buracos da obra de sua casa, ou seja, uma boa parte continua sob o chão da casa; várias ossadas e outros artefatos continuaram a ser descobertos ao longo das obras

que foram feitas na rua e em outras adjacentes, porém não há maiores informações publicamente divulgadas sobre o que está sendo feito com as mesmas; podemos no mínimo indagar: tem havido o cuidado adequado com o patrimônio histórico e arqueológico da região, seja ele qual for?

Voltando ao cais do Valongo, o reconhecimento a nível nacional e internacional, (inclusive pela UNESCO como vimos), criando um potencial como atração turística, certamente foram fatores decisivos para a mudança de atuação do poder público em relação ao sítio histórico. Jordão (2015) nos confronta com fatos emblemáticos ocorridos desde a construção do cais da Imperatriz em 1843: a sobreposição de um cais sobre o outro, como um primeiro apagamento da história ali vivenciada, com a colocação de grandes estátuas de deusas gregas em mármore como símbolos da civilização que aguardavam a chegada da princesa européia Tereza Cristina; a construção do Jardim Suspenso do Valongo em 1906, no local onde existiram os armazéns de escravos, aonde as mesmas estátuas mereceram destaque, em um novo apagamento do passado escravocrata – estátuas estas que após terem sido guardadas no palácio municipal por um bom tempo, retornaram ao Jardim em 2012 no contexto da revitalização.

Em 2013, depois de séculos de silêncios sobre o cais do Valongo, a nova placa expõe que “[...] o mercado de escravos se intensificou a partir da construção do Cais, porta de entrada de mais de 500 mil africanos, em sua maioria, vindos do Congo e de Angola, Centro-Oeste africano” – quando antes mencionava apenas que “neste local existiu o cais da imperatriz; em 1843 o antigo cais do Valongo foi alargado e embelezado, para receber a futura imperatriz Teresa Cristina, que chegava para casar com Dom Pedro II” (placa colocada nos anos 90). Ou seja, algo mudou no discurso oficial, ainda que os passos sejam dados em doses homeopáticas.

A partir de todo esse processo, novos usos e significados são atribuídos a esse sítio histórico, agora elevado a lugar de memória da maior importância, mas será que seu potencial discursivo sócio-político poderá ecoar para além de grupos seletos de interessados?

2. Working Paper da empresa Documento:

[http://arqueoparque.com/@api/deki/files/32392/=WORKING_PAPER -
_PORTO_DO_RIO_DE_JANEIRO%252C_VERS%25C3%2583O_1%252C_JULHO_2012.pdf](http://arqueoparque.com/@api/deki/files/32392/=WORKING_PAPER_-_PORTO_DO_RIO_DE_JANEIRO%252C_VERS%25C3%2583O_1%252C_JULHO_2012.pdf) ; site:
<http://www.arqueologiapublica.com.br/> . Sobre o caso Arena Corinthians: [http://blog.photographies-
naturelles.fr/wiki_pt-Arena_Corinthians.html](http://blog.photographies-naturelles.fr/wiki_pt-Arena_Corinthians.html) .

É uma pergunta que está lançada. Tudo isso desencadeou, pela pressão de membros dos órgãos de políticas públicas de promoção a igualdade racial citados, a criação do Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana, que abrange o Cemitério dos Pretos Novos, a Pedra do sal, o Jardim Suspenso do Valongo, o Cais do Valongo, o Centro Cultural José Bonifácio e o Largo do Depósito.

Os integrantes do IPN estiveram presentes desde o início da revelação do cais do Valongo até a criação do Circuito, porém nenhum membro integrou o grupo de trabalho que o instituiu. No início da implantação do projeto Porto Maravilha em 2009-2010 (já 14 anos após a descoberta do sítio arqueológico dos Pretos Novos) não havia qualquer sinalização do poder público para a valorização, divulgação ou maiores incentivos a estas histórias e memórias, já que como vimos, o Porto Maravilha Cultural tinha outras diretrizes principais – o Museu do Amanhã e o Museu de Arte do Rio. Ainda assim, impôs-se uma mudança, talvez mais discursiva do que prática até o momento – porém significativa – de diferentes agentes da sociedade civil, fossem eles instrumentalizados por entidades ou não.

A trajetória que perpassa o achado do cemitério dos Pretos Novos e a criação do Instituto até hoje, assim como a trajetória do cais do Valongo, ambos como lugares de memória, nos evidencia como o passado nos revela o presente, ou seja, como as tentativas de apagamento se transformam mas não cessam. Tanto o cais como o cemitério revelam memórias traumáticas, cujo poder comunicativo é potencialmente devastador.

Recorrendo a Ricoeur, Jordão (2015, p. 10-11) conclui que

A trajetória do Valongo na cidade é sintoma tanto de uma memória impedida, como manipulada. Ambas levam à reflexão sobre os diferentes sentidos e usos do apagamento.

Valongo redescoberto, de diferentes maneiras, interpela a narrativa de uma história nacional, os seus modos de contar e representar. Traz do silêncio dos bastidores signos, palavras, conhecimentos e saberes. Ao mesmo tempo em que revela a dimensão da ignorância instituída no Brasil sobre as Áfricas e as heranças negras e populares. Esta ignorância – da qual o desaparecimento do Valongo fez parte -- não é casual, mas historicamente construída e reiterada, na contemporaneidade, via a resiliência de ideologias raciais que guardam como ideal a ser alcançado em sociedade o branco.

A “narrativa nacional”, embora não tenha sido única, nunca integrou os negros e negras, e nunca foi direcionada para o debate franco acerca dos traumas socialmente construídos e suas possíveis consequências, especialmente quando se tratou da escravidão. Relacionando essas continuidades entre os séculos XIX e XX, Pereira (2013, p.188) coloca que

As repercussões dessas divergências e debates, que incluíam concepções de cultura e raça, além de projetos para a construção da nacionalidade brasileira, não são rastreadas quando eclodem novos ciclos de conflitos e discussões quanto à questão racial – ou sobre a persistência das desigualdade sociais no Brasil e os contrastes entre as condições de vida e a cultura das classes privilegiadas que ocupam o “asfalto” urbano e dos pobres das favelas e guetos periféricos do país. Rastrear esses conflitos, reinterpreta-los, implica uma luta contra a preservação de uma tradição que garante a manutenção da hegemonia de uma mesma linha de tratamento da questão racial que se vem perpetuando desde a abolição da escravatura.

Ou seja, o que o autor nos apresenta é que existe um dever de memória atrelado às questões raciais no Brasil. Ao investigar como as memórias e histórias da cidade impressas na região portuária foram tratadas ao longo do tempo, Jordão também reconhece um “continuum”, uma coerência entre os silêncios e discursos produzidos pelo “poder administrativo”, quando percebe que os mesmos espaços e monumentos foram preservados/valorizados ou apagados/esquecidos.

Esse “continuum” parece ter sido quebrado com o reconhecimento do cais do Valongo e a criação do Circuito Histórico Arqueológico de Celebração da Herança Africana, porém, para que o processo se converta em verdadeira mudança de paradigma, será necessário um trabalho sócio-educativo mais amplo e cuidadoso, principalmente no que diz respeito ao uso de seu potencial turístico. Ainda seguindo a investigação do autor, torna-se emblemático a afirmação do prefeito Eduardo Paes de que o cais do Valongo são as nossas “ruínas romanas” - percebe-se a onipresença do imaginário civilizatório europeu como referência cultural para os gestores de meados do século XIX ao início do século XXI. Este imaginário faz parte do “edifício ideológico da escravidão” que inclusive ainda constrói a educação brasileira, pública ou privada. A historiografia também contribuiu muito tempo para o esquecimento e a invisibilização das culturas africanas no Brasil, como aponta o próprio Jordão (p.34-35) entre outros autores.

Se toda lembrança implica em seletividade, e se existem diferentes abordagens na afirmação das memórias sociais, escolhas foram feitas ao longo de muito tempo e contribuíram para o atual cenário de preconceito e discriminação racial direta ou

indiretamente. A resignificação da “Pequena África” não diz respeito a uma volta ao passado, mas um confronto entre passado-presente como categorias imbricadas no tecido social – é como se fosse dito, justamente, que dessa vez será diferente, ou seja, na atualidade são outras as correlações de força e o contexto em que os negros podem buscar sua participação na sociedade. A cultura e a memória estão sendo utilizados como “recursos” discursivos sócio-políticos, como sugeriu o autor George Yúdice (2004), citado no primeiro capítulo. Ainda que fosse designada de anacrônica qualquer comparação entre Pereira Passos e Eduardo Paes, ela existe ao menos no imaginário de muitos, inclusive primeiramente ao que parece, no do próprio prefeito, como explicitou a matéria que foi lançada pelo Globo em 2012 “Em campanha, Paes tenta vincular sua imagem às transformações feitas por Pereira Passos”³, que conta o episódio da inauguração da primeira fase das obras do Porto Maravilha, em que um ator representou Passos, apesar da intenção inicial de Paes que era fantasiar-se ele mesmo do antigo prefeito. A cerimônia foi realizada inclusive no Jardim Suspenso do Valongo, que integrou o Circuito de Celebração da Herança africana de forma polêmica.

Apesar da aparência de uma construção de consensos iniciada em 2011, quando é instituído por decreto o circuito, ele não está livre de agudas indagações. Em primeiro lugar, o decreto já instituía os lugares que seriam patrimonializados - ainda que tenha sido aberta uma discussão interna através do grupo de trabalho, e externa através de uma audiência pública - seguindo a ideia de visibilizar lugares de memória ligados à presença africana na região, o Jardim Suspenso do Valongo, de forma alguma poderia pertencer ao circuito, já que é justamente a expressão do apagamento do passado escravocrata, planejado em moldes europeus e construído por Pereira Passos como símbolo de sua reestruturação da zona portuária. Nenhum local da Providência, considerada a primeira favela do Rio de Janeiro, ou do Morro do Pinto foi integrado ao circuito – e ainda há pouca informação por parte dos moradores sobre o mesmo, pois até o momento não há nenhum plano de gestão nem qualquer tipo de atividade educativa sistemática com escolas do entorno, a não ser as iniciativas do IPN, de grupos interessados ou individuais. O que temos então? Monumentos que foram instituídos, mas dialogam de que forma com a população ?

Podemos pensar que, novamente, alguns são sujeitos das memórias de muitos? Parafraseando Gayatri Spivak (2010): pode o subalternizado falar de suas memórias e ser sujeito das representações sobre as mesmas?

As mãos e vozes do Instituto dos Pretos Novos

A estrutura do IPN é formada por cerca de 15 pessoas, além de oficinairos, colaboradores eventuais e outros profissionais que são solicitados de acordo com a necessidade. Merced e Petrucio, o casal em cuja casa foi redescoberto o cemitério dos pretos novos, são presidente e vice presidente; como secretário geral está Marcelo Monteiro, também diretor do CETRAB (Centro de Tradições Afro-brasileiras), instituição de importante no Rio de Janeiro para a difusão da cultura afro-brasileira; a direção de pesquisas ficou a cargo de Júlio Cesar Pereira, que escreveu o livro “Á flor da Terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro” (2007), instigante pesquisa que contribuiu para uma melhor compreensão da história do cemitério, do contexto que o englobava e das práticas sociais que relacionavam morte e escravidão; a coordenação de cultura fica a cargo de Penha Santos, artesã, militante e produtora cultural há mais de 25 anos. O núcleo de pesquisa é composto por Cláudio Honoratto, historiador; Carla Marques, socióloga; Reinaldo Tavares, arqueólogo; Júlio César Pereira, historiador; e Suzi Aguiar, historiadora. Todos produzem pesquisas sobre o cemitério dos pretos novos ou temas relacionados.

A curadoria das exposições é atribuição de Marco Antonio Teobaldo. Durante a pesquisa, tive contato com quase toda a equipe, mas de forma mais próxima com Merced, Antonio Carlos, Penha Santos e Claudio Honorato. As mãos e vozes negras mais presentes no cotidiano do instituto, pelo menos durante o período em que pesquisei, são Antonio Carlos, Penha Santos, Claudio Honoratto e Marcelo Monteiro. Eles demonstram sólida experiência na área da cultura afro-brasileira e sem dúvida contribuem de forma significativa para o Instituto nesse sentido. Tive a oportunidade de entrevistar Claudio Honoratto após uma de suas oficinas no IPN, sobre racismo, mídia e educação. Ele me contou que já tinha feito faculdade de contabilidade e trabalhava nessa área, mas em um curso de fotografia no Senac, com a influência de um professor, foi fazer estágio no arquivo da cidade e interessou-se por fazer uma graduação em história.

Por volta de 2001-2002, já na faculdade, conheceu a zona portuária através de uma pesquisa realizada para uma disciplina, e foi aí que descobriu o cemitério dos pretos novos e um pouco da história local – porém não entrou em contato com nenhum integrante do instituto, o que somente ocorreu anos depois, quando já estava no mestrado na Universidade Federal Fluminense, e foi chamado para falar sobre a chegada da família real no Brasil para o jornal RJ TV em 2007. O jornalista marcou a gravação no IPN, e nesse dia, Cláudio conheceu Merced, Petrucio, Penha, Antonio, e logo foi convidado para integrar o instituto. Algum tempo depois fizeram a primeira oficina a céu aberto montada por Cláudio, que foi chamada de “caminhos da escravidão”, e passa por lugares de memória que ajudam a contar a dinâmica do mercado de escravos na região central do Rio, passando por aspectos da sociabilidade da época etc. Desde então Claudio organizou várias outras atividades como palestras, seminários, debates e oficinas. Em suas palavras,

[...] O IPN de lá pra cá ele vem se transformando né, conquistando um espaço... de guardião dessa memória da escravidão, junto com o José Bonifácio que é um centro cultural dessa memória já da diápora né, dos afro-brasileiros embora o IPN também tenha essa coisa da memória da diápora junto com a memória... são memórias entrelaçadas digamos assim, dessa África que se constituiu aqui.

[...] Ele é importante do ponto de vista, é...político por causa dessa posição que ele tem aqui, deste espaço aqui, e do ponto de vista religioso também né, ele é um espaço sagrado né, um espaço onde estão aqueles que não sobreviveram e que são considerados os nossos ancestrais [...]

Ele reconhece que houve um amadurecimento do IPN enquanto instituição ao longo desses anos e que ele possui uma importância tanto política quanto religiosa, ou seja, como dissemos anteriormente, para os adeptos dos cultos aos orixás um cemitério como esse é um espaço sagrado que requer cuidados ritualísticos específicos, mas também, para essas mesmas pessoas, e outras não religiosas, o espaço representa a persistência de uma memória que incomoda mas precisa vir a tona, pois revela um passado cujas consequências ainda são sentidas por grande parte da população – por isso é política.

Antônio Carlos Rodrigues, um dos integrantes do IPN que concedeu entrevista a essa pesquisa, conta que conheceu o COMDEDINE (Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro) desde 1987, quando foi criado, por ser membro na época de um grupo chamado RACIZO – Comitê de Vigilância Contra a Discriminação Racial e

Social do Rio de Janeiro, que trabalhava principalmente com a promoção da cultura afro, inicialmente em uma escola no Vidigal. Depois trabalharam com jovens do Santa Marta e do São José; na região do catumbi em um CIEP, entre outras localidades. Segundo ele, trabalhou no conselho durante 20 anos sem receber nada, pois nunca houve verba. Ainda assim, afirma ter sido um trabalho gratificante, pois muitas coisas foram feitas, embora outras não foram alcançadas, devido as limitações. Ele lembra que o orçamento que existe para o Conselho é mínimo, para material de escritório, telefone, etc. e qualquer verba adicional depende da articulação com os parlamentares. Assim, ele esclarece que o Conselho não é deliberativo, apenas “orienta” as políticas públicas de promoção da igualdade racial, e se articula com outras secretarias para esse fim, porém tudo é conseguido com grandes dificuldades. Por exemplo: como é formado por voluntários, não existem funcionários capacitados para lidar com determinadas exigências burocráticas da estrutura municipal. Nos últimos anos, Antonio pontua que existe uma participação pouco expressiva de entidades no Conselho, por não ser mais tão forte a sua atuação. Por volta de 2009 Antonio saiu do COMDEDINE; no mesmo período se afastou do IPN por questões pessoais, voltando em 2014 a ambos, no COMDEDINE agora apenas como representante do IPN. Sua fala nos leva a refletir sobre o lugar que é dado para a promoção da igualdade racial nas políticas públicas no Rio: falta de verba, há pouca autonomia, exaustivas negociações políticas para conseguir demandas básicas. Na fala do entrevistado:

A função do Conselho na verdade é orientar a prefeitura do Rio de Janeiro, nas questões relacionadas a cultura negra. Não é... não é um conselho pra fazer as coisas, né, mas pra orientar a prefeitura do Rio de Janeiro. E isso é muito difícil, porque qual é o prefeito que vai ouvir um conselho de negros?

Mas nós conseguimos fazer dentro da prefeitura, depois de muito... vinte anos de batalha, com que a secretaria de educação começasse a cumprir a tal da lei 10.639, que eu acho que é muito difícil pra eles, a secretaria de cultura já cumpre todos os editais, que são da secretaria de cultura já sai com a questão da cultura afro-brasileira tal... especificamente, porque inclusive ta na lei orgânica isso, os caras tem que cumprir... Então na verdade a gente trabalhava mais em cima das legislações né, tanto que a gente escreveu um livro sobre legislação... das legislações porque é a única forma de você fazer o governo cumprir, que é através da lei, a própria lei que ele aprova né, como é que o cara aprova uma lei e não quer cumprir ela? Então pra quê que aprovou? Apesar de que ainda falta muita coisa né, por exemplo ta na lei orgânica a questão do museu do negro, a prefeitura fez um museu de arte mas não fez um museu do negro; fez um museu do amanhã mas não fez o museu do negro; e eu também não acredito que eles vão

fazer, só vão fazer se tivermos um prefeito comprometido, ou um prefeito negro comprometido com essa causa...

Em seu relato Antonio expõe uma forma específica de atuar politicamente, através da pressão institucional, da criação e cumprimento de legislações etc. e da negociação política para realizar demandas que se apresentam. A ênfase nas ações culturais e pedagógicas é muito forte em seu discurso.

Junto a Penha Santos, Antonio agrega o conhecimento de contatos e práticas relacionadas a cultura carioca. Quando indagada desde quando se considera militante, Penha, respondeu “desde que eu me entendo por gente”, embora hoje não integre nenhum movimento organizado, já participou de alguns grupos, mas escolheu a atuação independente de organizações políticas, em ação colaborativa com integrantes de várias delas. Também é conselheira no COMDEDINE representando o IPN. Moradora do Rio Comprido, Penha estreitou suas relações na zona portuária a partir do Instituto dos Pretos Novos, embora já atuasse (e continue atuando) na organização de eventos sócio-culturais em outros bairros, sendo colaboradora de vários grupos e práticas culturais como rodas de jongo e capoeira, grupos de percussão, afoxé, economia solidária, projetos de empoderamento da mulher negra, etc.

A trajetória de Merced nos traz outros elementos sobre a composição das vozes do IPN. Embora até a descoberta do cemitério ela não tivesse tido maiores ligações com as culturas africanas e afro-brasileiras, a relação de Merced com a zona portuária, por outro lado, é íntima, já que ela mora na região desde criança; morou inicialmente na Rua do Livramento e em várias outras ruas, tendo morado também na Lapa, na praça Tiradentes, e algum tempo em outros bairros fora do centro, voltando na adolescência para a região, daonde não saiu mais. Na Gamboa conheceu Petrucio e se casou, teve duas filhas e comprou a casa da rua Pedro Ernesto em 1990. Como o tempo que morou fora foi curto, Merced afirma que mora na zona portuária há cerca de 40 anos. A ideia de área “degradada” que foi utilizada pelo poder público no discurso da “revitalização” e aparece frequentemente em falas dos moradores, também aparece na fala de Merced, porém, ela atribui isso ao fato da região ter sido sempre um local de resistência:

[...] Nunca houve um Rio cidade aqui. Depois eu fui descobrir porque, porque aqui era um reduto de resistência desde 1904, até hoje a gente tem, a gente tenta ser resistente. Mas você teve a resistência da revolta da vacina, né, aqui na esquina... e depois em 64 com o golpe militar, aqui era um reduto de vários sindicatos...

Então eu falo, aqui era um lugar de moradia e trabalho né, lugar de muito trabalho. Até as prostitutas trabalhavam, né? Até a malandragem trabalhava.

É interessante a associação que ela estabelece entre a falta de investimentos em serviços públicos – o chamado “abandono” ou “degradação” e o fato da localidade ter tido movimentações políticas e culturais que foram incômodas para o poder vigente. O estigma que foi sendo construído sobre a região de ser “perigosa” é negado por ela expressamente:

É um lugar seguro, é um lugar que você não tem assaltos, que você pode deixar seu carro aberto a madrugada toda, ninguém mexe... você não precisa ficar trancando sua casa de cadeados de cima abaixo, é um lugar... apesar de falarem que aqui era um lugar perigoso, aqui nunca foi um lugar perigoso muito pelo contrário, esse estigma até hoje nós temos, né, um pouquinho menos mas a gente não podia pegar um táxi na cidade: - me leva na Gamboa? Que isso? O cara dizia: sai do meu táxi. Até o ano passado aconteceu isso.

As falas em sua entrevista e a convivência com Merced indicam como ela construiu um sentido de pertencimento a Gamboa, que se fortaleceu com o achado do cemitério dos pretos novos, pois além de sua vivência cotidiana, ela entrou em contato mais profundo com a história daquele lugar - uma história que não costuma ser ressaltada nos livros didáticos de história - o que aprofundou a sua relação com o bairro e a partir do achado, ela passou a sentir-se parte dessa história, e contribuindo para alguma forma de resistência, como afirmou acima. O emprego do pronome “nós” nas duas falas explicita como ela se vê como parte da Gamboa, quer dizer, o “nós” que refere-se a “moradores” está diretamente associado ao lugar.

Carla Marques, uma outra voz que podemos salientar aqui por meio de sua entrevista, começou a interessar-se pela zona portuária quando fez mestrado em geografia na área de urbanismo, escolhendo a região como objeto para sua pesquisa, em 2008. Ela então foi ao IPN, para fazer uma entrevista e compreender um pouco as pessoas que ali atuavam, conhecendo Merced, Cláudio Honorato e outras pessoas, travando os primeiros contatos que resultaram em sua entrada no núcleo de pesquisa. Ingressou posteriormente no doutorado e essa relação mudou seu foco de pesquisa, tendo a direcionado para a relação entre o Projeto Porto Maravilha e o patrimônio afrocarioca da zona portuária, sendo que a partir da revelação do cais do Valongo e a criação do Circuito Histórico Arqueológico de Celebração da Herança Africana, novos elementos se somaram a essa discussão. Na sua visão, o IPN mudou muito desde que

ela o conheceu, tanto na infraestrutura quanto no seu alcance social. Três fatos são salientados como fundamentais para isso: o prêmio do IPHAN Rodrigo Melo Franco de Andrade, a criação do núcleo de pesquisa e o reconhecimento como Ponto de Cultura.

O IPN em 2007-2008 era um lugar de reunião de moradores da zona portuária também muito porque já tinha sido descoberto os achados, é... muitas das pessoas vinham aqui pra conversar sobre os achados, né, mas não tinha, ainda não era uma instituição com a força que tem hoje, dentro da perspectiva do patrimônio, da memória e até dos movimentos sociais afrocariocas.

... E aí eu acho que a gente começa a fazer uma outra história, a contar a história não só dos achados, mas aí começa a se construir a história do instituto. Claro que a história do instituto vem com Merced, com... não tô negando isso não ao contrário, mas eu acho que o instituto ganha um peso maior, o instituto se equipara aos achados, digamos assim, ele começa a ter uma história própria.

Quando indagada sobre o processo que está ocorrendo na zona portuária, em relação as memórias e ao patrimônio especialmente, Carla coloca que

É, eu acho que assim, quando a gente trabalha com memória social, penso eu, é sempre... é um cenário de memórias em disputa, né. A descoberta do cais do Valongo eu acho que foi, representa mais uma disputa, representa uma tensão... da memória social afrocarioca entre si, entre seus elementos próprios, né, e dessa memória para com outras, de outras matrizes. Dentro, para fora, é importantíssimo que o cais tenha sido reconhecido, porque a gente já sabia da localização, enfim, que tenha sido... legitimado, né, do ponto de vista dos seus achados, para que a gente tivesse um patrimônio, uma patrimonialização, é um lugar de memória, um achado... que pudesse dar sustentação a esse discurso, a toda essa representação que se tinha, né, é, sobre: o porto é um porto negro. Passaram por aqui um milhão de pessoas, africanos escravizados, mas a gente não tinha essa materialidade.

Para ela, a revelação do cais do Valongo trouxe a oportunidade para a pressão por reconhecimento de outros lugares como a Pedra do Sal, o IPN etc. que culminou no Circuito.

Qual o problema, que eu vejo: que esse caminho, esse museu a céu aberto que a gente pode chamar que é o circuito de herança africana, esse museu de território, ele foi criado... por um decreto. Ele é super legítimo, mas eu acho que para dar continuidade as obras, o prefeito faz um decreto, cita e cria os lugares... que se entende serem representativos dessa memória, né, e enfim se institui o circuito de herança africana. Sem comitê gestor, sem um aporte de recursos

financeiros definido, sem sequer ouvir a comunidade se é isso que ela entende ser o circuito que represente ela ou não... a gente não sabe até hoje, eu acho que falta pesquisa nisso.

Quando perguntei se, na sua opinião, o circuito serviria para visibilizar ou apagar as memórias afrocariocas na região, Carla afirmou que tudo dependerá de como ele será aproveitado. Se ele for apropriado pelos movimentos negros e de cultura como “mola propulsora” para a emergência de memórias, histórias e identidades que “devem aparecer”, o circuito terá sucesso em sua função. De fato, corroboro com a ideia de Carla Marques de que os desdobramentos da criação do circuito, do qual o IPN faz parte, dependerão das estratégias das vozes em disputa e das formas de apropriação que se sobressairão. A criação do circuito em si, pode tanto abrir uma porta para que as memórias afrocariocas sejam atualizadas, reveladas e reconhecidas, quanto para seu apagamento, se for transformado em um conjunto de monumentos sem ampliação de seu alcance, sem abordagem crítica e ocupação destes espaços públicos.

Além de pessoas mais intimamente ligadas ao IPN, tive a oportunidade de entrevistar Antonio Spirito Santo, e o convidei para colaborar para minha pesquisa após ler artigos escritos por ele em seu blog sobre diversos assuntos, como o cais do Valongo, o circuito, o IPN e a zona portuária. Achei interessantes suas informações e sua visão sobre esses temas, por isso, entrei em contato, afim de obter uma fala de fora do IPN. Acabei descobrindo que ele tinha acompanhado o achado do sítio arqueológico em 1996 quando trabalhava no Centro Cultural José Bonifácio, também situado a rua Pedro Ernesto. Antonio é músico, ativista e pesquisador autodidata e independente, nas áreas de etnomusicologia, história, culturas africanas, entre outros temas. Suas contribuições incluem o livro “Do samba ao funk do Jorjão – ritmos, mitos e ledos enganos no enredo de um samba chamado Brasil” (2011) aonde condensa suas pesquisas sobre a diversidade musical e cultural brasileira e suas múltiplas conexões.

Antonio iniciou sua trajetória musical nos anos 60, chegando a ganhar o prêmio de melhor intérprete no primeiro festival da Globo, sua música tendo se colocado em terceiro lugar; porém nessa época também se envolveu na política e integrou um grupo que se tornou uma célula revolucionária de resistência a ditadura militar. Por isso foi preso durante dois anos e essa experiência marcou também sua atuação como músico e artista, mas também, seu ativismo e pesquisas. Quanto ao IPN, apesar de não ter se envolvido tão profundamente, Antonio conta que soube do achado do cemitério já em 96 e conheceu Merced, tendo acompanhado o desdobramento da história, porém, a partir de 2011 passou a pesquisar mais sistematicamente sobre a zona portuária e o

patrimônio ligado as Áfricas, que aqui se constituiu. Para ele, toda a região pode ser considerada um complexo histórico-arqueológico. Ele considera:

Agora, isso tudo se choca com a memória histórica desse local, que é uma memória essencialmente africana. Porque aquele contexto ali do cais, aquilo não é... aquilo é um pedacinho mínimo né, de um complexo enorme que envolvia o desembarque de centenas de pessoas por dia né, e ali todo o processo de mercantilização daquelas pessoas envolvia a mercantilização de outras coisas também... Então toda aquela região ali, pelo menos a Gamboa em si, é um sítio arqueológico inteiro, tudo aquilo é um sítio, e tem pontos estratégicos ali, por exemplo: a Pedra do Sal, existia a igreja na Barão de São Félix, que tinha o trapiche do sal, que era exatamente o porto né, onde chegava o sal, que tinha ligação como complexo que era, com a Pedra do sal. A empresa de arqueologia que sucedeu o museu nacional nas escavações, porque o museu nacional foi alijado do processo... a empresa disse que não achou nada, eles cavaram e não acharam nada. Não acharam nada porque não quiseram, né? E soterraram aquilo. Assim como ali várias outras coisas foram.

Antonio Spirito Santo nos fornece exemplos em seu relato que apontam, acrescido a trajetória vivida pelo cemitério dos pretos novos e o IPN até hoje, entre outras questões colocadas, que o patrimônio cultural da região não só não tem sido prioridade, mas possivelmente, tem sido tratado com negligência, ao contrário do que divulgam as propagandas governamentais. Não podemos nos aprofundar tanto nesse tema, mas a presente pesquisa aponta para a necessidade de se realizarem mais pesquisas sobre a questão da gestão do patrimônio histórico e arqueológico da zona portuária, inclusive, para a importância de que haja uma maior integração entre os diversos pesquisadores que tem abordado a região, nas respectivas áreas do conhecimento. Quando abordado sobre a criação do Circuito de Celebração da Herança africana, Antonio expõe uma visão pouco otimista:

O movimento negro tem um papel importante na legitimação dos objetivos da prefeitura, infelizmente. Então foi criado uma carta, não sei se você tem essa carta, que é mais ou menos um aval que as instituições signatárias davam a prefeitura que aquilo foi feito, aquilo era uma maravilha né? E essa maravilha é o circuito. Só que o circuito, ele é falho, ele é um tratamento cosmético pra coisa, ele serve na verdade pra apagar toda essa verdade que foi soterrada.

A carta citada é a “carta de recomendações do Valongo”. Tive acesso apenas a uma “carta do Valongo”, que em um parágrafo, reivindica a criação de um memorial. Pelo que foi divulgado no blog do COMDEDINE, haveria mais conteúdo, ao qual não tive acesso.

A carta “Recomendações do Valongo” está longe de encerrar o debate em torno do assunto e mais distante ainda de ser um “marco regulatório” definitivo, no âmbito da Cidade do Rio de Janeiro.

Por esta razão a carta “Recomendações do Valongo” propõe ações de curto, médio e longo prazos, tendo como perspectiva o fortalecimento das políticas públicas de promoção da igualdade racial na Cidade do Rio de Janeiro.

Há, dentre estas ações, demandas na própria Região Portuária, considerando a existência de outras frentes de intervenção urbanística em relação aos quais não há, até o presente momento, efetivo acompanhamento das instituições públicas de Promoção da Igualdade Racial e nem da Sociedade Civil.

A carta “Recomendações do Valongo” é, portanto, um ponto de partida para que possamos reverter, de uma vez por todas, padrões de intervenção urbanística que desconsideram a participação dos segmentos diretamente afetados por decisões que, muitas vezes, traduzem os interesses dos segmentos sociais que detêm a hegemonia na burocracia estatal, na representação política e no controle da economia brasileira.
(<http://comdedinerj.blogspot.com.br/2012/06/audiencia-publica-cais-do-valongo.html>)

Enfim, uma série de reflexões podem e devem ser feitas a partir desses relatos, que explicitam em última instância, a complexidade dos agentes envolvidos, e das questões que se apresentam na zona portuária nas últimas décadas. Vamos apresentar e discutir a seguir como tem sido construídas as práticas discursivas do IPN enquanto espaço museal em si.

As práticas discursivas do Instituto dos Pretos Novos: um olhar possível

Como colocaram Carla Marques e Claudio Honorato em suas entrevistas, o Instituto dos Pretos Novos “amadureceu” consideravelmente desde 2005, ampliando suas atividades e seu alcance social especialmente a partir de 2010, quando tornou-se Ponto de Cultura. Procurarei abordar as práticas discursivas do IPN durante a realização dessa pesquisa, 2014-2015; o termo abrange tanto a noção de discurso enquanto prática – o que engloba folders, vídeos, postagens no facebook e afins – quanto a prática enquanto discurso, que abrange toda a programação oferecida ao público no espaço museal

Folders e vídeos

O folder principal utilizado atualmente pelo instituto oferece um texto que busca esclarecer elementos essenciais da história dos pretos novos. Como em outros materiais, o instituto é colocado como parte dessa história, quando os seres humanos outrora depositados no cemitério, obtém finalmente o respeito a sua dignidade humana, que não tiveram em vida:

ENFIM, O RESPEITO

O Cemitério dos Pretos Novos foi redescoberto em janeiro de 1996, por ocasião de uma obra neste imóvel. Esta região era conhecida, em meados do século XIX, como A Pequena África, por nela existir a maior concentração de africanos fora de sua terra natal. Neste local – que hoje se estabelece como sítio arqueológico e histórico – estão depositados os restos mortais de milhares de africanos trazidos à força para o Brasil. A maioria dos recém chegados ao porto morriam no período de quarentena, outros tantos, em menor quantidade, durante o processo de exploração do trabalho escravo.

O Memorial Pretos Novos é um sonho que construímos ao longo desses 15 anos de trabalho para a preservação da memória relacionada ao período da escravidão legal, com seus desdobramentos nos dias atuais. Com o apoio de nossos voluntários, algumas instituições de ensino e pesquisa, direitos humanos e cultura, e do patrocínio do Governo do Estado do Rio de Janeiro, por meio de sua Secretaria de Cultura, a população do Rio de Janeiro e seus visitantes terão acesso às informações que conseguimos coletar em nossas pesquisas (histórica e arqueológica). Com isso, queremos propor reflexões e estimular projetos educativos e de pesquisa.

Este memorial é dedicado aos milhares de Pretos Novos que foram depositados neste solo, e oferecemos aqui a nossa reverência e respeito a todos eles.

Ana Maria De La Merced G. G. dos Anjos
Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos - IPN

1500 Descobrimento do Brasil. Período inicial de diáspora africana.

1582 Os sepulcros dos escravos, em sua maioria depositados na Santa Casa de Misericórdia.

1600

1700

1722 Os sepulcros passam a ser enterrados no cemitério da paróquia de Madre de Serra Rita.

17 Em 12 de Janeiro iniciouse

Fig. 5 primeira página de folder do IPN.

O texto é enfático ao colocar o cemitério como parte do “período da escravidão legal”, ou seja, denotando o fato historicamente comprovado de que esta perdurou para além desse período - provocando inclusive, “desdobramentos nos dias atuais”. Essa construção em um texto informativo sucinto demonstra o quanto é importante ao IPN não incorrer na superficialidade, mesmo com limitações, lançando a discussão sobre as consequências da escravidão ainda estarem presentes na sociedade. Por fim, vemos nessa primeira folha que o memorial é “dedicado aos milhares de pretos novos que foram depositados neste solo, e oferecemos aqui a nossa reverência e respeito a todos

eles”. O sentido de oferecer o respeito devido a esses mortos parece ser uma verdadeira missão, além da preservação e divulgação dessa memória que ali se impôs.

MEMORIAL PRETOS NOVOS

A partir do ano de 1769, com o expressivo aumento do tráfico de escravos no Brasil, o seu principal porto para desembarque teve que ser transferido da Praça XV, para o Valongo. De acordo com relatos da época, a visão que se tinha do local era perturbadora, devido ao estado em que se encontravam os cativos recém-chegados da África (chamados de pretos novos). Figuras esqueléticas, doentes e seminuas eram aglomeradas em barracões, numa situação de martírio que podia durar até um ano, desde o momento de sua captura, até a comercialização. Debilitados pelos maus tratos e acometidos de enfermidades diversas muitos não resistiam. Seus corpos eram depositados no Cemitério dos Pretos Novos criado naquele mesmo ano, pelo Marquês do Lavradio. Foram 61 anos de uma rotina de sepultamentos em que os mortos eram lançados ao solo, possivelmente em valas comuns que permaneciam abertas até estarem repletas, podendo ficar expostos por vários dias.

Estima-se que nesta necrópole, considerada o maior cemitério de escravos das Américas, tenham sido enterradas de 20 a 30 mil pessoas, embora nos registros oficiais estes números sejam menores. Em 1830, o cemitério foi fechado por questões legais, uma vez que o tráfico de escravos havia sido proibido. Mais tarde, a cidade começou a aterrar o pântano e a praia, cobrindo de vez os restos mortais e a memória do sofrimento dos escravos recém-chegados ao Brasil.

Passados mais de um século, em janeiro de 1996, na Rua Pedro Ernesto, número 36, durante as obras de fundação da residência do casal Petrúcio e Maria De la Merced Guimarães, os pedreiros encontraram ossos humanos a poucos centímetros de escavação do solo. Tratava-se de um importante achado arqueológico: o

1800	1808	1826	1830	1830
o Marquês do Lavradio funda o mercado de Valongo.	Chegada da família real ao Brasil.	Tratado entre Brasil e Inglaterra para a extinção do tráfico de escravos, a fim de reconhecer a independência brasileira.	Em 4 de março ocorreu o registro do último sepultamento e fechamento do cemitério.	Em 7 de novembro é promulgada a 1ª Lei contra o tráfico de escravos (conhecida como a "Lei para inglês ver").

Fig. 6 segunda página de folder do IPN.

A segunda parte do folder conta um pouco da história dos pretos novos embasado nas pesquisas realizadas principalmente por Júlio Cesar Pereira e Claudio Honorato. O texto não poupa o leitor em demonstrar a brutalidade vivida por esse africanos e africanas que aqui chegavam. Em meio à ênfase no sofrimento, acaba ficando de fora as etnias principais que para cá vieram, sua diversidade cultural etc., o que é problemático. Ao final porém, não se esquece de colocar o “legado cultural e a descendência” aqui formados, “que juntamente com outros povos constituíram o Brasil de hoje”. Outra questão importante é que se assume o memorial como “símbolo da preservação de uma memória da resistência e de superação”.

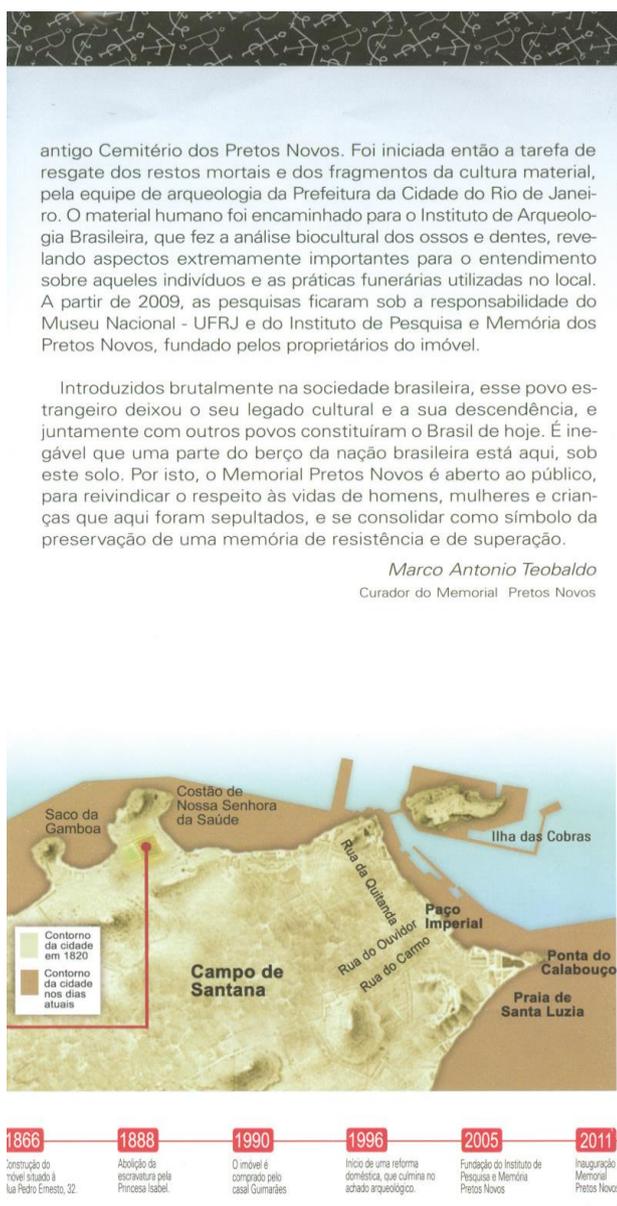


Fig. 7 terceira página de folder do IPN.

Existe no folder como um todo uma coerência muito grande em relação aos discursos divulgados pelo instituto, por exemplo em seus vídeos, cujo mais emblemático do ponto de vista educativo é o “Memorial Pretos Novos”, publicado no canal do youtube de mesmo nome, dividido em quatro partes (4). Neste vídeo Reinaldo Tavares narra diversos aspectos da história do Rio de Janeiro, a dinâmica do mercado escravocrata, os pretos novos, enquanto em primeiro plano são projetadas imagens, fotografias e até cenas de filmes famosos como “Amistad” – que sabemos não abordar o comércio de escravos para o Brasil – que foi utilizado em certo trecho pela eficácia com que retrata o ambiente de um navio negreiro. Merced deu inúmeras entrevistas a canais abertos e fechados de televisão, muitas delas disponíveis na internet, aonde conta a

história do achado do sítio arqueológico e algumas vezes, cobra investimento e reconhecimento a esse patrimônio. Os esforços de divulgação empreendidos resultaram em um aumento significativo de visitantes e participantes de oficinas.

O IPN em números (2014)

Atividade	quantidade
Oficinas Internas	84
Oficinas A Céu Aberto	14

Público por categoria	quantidade
Alunos do ensino Fundamental	392
Alunos do ensino Médio	256
Alunos do ensino Superior	518
Professores	346
Guias de Turismo	260
Outros	609
Público em geral	2.381

Sabemos que nem todos assinam o livro de visitas, mas nas oficinas todos são solicitados a preencher dois formulários: um de controle da Consórcio Porto Novo, e um do próprio IPN.

A ideia das oficinas de história está diretamente ligada à lei 10.639/2003 que instituiu o ensino de História da África na educação pública brasileira, segundo nos informou Antonio Carlos. Assim, recebida a verba do ponto de cultura, começou-se a elaborar a ideia das oficinas que cresceram também depois de dois editais em que foram contemplados pelo governo estadual; estas seriam voltadas tanto para professores quanto para o público em geral.

Oficinas de História

Os objetivos principais são divulgar novos elementos das pesquisas históricas, antropológicas, arqueológicas relacionadas ao período colonial no Rio de Janeiro e na zona portuária, pesquisas sociológicas e também temas específicos relacionados às culturas africanas e afro-brasileiras. No grupo de oficinairos, estão alguns integrantes fixos do IPN, como Carla Marques, Claudio Honorato, Reinaldo Tavares e Marcelo Monteiro – e outros colaboradores que se oferecem ou são convidados, que acabam integrando constantemente a grade de oficinas. Assim, através da visualização de uma grade mensal, é possível ter noção dos temas que são geralmente abordados:

   						
		Oficinas de História - Agosto/ 2015				
MUSEU MEMORIAL	DATA 04 3ª feira	DATA 05 4ª feira	DATA 06 5ª feira	DATA 07 6ª feira	DATA 08 - Sábado	DATA 09 - Domingo
Hora	Local IPN	Local IPN	Local	Local	Local	Local
14:00h						
Professor (a)						
	DATA 11 3ª feira	DATA 12 4ª feira	DATA 13 5ª feira	DATA 14 6ª feira	DATA 15 - Sábado	DATA 16 - Domingo
Hora	Local IPN	Local CCJB - 18h	Local	Local	Local - MAR - 9h	Local
14:00h	Arquétipos de Oxun e o Feminino no Brasil Pós- Diáspora	Conto de Tradição Oral Africana e Afro-brasileira	História dos Pretos Novos		Oficina A Céu Aberto Memória e Patrimônio da Zona Portuária	
Professor (a)	Safira K. Reink Silva	Claudia M/Pamela Cristina	Julio Cesar Medeiros		Carla Marques	
	DATA 18 3ª feira	DATA 19 4ª feira	DATA 20 5ª feira	DATA 21 6ª feira	DATA 22 - Sábado	DATA 23 - Domingo
Hora		Local IPN - 14h	Local	Local	Local Ig de St. Rita 9h	Local
14:00h		Contos de Tradição Indígena	Mercado de Escravos do Rio de Janeiro	História e Arqueologia	Oficina A Céu Aberto Caminho da Escravidão	
Professor (a)		Papillon C. Karipuna	Claudio Honorato	Reinaldo B. Tavares	Claudio Honorato	
	DATA 25 3ª feira	DATA 26 4ª feira	DATA 27 5ª feira	DATA 28 6ª feira	DATA 29 - Sábado	DATA 30 - Domingo
Hora	Local IPN	Local IPN - 18h	Local	Local	Local	Local
14:00h		Memória e Patrimônio: Circuito de Herança Africana da Z. Portuária, na perspectiva da Sócio-museologia		II - História do Candomblé no Rio de Janeiro - Nações e Identidades		
Professor (a)		Carla Marques		Blonson Farias		

Fig. 8 grade da programação de oficinas agosto 2015

As oficinas História dos pretos novos, Mercado de escravos e Caminhos da escravidão são oferecidas todos os meses. As outras alternam, sendo que a grade anual está sendo definida no fim do ano, para ser enviada a Consórcio Porto Novo, já que ela tem financiado uma ajuda de custo aos profissionais que as ministram. Assisti em 2014-2015 quase todas as oficinas oferecidas, e no que tange ao conteúdo, os ministrantes

têm bastante autonomia; grande parte utiliza imagens e vídeos, a linguagem varia de acordo com o tema, geralmente, os temas ligados a aspectos da cultura como Conto de tradição oral africana e afro-brasileira facilitam uma linguagem mais coloquial, enquanto nos temas históricos e sociológicos, uma linguagem mais típica acaba aparecendo. No que tange aos participantes, percebe-se que boa parte é constituída por professores e/ou estudantes. Em conversa com uma frequentadora do espaço, aluna de dança afro que é ministrada por Ana Catão, ela me contou que é moradora da Providência, e que há pessoas que ainda desconhecem o IPN na região, ou apenas ouviu falar, mas não sabe bem do que se trata; ela também afirmou que reconhece a importância do instituto e gostaria de participar das oficinas de história, porém, não é possível devido ao horário. Essa é uma questão que me chamou a atenção desde o início, o fato das oficinas serem sempre a partir das 14 hrs. Sabemos que isso exclui a população que trabalha em horário comercial, por isso, comecei a sondar o porquê dessa opção. Logo percebi que a limitação de funcionários é o principal motivo, ou seja, só há basicamente três pessoas para cuidar de todas as demandas do Instituto: fazer visitas guiadas, responder e-mails, montar programação, entrar em contato com colaboradores, organizar eventos, fazer certificados, comprar materiais de limpeza, higiene e alimentação, etc, ou seja, não é possível, diversificar os horários das oficinas oferecidas. Mais uma vez esbarramos no financiamento - existe a proposta para 2016 de ter estagiários através de um projeto de extensão, porém, nada concreto ainda.

As oficinas a céu aberto podem suprir um pouco dessa demanda e da necessidade de contato com os moradores do entorno. Elas acontecem aos sábados pela manhã, e nela se percorre alguns dos lugares de memória considerados emblemáticos para a memória afrocarioca: cais do Valongo, Pedra do Sal, IPN, Centro Cultural José Bonifácio, entre outros, por isso se chama “caminhos da escravidão”, aonde Claudio Honorato fornece elementos geográficos, sócio-culturais e históricos sobre a região com ênfase nos séculos XVIII e XIX. Muitos moradores são chamados a atenção quando Claudio para com o grupo para falar sobre o local, e acabam participando de parte da oficina. O fato é que as oficinas internas e a céu aberto são o “carro chefe” do IPN, embora muitas outras atividades sejam realizadas. Em 2015 o Museu de Arte do Rio cedeu espaço para que algumas oficinas ocorressem lá, e o IPN levou temáticas que relacionam gênero e questão racial:

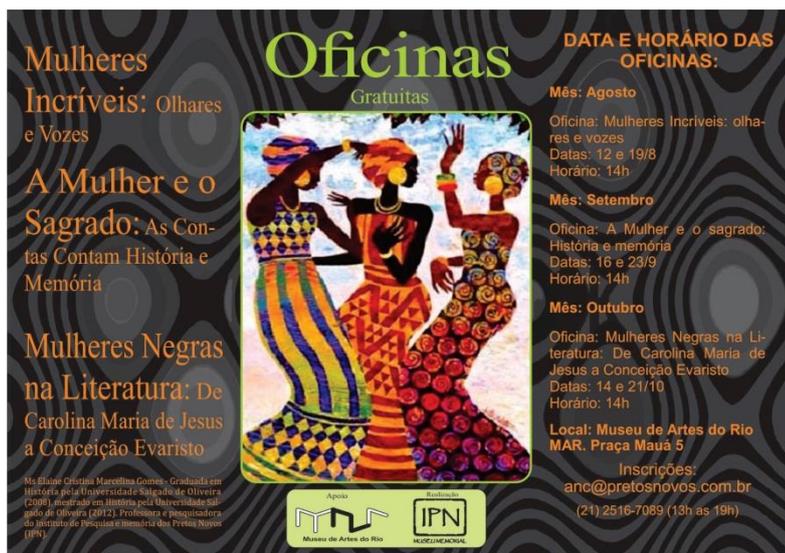


Fig. 9 folder de oficinas agosto, setembro e outubro de 2015

Existe um diálogo entre o MAR e o IPN que ocorre eventualmente, ou quando há interesse em uma atividade conjunta, ou quando envolve a discussão de questões referentes a cultura local, como ocorreu no COMdomínio Cultural, cujas reuniões se estenderam por dois anos no espaço do IPN com representantes de vários grupos e instituições – porém segundo Merced além do diálogo travado, não houve maiores desdobramentos resultantes dos encontros.

Exposições

O IPN possui uma exposição permanente, na qual quadros contam a história dos pretos novos e do achado arqueológico por meio de uma linha do tempo. Além disso, existem as janelas de prospecção através das quais pode ser visto o subsolo aonde foram encontradas as antigas ossadas. Infelizmente nada dos ossos ou artefatos achados estão expostos, por falta de condições de acondicionamento e pelas pesquisas ainda não terem sido apresentadas. É um fator que sem dúvida atrairia muitas pessoas, poder ver alguns desses vestígios. A sala ao lado é utilizada como galeria de exposições permanentes, e a escolha das exposições fica a cargo de Marco Antonio Teobaldo, artista plástico e curador. Algumas exposições têm alguma relação com a temática geral do IPN, enquanto outras estão mais descontextualizadas. Exemplo: a exposição “Santo forte” (em 2013) era formada por 38 fotografias de Alex Ferro, que retratavam os sacerdotes do terreiro de candomblé Ilê Asé Atara Magba em Santa Cruz; “Assentamento” (2014) foi uma exposição individual da artista Rosana Paulino, resultado de uma pesquisa em torno dos registros fotográficos de pessoas escravizadas realizada no Rio por Augusto

Sthal no século XIX. Já a exposição “Papel de seda” (2014), uma coletiva com vários trabalhos feitos no mesmo suporte, o papel de seda, porém com temáticas diversas.

O Artria é uma proposta de contraponto com o ArtRio, já que convida artistas a levarem uma obra de baixo custo de venda e exporem no IPN, enquanto o segundo é um dos maiores eventos do mercado da arte. Essa é mais uma iniciativa que parece colocar o IPN numa posição de contestação, ainda que bem humorada, da forma como os espaços estão sendo ocupados na zona portuária.



Fig. 10 Fotografia de “Santo Forte” por Alex Ferro

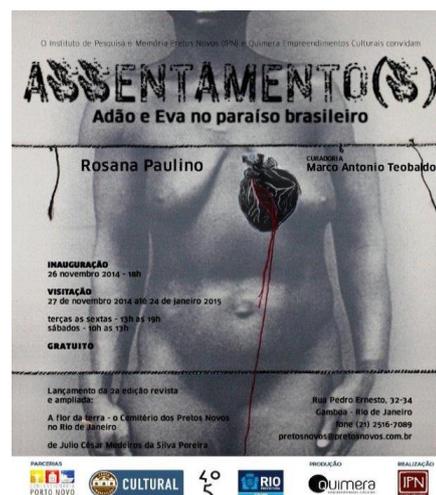


Fig. 11 Cartaz de “Assentamento (s)”



Figs. 12 e 13: Panorâmica de “Papel de seda”. fonte: <http://portomaravilha.com.br/noticiasdetalhe/3852> e ao lado cartaz do ArtRia.

Em todas as exposições há uma abertura, na qual são convidados artistas e o público em geral, via divulgações na internet. A curadoria de Teobaldo não se prende portanto a temáticas que tenham alguma conexão com o IPN e o cemitério de escravos, o que pode ser bom para atrair um outro público para conhecer o espaço, mas pode ser problemático quando se trata de dialogar com o sentido que existe no restante dele, ou seja, a galeria pode parecer as vezes “descolada” do restante do IPN, o que me pareceu

ter ocorrido na exposição “Rejunte” que exibiu uma ação artística realizada por Fábio Carvalho nas fachadas de Lisboa - a partir de restos de azulejos reunidos na capital portuguesa, ele criou novos padrões de azulejos e os reaplicou em papel, em fachadas deterioradas da cidade. No IPN foi exibido o resultado dessa ação e o público pôde colar um azulejo de papel na parede, na ocasião da abertura.

Visitas guiadas, grupos de estudos, seminários e reuniões

Como vimos na tabela acima, muitos estudantes, professores, guias de turismo, turistas e moradores do Rio em geral visitam o IPN apenas para conhecer. Alguns desses vão em grupos e agendam a visita, outros visitam espontaneamente. São recebidas muitas visitas de escolas públicas e privadas, grupos de universitários, e todos são convidados a ver vídeos sobre os pretos novos na sala de oficinas e ver as exposições permanente e temporária. Também são realizados encontros do grupo de estudos “Cultura e religiosidade afro-brasileira”, seminários dos quais destaco o “Os 180 anos da Revolta dos Malês” ocorrido em julho de 2015 para debater e lembrar a revolta ocorrida em 1835. Dentre as reuniões que ocorrem eventualmente no Instituto a mais significativa dos últimos dois anos, pelo menos do ponto de vista simbólico foi a reunião da Comissão Nacional da Verdade da Escravidão Negra, que entregou relatório parcial em 2015 e é composta por um grupo de juristas, pesquisadores da área, membros do movimento negro; o relatório foi criticado por alguns profissionais, vale a pena ser lido (4).

Além dessas atividades, uma vez por mês uma parte do acervo da biblioteca é exposto ao público na praça da Harmonia (que ninguém chama de Cnel Assumpção seu nome atual); e assim como tem ocorrido no Cais do Valongo, é realizada anualmente a lavagem das janelas arqueológicas existentes, recomendação das ayalorisás que frequentam o instituto.

4. Algumas informações sobre a Comissão: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/02/comissao-da-verdade-da-escravidao-negra-inicia-trabalhos-em-brasilia>; <http://www.oabrj.org.br/noticia/95416-comissao-da-verdade-da-escravidao-apresenta-propostas-em-relatorio>; Todos os relatórios divulgados: https://docs.google.com/uc?id=0B_ApKfKXShSoUzViYnZIU0FPWE0&export=download

Segundo Penha, há pessoas que se incomodam com a relação do IPN com a religiosidade afro-brasileira, julgando ser um espaço de “macumba”. Ela atribui isso ao aumento considerável de igrejas evangélicas na região nos últimos anos, que estariam estimulando esse discurso. Por isso, surgiu a ideia de celebrar uma missa de finados todo ano, e serem realizados cultos interreligiosos nos dias de celebração (aniversário do instituto e do achado arqueológico), como forma de atrair pessoas, e de afirmar o espaço como plural nesse aspecto religioso. Porém a religiosidade é um aspecto importante da cultura afro-brasileira, que é abordada em algumas oficinas, e muitas pessoas adeptas do candomblé e da umbanda nutrem um interesse especial pelo local, reconhecendo-o como local em que há presença da ancestralidade, e a intolerância religiosa seja uma realidade social. Considerando isso integrantes do IPN participam da Caminhada pela Tolerância religiosa, que ocorre todo ano com pessoas das mais diversas religiões. Como dissemos anteriormente, o 20 de novembro também é uma data em que o IPN sempre prepara uma programação, que integra uma outra mais ampla da zona portuária.

Portanto, no que diz respeito as práticas discursivas, o IPN se apresenta centrado na memória da escravidão e seus desdobramentos, se assumindo como um memorial que denuncia a escravidão como “crime contra a humanidade” ao mesmo tempo que procura estimular o conhecimento desse passado sob ângulos pouco explorados, sem negligenciar a reflexão sobre a atualidade. Assim, a programação tem uma boa diversidade temática embora ainda careça de mais ênfase na questão cultural, ou seja, oficinas que ofereçam uma visão mais ampla das culturas africanas e afro-brasileiras em suas diversidades, no que tange à musicalidade, artes plásticas e visuais, teatro, mitologias, religiosidades, enfim há muitos temas possíveis, porém as limitações objetivas como vimos, também são muitas, embora têm sido aos poucos vencidas.

Do ponto de vista da museologia social, o IPN possui certas características de um museu comunitário, no mínimo um grande potencial para sê-lo, já que alguns moradores do entorno participam ativamente do cotidiano do espaço, e existe uma abertura de diálogo muito grande a quem queira colaborar. A estrutura ainda tem um caráter hierárquico, ou seja, presidente e vice-presidente etc. e apesar disso ser visível objetivamente no dia a dia, é por vezes quebrada pela facilidade com que essas pessoas se deixam aproximar. Não creio que a intenção da gestão seja torna-lo um ambiente mais horizontal nos processos decisórios, pelas dificuldades que isso apresentaria, mas também, de forma alguma ele se configura com uma estrutura verticalizada na qual muitas vezes nem temos acesso algum áqueles que tomam as decisões mais relevantes,

como em muitos museus de grande porte. A programação vai sendo construída a partir do surgimento de ideias e propostas, trazidas por membros e não membros do IPN, o que demonstra uma flexibilidade considerável.

No que tange a sua rede de relações, sem dúvida - como me afirmou Carla Marques - o IPN é uma referência na região para quem atua e tem ligação com a cultura afro-brasileira, afrocarioca e/ou movimentos negros. Encontrei diversas vezes membros de movimentos negros muito diferentes no IPN, como de entidades institucionais de promoção da igualdade racial, do Quilombo Pedra do Sal, do MNU, e até do Reaja ou será morto/Reaja ou será morta, movimento independente que foi criado em 2005 na Bahia. Reconheci também alguns agentes sócio-culturais da Providência como o fotógrafo Maurício Hora (responsável pelo espaço cultural Casa Amarela) e integrantes do Grupo de Educação Popular (GEP) que realizaram algumas visitas com os alunos do pré-vestibular comunitário e até algumas aulas. Ou seja, boa parte dos agentes culturais da região têm alguma relação, mais ou menos próxima com o IPN, e o reconhecem como um local disponível para realizar atividades quando necessário; inclusive pesquisadores estrangeiros que lá conheci. Por isso, podemos dizer que o IPN é um espaço museal vivo, em transformação, que busca constantemente o aprimoramento e a superação de suas limitações. Suas práticas discursivas demonstram a intenção de construir algo próximo da ideia de “museu-fórum” - aquele “que se preocupa em pesquisar, em perguntar, em ouvir, em dialogar, em compartilhar, em buscar, em contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, mais plural, mais digna, mais verdadeira e, portanto, inclusiva” como coloca Maria Ignez Franco (2014, p. 33). Porém essa construção não possui fórmulas nem metodologias objetivas, e poucas pessoas do instituto têm maior interesse sobre o acúmulo gerado pelas experiências da Museologia Social. A experiência do IPN, como um todo, pode porém ser caracterizada como tal, porque ela ultrapassou em muito qualquer controle individual ou grupal, e até mesmo as possíveis hierarquias são diluídas no processo de abertura e flexibilização.

Ainda assim, é perceptível que o instituto tem um longo caminho a percorrer no que tange a integração com os moradores da região, pois segundo tanto Merced quanto Penha, a participação dos moradores ainda é pequena, e eu acrescentaria que é na verdade incipiente. Talvez porque não tenham sido traçadas ainda estratégias objetivas com esse fim, apesar da grande ampliação do seu alcance, o Instituto dos Pretos Novos ainda não seja frequentado por uma quantidade significativa de moradores do entorno.

Creio que o processo histórico de silenciamento das memórias, histórias e possíveis questionamentos sobre escravidão negra, culturas africanas e afro-brasileiras,

seus patrimônios etc. tenha tido como uma das consequências justamente, a falta de consciência sobre a importância desses temas. A grande quantidade de atribuições para poucas pessoas e pouca verba também são obstáculos para uma maior divulgação e sensibilização no entorno. Concluo entretanto que o IPN está em confluência com algumas propostas da museologia social, embora não possa ser definido como museu comunitário ou não, tendo criado a sua própria forma de se manter, que está em constante transformação.

Considerações finais

Busquei ao longo desse trabalho, contar um pouco da trajetória do Instituto dos Pretos Novos, relacionando-o com o contexto mais amplo que vive a zona portuária na atualidade, o que aos poucos se configurou como um desafio. A complexidade desse contexto, do qual insisti em não me desapegar, está em constante fluxo, em pleno andamento atualmente. A influência de autores da geografia social - razão pela qual escolhi a linha memória e espaço - me levou inicialmente a problematizar o processo vivido pela zona portuária como parte integrante daquele denominado de globalização, porém com ênfase nas questões relacionadas a cultura e memória social, reflexão que desenvolvi no primeiro capítulo. Já no segundo, minha paixão pela história foi revelada, ainda que tenha procurado não ser prolixa nesse ponto e abordar o que considere essencial para a compreensão do significado que as memórias adquirem na região portuária hoje. Expus também um pouco das questões sociais que permeiam a atualidade na região, que são igualmente vastas, mas condensei as informações essenciais novamente procurando chegar ao meu objetivo principal, a atuação do IPN e sua relação com essas questões. O terceiro capítulo foi permeado pelo trabalho de campo e entrevistas, mais algumas referências que se conectaram as minhas indagações. Procurei construir, dentro das limitações de um mestrado, um quadro no qual possamos enxergar do macro ao micro, a interseção entre global e local que se processa na zona portuária, aonde o IPN se fez ativo. Espero ter cumprido meu intento de mostrar como um espaço museal está interligado ao seu contexto social, ao contrário do que muitas vezes podemos ser levados a acreditar. Quando adentramos um espaço desconhecido, que possui seu repertório, sua dinâmica de trabalho e relações, tudo pode parecer neutro e harmonioso, tudo pode parecer dado - quando não o é. Certos discursos explicitam mais claramente suas posições, outros menos, porém, o que é indispensável a qualquer

leitura, é ler nas entrelinhas, além de viver o cotidiano daquele local, pois só no cotidiano as nuances vão se revelando.

E o cotidiano me revelou que as pessoas que sustentam o IPN, estão ali em meio a tantas contradições, mas respondendo aos desafios que se apresentam para manter vivas determinadas memórias. Ou seja, não basta construir um monumento aos mortos, e promover peregrinações ou visitas, quando essa memória não dialoga com o presente de forma mais ampla. Nesse sentido podemos dizer que o IPN seja um dos memoriais mais vivos que temos na cidade, cuja movimentação é intensa em ideias, trocas e conexões.

O Instituto dos Pretos Novos vem sendo construído a cada dia pela colaboração de várias mãos e vozes, não nasceu como uma instituição fundamentada em uma estrutura pré-definida, talvez por isso seu caminho seja árduo mas tão importante e peculiar.

Os muitos momentos difíceis, como a ocasião do fechamento em 2014, são superados pela completa persistência. A revelação do Cais do Valongo, e seu reconhecimento como importante patrimônio cultural, pode ser o início de uma reviravolta, que poderá trazer ao IPN e a outros patrimônios uma atenção maior.

Porém, espero que tenham reconhecido em meu texto, o quão cuidadosos devemos ser nesse processo, já que a monumentalização pode levar também ao silêncio dos lugares de memória, se eles não forem atualizados na vida presente. Creio que seja essa a intenção de tantas atividades como as rodas de capoeira, jongo e tambor de crioula que tem ocorrido no cais, como forma de demarcar e sinalizar aquele espaço como ativo. Mas muito mais precisa ser feito, e muitos outros lugares precisam emergir, nesse Circuito de Celebração da Herança Africana, ou fora dele, para que se atualizem as memórias da “Pequena África”, e elas não sejam encobertas ou maquiadas, como colocou Antonio Spirito Santo. A força comunicativa do IPN, do Cais do Valongo e de tantos outros lugares e práticas culturais é fato, se eles se reconstruírem dentro do contexto que expomos, depende de todos nós, como disse Carla Marques. Ou seja, concluo que o cemitério dos pretos novos trouxe a tona uma realidade que não foi possível apagar, mesmo após séculos de tentativas.

De certa forma, o IPN impôs uma nova realidade para a zona portuária, e exerce um papel fundamental dentro do contexto das mudanças trazidas pelo porto maravilha: expõe uma história que ao ser atualizada, diz muito sobre o presente. E deve dizer cada vez mais, considerando que “das 1.275 vítimas de homicídio decorrente de intervenção policial entre 2010 e 2013 na cidade do Rio de Janeiro, 99,5% eram homens, 79% eram negros e 75% tinham entre 15 e 29 anos de idade” (Anistia Internacional, 2015, p. 5). Ou seja, é um compromisso com o futuro trazer a história à tona e compreender por quê

estamos no atual contexto, e o período da escravidão é o ponto chave nessa questão. Porém é preciso lembrar, que tudo isso não diz respeito apenas a população considerada afrodescendente, mas a todo cidadão e cidadã brasileiro, que esteja consciente do quanto as memórias e os patrimônios são discursos sobre nossas identidades, produzindo e reproduzindo visibilidades e invisibilidades seletivas, que compõe o arcabouço de nossas desigualdades e discriminações históricas.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araújo. **Qual África?** Significados da África para o movimento negro no Brasil. Estudos históricos, Rio de Janeiro, n° 39 jan-jun 2007, p. 25-56.

ALIWU. **Carnaval no Rio**. Rio de Janeiro: [s.n.], [entre 1900 e 193-]. cartão-postal, Cópia fotográfica de gelatina e prata, p&b, 7,8 x 13 cm em cartão: 9 x 14 cm.

Disponível em:

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon299056/icon981668.jpg>. Acesso em: 8 set. 2015.

ALMEIDA, Maria Mota. **Mudanças sociais/mudanças museais**: Nova Museologia/Nova História - Que relação? Cadernos de Sociomuseologia n.5, 1996 p. 99-118.

ARANTES, Érika Bastos. **O porto negro**: cultura e associativismo dos trabalhadores portuários no Rio de Janeiro na virada do XIX para o XX. Tese doutorado. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, departamento de história, 2010.

ARAÚJO, Helena Maria Marques. **Museu da Maré: entre educação, memórias e identidades**. Tese doutorado. 2012, 238 p.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussmann tropical**. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1992, 358p.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989. Cap. I.

CARVALHO, Mônica de. Cidade Global: anotações críticas sobre um conceito. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 70-82, Oct. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000400008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 janeiro 2015.

CHAGAS, M. MEMÓRIA E PODER: DOIS MOVIMENTOS. **Cadernos de Sociomuseologia**, América do Norte, 19, Jun. 2009. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/367>>. Acesso em: 25 jan. 2015.

COSTA, Emilia Viotti da. **A abolição**. São Paulo: UNESP, 2008, 141 p.

COSTA, Máira Lopes Viana da. **A lei de incentivo como política cultural** : o papel da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura. Dissertação de mestrado, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, 2013, p. 32-40.

DESVALLÉES, André; Mairesse, François (orgs); **Conceitos-chave de Museologia**. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo : Secretaria de Estado da Cultura, 2013. Pags. 54-55.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro**: alguns apontamentos históricos. Tempo, Niterói, v.12, n.23, p.100-122, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042007000200007&lng=en&nrm=iso. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007>. Acesso em 27 out 2015.

FAULHABER, Lucas. AZEVEDO, Lena. **SMH 2016: remoções no Rio de Janeiro olímpico**. Rio de Janeiro: Mórula, 2015, 124 p.

FERRAZ, Eucanaã. **O tombamento de um marco da africanidade carioca**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1997, n. 25, p.335-339.

Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat25_m.pdf acesso em 20 out. 2015.

GOMES, Flávio dos Santos. Quilombos do Rio de Janeiro no século XX. In:_____.

GOMES, Flávio dos Santos; REIS, João José (orgs.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1996, p. 263-290.

GONÇALVES, Rafael Soares. **Porto Maravilha, Renovação Urbana e o uso da Noção de Risco**: Uma Confluência Perversa no Morro da Providência. *Libertas* (online) Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, v. 13, n. 2, 2013.

Disponível em: <http://libertas.ufjf.emnuvens.com.br/libertas/article/view/2751> acesso em 16 set. 2015.

GUIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991, caps. I e II.

GUIMARÃES, Roberta Sampaio. **A utopia da pequena África: projetos urbanísticos, patrimônios e conflitos na zona portuária carioca**. Rio de Janeiro: FGV, 2014, 248 p.

HALL, Stuart. **A centralidade da cultura**: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 22, n°2, p. 15-46, jul./dez. 1997.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. DP7A, Rio de Janeiro, 11 ed. 2011, 102 p.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Anablume, 2005. 252 p.

HUYSSSEN, Andreas. Escapar de La amnésia: los museos como médios de masas. In:__. **En busca del futuro perdido: cultura y memória em tiempos de globalización**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica de Argentina SA , 2001. Pags. 41-73.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira (9 ed), 2001, 228 p.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; Superintendência Regional do Estado do Rio de Janeiro. **Relatório Técnico de Identificação e Delimitação da Comunidade Remanescente do Quilombo de Pedra do Sal**. 2010, 116p.

Disponível em:

http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/Relatorio_Antropologico_Quilombo_Pedra_do_Sal_Incra_2010.pdf Acesso em 02 jan 2015.

JORDÃO, Rogério Pacheco. **Uma descoberta anunciada: lembranças, apagamentos e heranças do mercado de escravos do Valongo no Rio de Janeiro**. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, 2015. 144 p.

KOPTCKE, Luciana Sepúlveda; CAZELLI, Sibeles; LIMA José Matias de. Os museus cariocas e seus visitantes: uma análise do perfil dos públicos dos museus do Rio de Janeiro e de Niterói. In:____. ABREU, Regina; CHAGAS, Mário Souza; SANTOS, Myriam Sepúlveda. (org.). **Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas**, Rio de Janeiro: Garamond, MINC/IPHAN/DEMU, 2007 p. 68-94.

LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. **Dos trapiches ao porto: um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 2006 (2 ed.) 172 p.

LEFEBVRE, Henry. **O direito a cidade**. São Paulo: Centauro, 2001, p. 105-119.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: _____. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão [et. al.]. 4ª ed. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1996, p. 423-477.

LIMA, Diana Farjalla Correia. **Museologia-Museu e Patrimônio, Patrimonialização e Musealização**: ambiência de comunhão. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 7, n. 1, p. 31-50, jan.-abr. 2012.

LIMA, Márcia. **Desigualdades raciais e políticas públicas**: ações afirmativas no governo Lula. *Novos estud. - CEBRAP* [online]. 2010, n.87, pp. 77-95. ISSN 0101-3300. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002010000200005>.

FRANCO, Maria Ignez Mantovani. **Museus: Engajamento e colaboração**. Cadernos de Sociomuseologia, vol. 47, n. 3, 2014, p. 29-42. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/issue/view/647> acesso em 03 abril 2015.

MAIA, Maria Manuela Alves; THIESEN, Icléia; CARVALHO, Fernanda Estevão de. Gênero, trabalho e exclusão: mulheres nordestinas no porto do Rio de Janeiro. In: _____. THIESEN, Icléia; BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti; SANTANA, Marco Aurélio (orgs). **Vozes do Porto: memória e história oral**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 37-54.

MELLO, Fernando Fernandes de. **A Zona Portuária do Rio de Janeiro**: antecedentes e perspectivas. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado, IPPUR - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2003, 124 p.

MORAES, Nilson Alves de. Memória social: solidariedade orgânica e disputas de sentidos. In: _____. Gondar, Jô; Dodebei, Vera (orgs). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005, p. 89-104.

_____. **Políticas públicas, políticas culturais e museu no Brasil**. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/46/26> acesso em: 15 nov 2014.

_____. **Museu e patrimônio: políticas e conhecimento.** Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio | MAST - vol. 6 n° 2, p. 3-27, 2013.

MORAES, Reginaldo. **Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?** São Paulo: Senac, 2001. P. 13- 17.

MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1995, 178 p.

NASCIMENTO, Elisa Larkim (org). Lutas africanas no mundo e nas Américas. In:____. **A matriz africana no mundo.** São Paulo: Selo Negro, 2008, p. 141-182.

PAIM, Márcio. **Pan-africanismo:** tendências políticas, Nkrumah e a crítica do livro Na casa de meu pai. Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana Ano VII, N°XIII, Julho/2014, p. 88-112.

PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. **À flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro : Garamond, IPHAN, 2007. 208p.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **As barricadas da saúde:** vacina e protesto popular no Rio de Janeiro da Primeira República. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

PEREIRA, Victor Hugo Adler. A incômoda e persistente memória da escravidão. In:____. PONTES JR., Geraldo; SANTOS, Myriam Sepúlveda et al. **Cultura, memória e poder: diálogos interdisciplinares.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013, p. 185-200.

PRANDI, Reginaldo. **De africano a afro-brasileiro:** etnia, identidade, religião. Revista USP (online), São Paulo, n.46, p. 52-65, junho/agosto 2000. Disponível em <http://www.usp.br/revistausp/46/04-reginaldo.pdf> acesso em 05 nov. 2015.

RIBEIRO, Ana Clara Sampaio. Vila Portuária Presidente Dutra: memórias e narrativas orais sobre habitação popular no Rio de Janeiro. In:____. THIESEN, Icléia; BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti; SANTANA, Marco Aurélio (orgs). **Vozes do Porto: memória e história oral**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 135-146.

RIO DE JANEIRO. **Lei complementar n° 102, 23 de novembro de 2009**. Cria a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro-CDURP e dá outras providências. Disponível em: <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/2ed241833abd7a5b8325787100687ecc/e1cddbddd8d118e66032577220075c7dc?OpenDocument> acesso em 05 ago. 2015.

RIO DE JANEIRO. **Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos**. 2012.

Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/3035089/DLFE-247507.pdf/Plano_Gestao_Integrada_Residuos.pdf acesso em 08 out. 2015.

ROBERTSON, Roland. A globalização como problema. In____: **Globalização: teoria social e cultura global**. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 23-53.

SÁNCHEZ, Fernanda. **A reinvenção das cidades na virada de século**: Agentes, estratégias e escalas de ação política. Revista de sociologia política, Curitiba, 16, p. 31-49, jun. 2001.

____. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chapecó: Argos, 2010. 555 p.

SANTOS, Boaventura de Souza (org). Os processos da globalização. In____: **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002, p. 25-94.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização** – do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SEPÚLVEDA, Miriam. **Por uma sociologia de museus**. Chapecó: Unochapecó,

Cadernos do CEOM / Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina Ano 27, n. 41, 2014 p. 47-70.

SIGAUD, Márcia Frota; PINHO, Cláudia Maria Madureira. **Morro da Conceição: da memória ao futuro.** Rio de Janeiro: Sextante/PCRJ, 2000.

SOTO, Moana Campos. **Dos gabinetes de curiosidade aos museus comunitários: a construção de uma concepção museal à serviço da transformação social.** Cadernos de Sociomuseologia, vol 48, n. 4, 2014, p. 57-83.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010, 133 p.

THEODORO, Mário (org). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição.** Brasília: IPEA, 2008. 176 p.

TURRADO, Verônica. **Zonas Portuárias na Mira da Cidade Global: Reflexões sobre o caso do Rio de Janeiro.** Libertas, vol. 13 n.2, 2013.

VAINER, Carlos. **Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro.** Anais dos encontros nacionais da ANPUR, vol. 14, 2011. Disponível em: <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/2874> Acesso em 06 nov 2014.

VASSALO, Simone Pondé; CICALO, André. **Por onde os africanos chegaram: o cais do Valongo e a institucionalização da memória do tráfico Negro na região portuária do Rio de Janeiro.** **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 21, n. 43, p. 239-271, jan./jun. 2015

VASSALO, Simone Pondé. **Desenterrando memórias: uma análise das disputas em torno de sítios arqueológicos afrodescendentes na Zona Portuária do Rio de Janeiro.** In: _____. Anais do 36º Encontro Anual da ANPOCS, 2012, Águas de Lindóia – São Paulo. disponível em: http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=505%

[3Aanais-do-encontro-sps-mrs-e-gts-&catid=161%3A36o-encontro-anual-da-anpocs&Itemid=76](#) acesso em: 02 set 2015.

WU, Chin-Tao. **Privatização da cultura**: a intervenção corporativa na arte desde os anos 1980. São Paulo: Boitempo, 2006. Caps. 1, 2 e 9.

YÚDICE, George. A conveniência da cultura. In: __. **A conveniência da cultura**: usos da cultura na era global. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, cap. 1, p. 25-49.

Eletrônicos

ANISTIA INTERNACIONAL. **Você matou meu filho: homicídios cometidos pela polícia militar na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Anistia Internacional, 2015, 49 p. Disponível em: https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2015/07/Voce-matou-meu-filho_Anistia-Internacional-2015.pdf acesso em 08 jul 2015.

Declaração e Programa de Ação adotados na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata. Disponível em:

<https://www.oas.org/dil/port/2001%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20e%20Programa%20de%20A%C3%A7%C3%A3o%20adotado%20pela%20Terceira%20Confer%C3%Aancia%20Mundial%20contra%20o%20Racismo,%20Discrimina%C3%A7%C3%A3o%20Racial,%20Xenofobia%20e%20Formas%20Conexas%20de%20Intoler%C3%A2ncia.pdf> acesso em 05 março 2016.

Declaração de Santiago do Chile. Disponível em: <http://www.minom-portugal.org/documentos-de-referencia/6-declaracao-de-santiago-do-chile-unescoicom/3-declaracao-de-santiago-do-chile-1972.html> acesso em 10 jan 2015.

Declaração final da Conferencia 2014 MINOM. Disponível em: <http://www.minom-portugal.org/moura2014/nov2014-moura-doc-final.pdf> acesso em: 12 de abril 2015.

IBRAM. Disponível em <http://www.museus.gov.br/acessoainformacao/o-ibram/>. Acesso em 10 jan 2015.

A rota do escravo (UNESCO). Disponível em: <http://www.unesco.org/new/es/culture/themes/dialogue/the-slave-route/> acesso em 02 mai 2015.

“Porto Maravilha traz a história do Rio de volta à superfície”. disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=czguVPF_FAA acesso em 11 nov 2015.

<http://www.pretosnovos.com.br/>

“Os fomentadores é que devem se adaptar aos artistas”. Rio de Janeiro: Folha da Rua Larga, n° 39, ano VI, maio-junho 2013, p. 11. Disponível em: http://issuu.com/iccv/docs/folha_da_rua_larga_39/11 acesso em 11 de nov. 2015.